



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**POLITÓPIA ENUNCIATIVA: A ARGUMENTAÇÃO E A ARGUMENTATIVIDADE
SOBRE DITADURA MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

SÃO CARLOS
2022



Universidade Federal de São Carlos

Gabriel Reis Moraes Machiaveli

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

POLITÓPIA ENUNCIATIVA: A ARGUMENTAÇÃO E A ARGUMENTATIVIDADE
SOBRE DITADURA MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

GABRIEL REIS MORAES MACHIAVELI
Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Soeli Maria
Schreiber da Silva

São Carlos - São Paulo - Brasil
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Gabriel Reis Moraes Machiaveli, realizada em 31/08/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva (UFSCar)

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (UNICAMP)

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado (UFSCar)

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)

Profa. Dra. Luciana Nogueira (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à força que não me fez desistir. Que me permite respirar neste tempo de incerteza.

Agradeço a minha família que tudo fez para que eu terminasse esta tese de doutorado. Agradeço a minha orientadora Soila, por todo carinho e respeito, por todo conhecimento compartilhado.

Agradeço aos integrantes da banca de Defesa, prof. Eduardo e prof^a. Carolina, por terem aceitado este desafio, professor Taisir por todos os comentários e professora Luciana pela ótima leitura.

Agradeço a todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL).

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudos.

Agradeço a todos, que de alguma forma, ajudaram-me a escrever este texto.

Agradeço também a Nossa Senhora da Aparecida e Santa Rita de Cássia, fenômenos essenciais na minha vida.

DEDICATÓRIA

*Para meus pais, Cláudio e Maria do Carmo,
Ao meu irmão Angelo,
E à minha afilhada Laura.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 - Exemplo 1	69
Esquema 2 - Vontade de saber	85
Esquema 3 - Vontade de saber	86
Esquema 4 - vontade de saber	87
Esquema 5 - Vontade de saber	88
Esquema 6 - Vontade de saber	89
Esquema 7 - Vontade de saber	90
Esquema 8 - Vontade de saber	91
Esquema 9 - Vontade de saber	93
Esquema 10 - Vontade de saber	95
Esquema 11 - Vontade de saber	96
Esquema 12 - Vontade de saber	97
Esquema 13 - Vontade de saber	99
Esquema 14 - Vontade de saber	100
Esquema 15 - Contato história.....	102
Esquema 16- Contato história.....	103
Esquema 17 - Contato história.....	104
Esquema 18 - Contato história.....	105
Esquema 19 - Contato história.....	106
Esquema 20 - Contato história.....	107
Esquema 21 - Contato história.....	108
Esquema 22 - Contato história.....	109
Esquema 23 - Contato história.....	110
Esquema 24 - Contato história.....	111
Esquema 25 - Contato história.....	113
Esquema 26 - Contato história.....	114
Esquema 27 - Contato história.....	115
Esquema 28 - Inspire História	116
Esquema 29 - Inspire História	118
Esquema 30 - Inspire História	119
Esquema 31 - Inspire História	120
Esquema 32 - Inspire História	122
Esquema 33 - Inspire História	122
Esquema 34 - Inspire História	123
Esquema 35 - Inspire História	123
Esquema 36 - Inspire História	124
Esquema 37 - Inspira História	126
Esquema 38 - Inspira História	127
Esquema 39 - Inspira História	127
Esquema 40 - Inspire História	129
Esquema 41 - Inspire História	130
Esquema 42 - Inspire História	130

Esquema 43 - Inspire História	131
Esquema 44 - História 3	133
Esquema 45 - História 3	133
Esquema 46 - História 3	134
Esquema 47B - História 3.....	135
Esquema 48 - História 3	136
Esquema 49 - História 3	137
Esquema 50 - História 3	138
Esquema 51 - História 3	138
Esquema 52 - História 3	140
Esquema 53 - História 3	140
Esquema 54 - História 3	141
Esquema 55 - História global	143
Esquema 56 - História global	146
Esquema 57 - História global	147
Esquema 58 - História global	148
Esquema 59 - História global	149
Esquema 60 - História global	150
Esquema 61 - História global	151

Resumo

Este trabalho pretende investigar, descrever e interpretar o sentido de Ditadura Militar nos livros didáticos de história, disponíveis pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas públicas do Brasil. Fazer saber como a produção de sentido sobre o tema é instado e lecionado, por meio dos livros didáticos, se justifica pela enorme demanda que os livros didáticos representam na vida dos brasileiros. Dessa forma, adotamos para descrição e análise a Semântica do Acontecimento (2002; 2007; 2011; 2013; 2018), cunhada pelo linguista Eduardo Guimarães (UNICAMP). Entendemos o uso da palavra como um acontecimento da enunciação integrado por temporalidades que o fazem significar. Coletamos para análise cinco livros didáticos, distribuídos através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre os anos de 2016 a 2020. Levando em conta a configuração da argumentação e a argumentatividade na teoria da Semântica do Acontecimento, concluímos que o sentido de Ditadura Militar nos livros se apresentou como parcialmente estabilizado, sendo descrito por uma narrativa cronológica que aborda do golpe ao processo de anistia. Ditadura Militar foi determinada, em todos os livros, por ameaça comunista, repressão política, torturas e censuras. Outro ponto de destaque são as formas como o Locutor comenta o seu próprio dizer, com o uso dos articuladores *além disso*, *até*, entre outros, que apresentaram uma mobilização entre o lugar social de dizer, o Locutor e os enunciadores. Essa construção argumentativa nos permitiu enxergar quando houve uma fuga de uma narrativa universal, isto é, quando apareceram outros enunciadores além do universal, como enunciadores coletivos (os militares, a oposição, entre outros) e individuais (como aqueles em que o uso dos articuladores iluminaram seu aparecimento).

Palavras-chave: Semântica; Argumentação; Argumentatividade; Enunciação.

Abstract

This work intends to investigate, describe and interpret the meaning of Military Dictatorship in history textbooks, available by the Ministry of Education (MEC) to public schools in Brazil. Knowing how the production of meaning on the subject is urged and taught, through textbooks, is justified by the huge demand that textbooks represent in the lives of Brazilians. Thus, we adopted for description and analysis the Semantics of Event (2002; 2007; 2011; 2013; 2018), coined by the linguist Eduardo Guimarães (UNICAMP). We understand the use of the word as an enunciation event integrated by temporalities that make it mean. We collected for analysis five textbooks, distributed through the National Textbook Program (PNLD), between the years 2016 to 2020. Taking into account the configuration of argumentation and argumentativity in the Semantics of Event theory, we conclude that the meaning of Dictatorship Military in the books presented himself as partially stabilized, being described by a chronological narrative that addresses the coup to the amnesty process. Military dictatorship was determined, in all books, by communist threat, political repression, torture and censorship. Another highlight are the ways in which the Speaker comments on his own saying, with the use of articulators in addition, even, among others, that presented a mobilization between the social place of saying, the Speaker and the enunciators. This argumentative construction allowed us to see when there was an escape from a universal narrative, that is, when other enunciators appeared beyond the universal, as collective enunciators (the military, the opposition, among others) and individual enunciators (such as those in which the use of articulators illuminated its appearance).

Keywords: Semantics; Argumentation; Argumentativity; Enunciation.

Résumé

Ce travail vise à étudier, décrire et interpréter le sens de la dictature militaire dans les manuels d'histoire, mis à la disposition par le ministère de l'Éducation (MEC) dans les écoles publiques du Brésil. Savoir comment la production de sens sur le sujet est encouragée et enseignée, à travers les manuels, se justifie par l'énorme demande que les manuels représentent dans la vie des Brésiliens. Ainsi, nous avons adopté pour la description et l'analyse la Sémantique de l'Événement (2002 ; 2007 ; 2011 ; 2013 ; 2018), inventée par le linguiste Eduardo Guimarães (UNICAMP). On comprend l'usage du mot comme événement d'énonciation intégré par des temporalités qui le font signifier. Nous avons collecté pour analyse cinq manuels, distribués par le biais du Programme national de manuels scolaires (PNLD), entre les années 2016 à 2020. Compte tenu de la configuration de l'argumentation et de l'argumentativité dans la théorie de la sémantique de l'événement, nous concluons que le sens de la dictature militaire dans les livres se sont présentés comme partiellement stabilisés, étant décrits par un récit chronologique qui aborde le coup d'État au processus d'amnistie. La dictature militaire était déterminée, dans tous les livres, par la menace communiste, la répression politique, la torture et la censure. Autre temps fort, les manières dont le Locuteur commente son propre dire, avec l'utilisation d'articulateurs en plus, voire, entre autres, qui présentent une mobilisation entre le lieu social du dire, le Locuteur et les énonciateurs. Cette construction argumentative nous a permis de voir quand il y avait échappatoire à un récit universel, c'est-à-dire quand d'autres énonciateurs apparaissaient au-delà de l'universel, comme des énonciateurs collectifs (les militaires, l'opposition, entre autres) et des énonciateurs individuels (comme ceux dans lesquels l'utilisation d'articulateurs a illuminé son apparence).

Mots-clés : Sémantique; Argumentation; Argumentativité; Énonciation.

Sumário

Introdução.....	12
CAPÍTULO 1 – SOBRE SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO.....	18
Considerações iniciais.....	19
1. A fundação da Semântica.....	20
1.2. Teoria da argumentação na Língua ou TAL.....	24
1.3. A Análise do discurso e a Semântica Histórica da Enunciação.....	36
1.4. Semântica do Acontecimento.....	46
1.4.1 - A especificidade do Acontecimento na AS.....	48
1.5. O dissenso e o ódio à democracia.....	51
1.6. O agenciamento político da enunciação.....	57
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS DESCRITIVOS-METODOLÓGICOS: CENA ENUNCIATIVA, ARGUMENTAÇÃO, ARGUMENTATIVIDADE E DESIGNAÇÃO.....	60
Considerações iniciais.....	61
2. A cena enunciativa.....	61
2.1. A argumentação e a cena enunciativa.....	64
2.1.1. A argumentação sustentada pelo lugar social de dizer.....	65
2.1.2. Argumentação e cena enunciativa.....	67
2.2. Textualidade: reescrituração e articulação.....	70
2.2.1. O que é texto?.....	71
2.2.2. Reescrituração e articulação.....	71
CAPÍTULO 3 - A POLITOPIA ENUNCIATIVA DA ARGUMENTAÇÃO.....	78
3.1. Vontade de saber: Quinteto Editorial.....	83
3.2. Contato História 3 Ensino Médio.....	100
3.3. Inspire História FTD 9 ano.....	115
3.4. História 3.....	131
3.5. HISTÓRIA GLOBAL V. 3.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
Considerações finais.....	153
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160

Introdução

Discorrer sobre a Ditadura Militar (Civil) no Brasil implica certas circunstâncias constrangedoras. A primeira delas é sua retomada, sua iluminação frequente. Muitos afirmam, incluindo Reis (2005), que o processo de abertura democrática se deu a partir de um profundo esquecimento deste período pela maioria da população. Foi preciso esquecer as brutalidades deste período para começar uma nova democracia, e talvez seja neste esquecimento que nossos problemas se iniciaram e se confirmam atualmente num jogo entre a legitimidade ou não dos governos militares.

Há diversas discussões atualmente que buscam confirmar a necessidade do Golpe de 1964, a principal delas reforça uma ameaça comunista. Estas discussões foram afloradas recentemente depois das *Jornadas de Junho* de 2013, e com mais afinco, com a eleição de Jair Bolsonaro (PL-RJ). Diversas manifestações pedindo uma nova intervenção militar foram insufladas em várias cidades, e inclusive, viraram alvo de uma investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), conhecidas como Atos Antidemocráticos.

Essa discussão sobre a justificativa do Golpe Civil-Militar de 1964 não faz parte deste trabalho, no entanto, não podemos nos furtar aos devaneios que ela oferece. Por isso, analisamos a forma como a Ditadura (Civil) Militar se apresenta nos livros didáticos de história, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) às escolas públicas do país.

Nosso objetivo maior é entender como o acontecimento do dizer, a enunciação, pode ajudar na compreensão de textos, ou melhor, como podemos analisar livros didáticos de uma perspectiva diferente, levando em conta o funcionamento da linguagem na produção de sentidos. Os livros didáticos fazem parte da vida dos brasileiros desde a constituição do primeiro programa de distribuição, como a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) até o formato atual, instituído por decreto em 1985, conhecido como Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Com uma vasta distribuição no território brasileiro, os livros didáticos representam, em alguns casos, o único livro em que uma família entra em contato ao longo da vida. Dessa forma, eles são um instrumento imprescindível de conhecimento, e estudá-los é tarefa de todos acadêmicos para, no mínimo, saber o que está sendo ensinado aos alunos do ensino básico do Brasil. Por representar o conhecimento básico em todas as casas dos brasileiros, a importância deste trabalho recai sobre a

compreensão e o entendimento deste grande instrumento escolar e no nosso caso, grande instrumento linguístico e histórico. Instrumento que permite uma compreensão sócio-histórica do Brasil e do mundo, como os livros de história. Compreender o funcionamento deste livro didático é crucial para entendermos sua feitura, suas possíveis estabilizações de sentido, e por último, se houver, seus possíveis equívocos.

Os livros disponíveis, desde a avaliação e a escolha dos professores, passam por vários critérios, desde os estipulados pelas normas vigentes até mesmo pelos anseios contemporâneos, o que vamos mostrar adiante. Por isso, não podemos desviar nossa atenção ao analisar estes livros: não são *apenas* materiais de instrução, são materiais históricos, produzidos por uma demanda do presente que retoma o passado e abre um futuro.

São livros carregados de disputas políticas desde sua feitura até sua distribuição, basta recorrermos aos estudos sobre o mercado editorial de Cassiano (2013), às disputas de narrativas (ROCHA, 2017), e aos questionamentos contemporâneos, sem dados convincentes, da justificativa do Golpe por uma ameaça da União Soviética (URSS), vide Dias (2019) e Borges (2019), para concluirmos o materialismo inerente à sua construção.

No entanto, não podemos deixar de frisar os documentos mais importantes na elaboração dos livros didáticos. São os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estes documentos são responsáveis por direcionar os principais temas e as principais abordagens que devem estar inseridas nos livros. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento mais recente, publicado entre 2017 e 2018, que orienta na elaboração e no plano de aula dos professores da rede pública.

Neste documento, encontramos as orientações para o ensino sobre a Ditadura Militar no ensino fundamental, como as habilidades abaixo:

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura (BNCC, 2017-2018, p. 432-433).

Isto demonstra uma demanda em compreender todo o processo que resultou na ditadura civil-militar brasileira, desde sua instauração com o Golpe de 1964, até a criação da Comissão da Verdade, no governo de Dilma Rousseff (PT), buscando

rememorar os abusos contra a liberdade individual, de imprensa, e principalmente, à integridade física do povo brasileiro. No entanto, não é difícil perceber que o esquecimento deste período pelo povo brasileiro, principalmente pela grande mídia – uma vez que seus erros foram visibilizados tanto pelos acontecimentos posteriores ao golpe, bem como pela análise histórica – reativou um ressentimento híbrido, uma revolta em dois lados, conservadores e progressistas, direita e esquerda. Entusiastas dos anos de chumbo, insatisfeitos com o resultado da Comissão da Verdade, imprimidos pelo anseio agenciado pela grande mídia no combate à corrupção (como o afunilamento das amplas pautas das *Jornadas de junho* de 2013 pelo combate à corrupção) e pela eterna ameaça comunista, voltaram a se manifestar publicamente sobre o tema, impulsionando-o em protestos de rua: “intervenção já!”.

Essa mobilização de vários agentes sociais, instituídos pelas disputas políticas, pelo eterno desentendimento democrático, moveram um grande público às ruas, criaram novas formas de elaboração e distribuição de diretrizes políticas conservadoras, novas formas de engajamento, novos encontros e parcerias, e conseguiram, como veremos mais a frente, provocar uma não estabilização de conteúdo no livro didático de história.

Esta forte pulsação teve influência na feitura dos livros didáticos, como por exemplo, o livro *Vontade de saber*, da Quinteto Editorial, que fornece um conteúdo dúbio ao final, questionando os alunos entre o Golpe de 1964 e a Revolução de 1964. Isso nos mostra este constante movimento sócio-histórico influenciando o conteúdo dos livros, embora Reis (2005), Fico (2004; 2020); Frederico Celso (2004), entre outros, tenham demonstrado os principais contornos do Golpe Civil-Militar.

Com base nesta pulsação constante do organismo social, objetivamos neste trabalho analisar cinco livros didáticos de história, abordando o tema Ditadura Civil-Militar no Brasil. Fazer saber como o conteúdo sobre este tema é apresentado e sustentado ao aluno, levando em conta as diretrizes da BNCC e dos PCNs, é o direcionamento principal deste texto, uma vez que nos colocamos numa posição em que o sentido é produzido pelo acontecimento da enunciação.

Assim, as análises dos livros didáticos escolhidos, que falaremos mais a frente, serão respaldadas na Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002; 2007; 2009; 2011; 2013; 2018) que considera o sentido produzido pelo acontecimento da enunciação, isto é, o texto produzido nos livros didáticos faz parte de um momento específico, numa rememoração de enunciação e numa abertura de interpretação.

O acontecimento é tomado aqui como o próprio funcionamento da linguagem, que sem ele não há sentido, não há significação. Por isso, nos deslocamos das

abordagens referencialistas, como a semântica veritativa (formal) e a semântica argumentativa¹, por considerarmos que o sentido só é produzido pela construção da linguagem concomitantemente com o agenciamento político.

Todo acontecimento do dizer é resultado de um agenciamento da língua e pelas condições sócio-históricas da enunciação, como as sistematicidades da língua e as disputas incessantes pela palavra, denominado por Guimarães (2002) por Espaço de Enunciação (EE).

Por conseguinte, ao entendermos os capítulos sobre a Ditadura Militar como acontecimentos, descreveremos como ocorre estes agenciamentos, tanto da língua quanto político, como forma de sustentar as teses apresentadas.

Por isso, para analisar este tema, selecionamos 5 livros didáticos, sendo dois disponibilizados para o ensino fundamental e três para o ensino médio. São eles:

- **Vontade de Saber: história 9º ano**, de 2018, escrito por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini. Editora Quinteto Editorial. PNLD de 2020.
- **Contato História 3 Ensino Médio**, de 2016, escrito também por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini. Editora Quinteto Editorial, PNLD de 2018, 2019 e 2020.
- **Inspire História 9º ano**, de 2018, escrito por Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi. Editora FTD, PNLD 2020.
- **História 3 Ensino Médio**, de 2016, escrito por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Editora Saraiva, PNLD 2018, 2019, e 2020.
- **História Global Volume 3 Ensino Médio**, de 2016, escrito por Gilberto Cotrim. Editora Saraiva, PNLD 2018.

A escolha dos livros se deu na análise dos editais dos PNLDs de 2018, 2019, e 2020, e também pela disponibilidade *on-line* destes livros, uma vez que a Pandemia da Covid-19 nos afastou sistematicamente do convívio interpessoal. Dessa maneira, estes livros representam uma parte do conjunto de livros disponibilizados pelo MEC às escolas públicas.

A metodologia que norteará este trabalho faz parte dos procedimentos descritivos propostos por Guimarães (2018), como a configuração do EE(Espaço de

¹ Ver trabalho de Ventura (2006).

Enunciação), da Cena Enunciativa e a argumentação. De início, nossa questão problema é a seguinte:

- a) Como é construída e sustentada a argumentação sobre Ditadura Militar nos livros didáticos?

E a partir dela, nos perguntamos durante as análises os objetivos específicos:

- b) Quais cenas enunciativas podemos descrever e interpretar?
- c) Qual o sentido de Ditadura Militar, levando em conta a argumentação e argumentatividade?
- d) Quais lugares da enunciação sustentam o tema apresentado nos livros?

Dessa forma, para a análise dos livros didáticos, utilizamos o procedimento de sondagem, proposto por Guimarães (2018). Conforme o autor, este procedimento permite ao analista selecionar os enunciados decisivos para a determinação do sentido produzido pelo acontecimento.

A sistematicidade do procedimento de sondagem se caracteriza por ser um modo de “eleger” enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta, de uma questão, e em seguida proceder a uma descrição e análise de seu funcionamento, lançando mão de categorias semântico-enunciativas (GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Ao elaborarmos as perguntas, analisamos e selecionamos os principais enunciados que poderiam nos responder sobre a construção do sentido sobre ditadura militar pela cena enunciativa e pela argumentação. “O que devemos fazer é encontrar enunciados que apresentam condições decisivas, relativamente à constituição do sentido da expressão no acontecimento’ (GUIMARÃES, 2018, p. 163). Outro ponto metodológico, e que seguimos, são as etapas definidas por Guimarães no livro *Análise de texto* (2011, p. 44).

Em um primeiro momento recorreremos ao conceito de recorte da Análise do Discurso, mas de uma maneira que leva em conta a enunciação, como as etapas abaixo:

- A) a noção de recorte como fragmento do acontecimento da enunciação.
- B) Parte-se de um recorte, chega-se a uma interpretação do texto relativamente à descrição deste recorte, volta-se ao recorte (um outro) e chega-se a uma nova interpretação do texto já levando em conta os dois recortes, e assim por diante

E num segundo momento, partimos para a análise em si:

- 1) toma-se um recorte qualquer e produz-se uma descrição de seu funcionamento;
- 2) interpreta-se seus sentidos na relação com o texto em que está integrado;
- 3) chega-se a, ou toma-se, outro recorte e faz-se dele uma descrição;
- 4) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado, tendo em vista a interpretação feita do primeiro recorte;
- 5) busca-se um novo recorte, etc., até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise.

O procedimento de sondagem nos ajudou a eleger os principais recortes que nos possibilitaram descrever a produção de sentido sobre ditadura militar nos livros didáticos. Encontramos nestas análises a construção da argumentação sustentada pelo lugar social de dizer do historiador que apresentou enunciados de outros lugares de dizer, como coletivo, universal e individual. No entanto, há outros lugares sociais de dizer que também sustentaram o sentido de ditadura militar, como o lugar social de dizer do capitalista, do conservador, e também o lugar social de dizer dos opositores ao governo militar. Tudo isso será desvelado nas análises.

O seguinte trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro, apresentamos as principais filiações da Semântica do Acontecimento, como a semântica argumentativa, a enunciação para Benveniste (1989), a análise de discurso francesa (AD), representada por Orlandi (2015; 2017), e abordamos o agenciamento político da enunciação. No segundo, apresentamos os procedimentos metodológicos e descritivos, como o Espaço de Enunciação (EE), a Cena Enunciativa, a Textualidade, a Argumentação, e a articulação por argumentatividade. Por último, apresentamos nossas análises.

Concluimos que o sentido de ditadura militar nos livros didáticos é determinado por todos eles por Golpe Militar, repressão política, torturas e autoritarismo. No entanto, como mencionamos, o livro *Vontade de Saber* traz um novo panorama ao abordar a questão da *Revolução de 1964*, o que realça, como falamos, a pulsação do organismo social sobre o tema.

CAPÍTULO 1 – SOBRE SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO

Considerações iniciais

A feitura de uma tese de doutorado requer grandes responsabilidades teóricas em torno de seu acontecimento. Dizemos isso porque acreditamos que a tese é um acontecimento. Os memoráveis recortados em longas teorias de análise linguística e outras de filosofia integram grande parte deste trabalho sobre o sentido de Ditadura Militar em livros didáticos. Embasada em uma metodologia do quadro da Semântica do Acontecimento, com incursões na Análise de Discurso e na Semântica Argumentativa, esta tese de doutorado se abre para um futuro.

A interpretação deste correspondente trabalho requer olhares de um estudo sobre semântica recente, embora suas filiações estejam fortemente ligadas a teorias anteriores. Recente pois seus postulados foram/estão sendo formulados constantemente, entre diversas propostas – SCHREIBER DA SILVA (1998; 2017); OLIVEIRA (2006); DIAS (2018); MACHADO (2011).

A teoria semântica a ser apresentada a seguir tem como sua base teorias de Oswald Ducrot (1983; 1984; 1987) e Émile Benveniste (1989). Dois linguistas com importâncias substanciais no campo da Linguística.

É muito comum em estudos sobre a *língua* a retomada de conceitos já estabelecidos, como *sincronia* e *diacronia*, grandes postulados do fundador da linguística moderna Ferdinand Saussure (1916). Não podemos nos furtar a engrandecer os acontecimentos posteriores à Saussure, como os estudos de Benveniste e Pêcheux (principalmente sobre o corte saussuriano), e também a ideia de valor trabalhada por Ducrot, em contraste com a relação das Ideias de Platão e com o jogo argumentativo da língua, sua linha condutora da maioria de seus estudos (DUCROT, 2014).

Talvez o mais importante em uma teoria não seja sua efetuação ou sua efetividade em relação aos objetos e seus resultados, mas as suas possíveis falhas desdobramentos que proporcionam novos olhares e novas rupturas, motivando assim novos descobrimentos, novos terrenos, novas plantações. Dizemos isso porque o corte saussuriano (língua/fala), além de trazer uma cientificidade à Linguística, se desdobrou em outros olhares sobre a *fala* que foram desenvolvidos por Bally, Bréal, Benveniste, Ducrot, e mais recentemente pela Análise do Discurso e a Semântica do Acontecimento.

São estes olhares que esta tese persiste em acompanhar. É sobre este novo olhar sobre a fala, embora Saussure já avaliava tal questão em seu texto *Notas sobre o*

Discurso, que pretendemos embarcar². Mas como são onduladas as caminhadas, antes disso é preciso retomar algumas memórias. A fala não como atividade individual, mas carregada de condições específicas, históricas e sociais. Por isso, não nos concentraremos apenas na estrutura da língua, mas no acontecimento do funcionamento da linguagem.

1. A fundação da Semântica

Em Breal está talvez a cautela primeira. Estipular um termo novo para o sentido das palavras: semântica (GUIMARÃES, 1992, p. 9). Daí muitos linguistas oferecerem a ele o título de fundador da semântica.

Breal foi contemporâneo de uma tradição comparativista que considerava a língua enquanto algo natural, posta em cena, digamos, como um organismo vivo. Ao criticar esta posição, Breal assume a linguística como uma ciência histórica. Dois pontos o levam a esta consideração: a) existe uma coletividade que convive e constrói a língua (inteligência), b) uma vontade coletiva como ação dos indivíduos (prática) com a língua.

Esta correlação se dá na construção da língua enquanto algo coletivo (do ponto de vista de uma construção/mutação do uso da língua pelos indivíduos) e uma vontade (coletiva e individual). É importante frisar que para Breal a história está relacionada às mudanças na língua. Encontramos aqui uma divergência com o materialismo proposto por Guimarães (1995). Enquanto para Breal o histórico ocorre na relação constante da vontade dos falantes com a língua, para Guimarães (1995), o histórico está ligado às mobilizações das posições-sujeito e do político (uma deontologia da língua). Em nova configuração (GUIMARÃES, 2018), que veremos adiante, o agenciamento político da enunciação mobiliza os lugares sociais do falante, e desta maneira, a construção do sentido se dá numa relação constante e necessária com a história, sem dar algum status psicossocial ao falante, diferentemente de Breál.

Breál expôs muitos apontamentos interessantes sobre a linguagem, em seu Ensaio de Semântica, publicado primeiro em 1897 na França, e em 1992 no Brasil. Seja sobre suas leis intelectuais da linguagem à fixação dos sentidos das palavras, o autor tem sua importância ao tratar a linguagem como uma ciência não natural. Trouxe o historicismo para trabalhar os sentidos das palavras, e questionou o comparativismo do século XIX, alegando que a importância da linguagem é a produção de sentidos porque

² A tese de Lauro Gomes, republicada em livro, com o nome de *Discurso Artístico e Argumentação* (2020), traça um interessante panorama sobre o Curso de Linguística Geral (CLG) e os Estudos de Linguística Geral (ELG). Vale a pena conferir.

a língua significa. “Tudo na linguagem vem do homem e se endereça ao homem (...) não há dúvida de que é necessário colocar a ciência da linguagem entre as ciências históricas” (BRÉAL, 1992, p. 195).

Outro avanço em seus estudos é a inserção do elemento subjetivo como eixo fundamental da linguagem, em que as formas foram “ajuntadas” sucessivamente.

Deve-se começar a ver de que ponto de vista o homem agenciou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as coisas – esses empregos da linguagem foram os primeiros. Para muitos homens, eles são ainda quase os únicos. Se descêssemos um ou vários degraus, e se procurássemos o início da linguagem humana na linguagem dos animais, veríamos que neles o elemento subjetivo reina sozinho, que ele é o único expresso, o único compreendido, que ele esgota sua faculdade de entendimento e toda a matéria de seus pensamentos (BRÉAL, 1992, p. 161).

Outro autor que alavancou os estudos sobre a enunciação foi Charles Bally. Editor do Curso de Linguística Geral, junto com Albert Sechehaye, Bally (1947) tem sua importância ao dar valor ao que Saussure não considerou no CLG. A enunciação para Bally, de uma maneira geral, são reações. A elaboração de uma frase, por exemplo, só é possível através da relação do sujeito com o mundo. Toda enunciação tem um *dictum* e um *modus*. O *dictum* é que é dito e o *modus* é o modo de dizer. Vejamos o enunciado abaixo:

- 1) Você não é capaz de traduzir este texto.

De maneira geral, o que podemos dizer é que a frase (1) é o *dictum* e o julgamento que o Locutor faz sobre seu interlocutor é o *modus*. O *modus* é o modo como olhamos o objeto ou um humano no mundo. É uma qualificação sobre o *dictum*, seja ela de julgamento, de ordem, entre outros, fruto de uma reação à representação (seja objeto ou humano). Guimarães (1995, p. 58) analisa o enunciado “Eu creio que ele está mentindo”.

Eu creio é o *modus*, sendo *creio* o verbo modal e *eu* o sujeito modal, enquanto que *ele está mentindo* é o *dictum*. O *modus* traz um julgamento, a expressão de um sentimento ou de vontade a propósito do *dictum*.

A importância de Bally é grande para a linguagem, se nos referirmos a autores que trabalham com a enunciação desde a segunda metade do séc. XIX (outra importância de Bally se dá no entorno da Estilística). Oswald Ducrot, por exemplo, afirmou certa vez que sua inspiração para sua teoria polifônica da enunciação foi a

teoria de enunciação de Charles Bally (BARBISAN e TEIXEIRA, 2003). Guimarães (1992; 1995; 2002), o cita ao problematizar a enunciação, o mesmo caso ocorre em Dias (2018, p. 65) que retoma seus postulados para inferir sua posição teórica no entorno dos domínios de mobilização.

De maneira não cronológica, dedico-me agora a Benveniste. Linguista sírio-francês que retomou as dicotomias saussurianas e elaborou o quadro do Aparelho Formal da Enunciação (1989). O mais importante em Benveniste, pelo nosso olhar, está em mostrar os ocultamentos³ que a suspensão da fala no interior dos estudos linguísticos proporcionou. Ocultamentos que estão relacionados à diacronia da língua (embora Benveniste faça parte do sistema saussureano).

Benveniste aprofunda seu estudo sobre a fala, mostrando que teria no seu interior dois tipos de empregos: o emprego das formas (estruturas das línguas) e o emprego da língua (apropriação). Dito de outra forma, para Benveniste a enunciação coloca em funcionamento a apropriação da língua por um indivíduo. E este indivíduo só é sujeito através da língua, que para o autor, sem ela não haveria sociedade.

Todas as nossas descrições linguísticas consagram um lugar frequentemente importante ao “emprego das formas”. O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis (BENVENISTE, 1989, p. 81).

Por seu turno, o autor insiste em introduzir outro emprego, no caso, o emprego da língua, que seria coisa bem diferente (mundos diferentes), “uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (IBIDEM).

Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (*Ibid.*, p. 82).

O processo de agenciamento das formas e sentidos, para Benveniste (1989), se dá primeiro pelo aspecto vocal, em segundo pela conversão da língua em discurso, e em último pela atualização do Aparelho da Língua (formas) pelo Aparelho da enunciação.

A conversão da língua em discurso é o próprio ato de um sujeito se apropriar da língua para se comunicar, isto seria o aparelho da enunciação. O aparelho da enunciação atualizaria o aparelho da língua, formado por estruturas formais, ou seja, existe o sistema da língua (nível semiótico) e o aparelho da enunciação (nível semântico).

³ Ocultamento no sentido de não estudado. Não no sentido psicanalítico.

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge o ouvinte que suscita uma outra enunciação de retorno (*Ibid.*, p. 83-84).

Para Benveniste, toda enunciação é uma alocação, isto é, toda enunciação parte de um locutor para um outro diante dele.

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário (*Ibid.*, p. 84).

Dessa maneira, para Benveniste (1989), a importância da linguagem é a subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade. É dessa maneira que o autor diferencia o emprego das formas, que estaria na esteira dos signos (no nível semiótico), do emprego da língua, que estaria ligada à semantização da língua. Dito de outra forma, é na enunciação que a língua significa.

Assim sendo, Benveniste é considerado um linguista da enunciação. Embora seus trabalhos instruíram rupturas e aberturas de novos estudos na linguística, consideramos sua importância primordial nos estudos enunciativos. Mas isso não impede que se aborde algumas destas rupturas e aberturas.

Guimarães em *Limites do sentido* (1995) intitula o capítulo destinado ao linguista sírio-francês de “Os dilemas de Benveniste”. Entende-se que o título rememora a busca de Benveniste em romper, ou pelo menos, explicitar, o objeto excluído por Saussure. Mas na busca por este objeto, o autor estaria amarrado ao estruturalismo. Talvez por isso, grande parte da crítica a Benveniste se dá por uma automatização do aparelho da enunciação.

Esse conjunto de aspectos pode levar a censurar em Benveniste o fato de tratar esta passagem da língua para o semântico de um modo um tanto automático: basta se apropriar da língua para constituir-se como sujeito da enunciação, porque a língua tem formas que, apropriadas, fazem diretamente isto. Diria que este aspecto faz parte dos problemas do tratamento enunciativo de Benveniste, ao qual se acresce, para mim, como para outros linguistas e para a análise do discurso, a questão da centralidade do sujeito deste sujeito da enunciação. Não se trata de um sujeito psicológico, não se trata de um sujeito pragmático, por exemplo, mas trata-se de um sujeito que tem a capacidade de se apropriar-se da língua e semantizar, e fazer significar (*Ibid.*, p. 47).

Podemos inferir que não há em Benveniste um trabalho estrito sobre o a relação entre língua e mundo, mas o campo que é aberto por ele suscitou a busca pela relação sujeito/mundo e mundo/sujeito.

1.2. Teoria da argumentação na Língua ou TAL(ADL)⁴

Retomando a crítica de Guimarães (1995) à centralidade do sujeito encontrada em Benveniste (1989), ela também pode ser vista em Ducrot (1984). A diferença se encontra em *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, capítulo do livro “O dizer e o dito” (1987). O linguista faz uma crítica (muito trabalhada também na Análise de Discurso Francesa – AD) à centralidade do sujeito. Não haveria um único autor de um enunciado. A asseveração da unicidade do sujeito falante é colocada em xeque quando Ducrot (1984) elabora os pontos de vista possíveis em apenas um enunciado (o que iremos retomar mais a frente).

Como teoria enunciativa, a Semântica Argumentativa distingue-se do axioma da *unicidade do sujeito falante* criando a noção de *polifonia*, segundo a qual em um enunciado não há apenas *um* sujeito falante, mas mais de um. Segundo Ducrot (1984, 1990), há várias funções no enunciado: a de sujeito empírico, a de locutor e a de enunciador. O sujeito empírico, ser de carne e osso, ser no mundo, não é objeto de estudo da Semântica Argumentativa. Não interessam à teoria as condições externas de produção da linguagem. Seu objetivo é o de descrever o sentido criado por um locutor, ser de fala, responsável pelo enunciado. Mas há ainda o enunciador, que está na origem de pontos de vista no enunciado (BARBISAN, 2013, p. 24).

De agora, trataremos da Argumentação na Língua, ou Teoria da Argumentação na Língua (ANL ou TAL), conhecida no Brasil também como Semântica Argumentativa.

Ducrot e Anscombe (1983) inauguram uma nova abordagem da língua. Na esteira de Benveniste em que a substância da língua está na intersubjetividade, os autores formalizam a ANL de um modo em que a argumentação está inscrita na própria língua.

Do ponto de vista semântico, a Teoria da Argumentação na Língua postula que a palavra contém, na língua, uma significação que permite certas continuidades no enunciado e impede outras (...)

Assim, a argumentação torna-se fundamental na linguagem. Está inscrita na língua, é inerente a ela, está na própria natureza da *língua*. Essa é a razão pela qual a Semântica Argumentativa é também denominada Teoria da Argumentação na Língua (BARBISAN, 2013, p. 20-21).

⁴ ADL do francês *Argumentation dans la langue* e TAL do português *Teoria da Argumentação da Língua*.

Conectores do tipo, “mas”, “já que”, “até”, “até mesmo”, entre outros, contribuem para esta constatação ao assumirem relações que orientam para conclusões. Essa relação entre um enunciado A portanto B formam um encadeamento argumentativo (cerne de sua teoria), podendo ser implícito ou explícito. Em um enunciado como:

2) João veio, até Pedro veio. A festa foi um sucesso.

O conteúdo acima é explícito. O conector “até” reforça a conclusão “A festa foi um sucesso”. No entanto, podemos encontrar conectores que orientam para uma conclusão implícita (pertencente a uma situação discursiva):

3) Até ela pode opinar sobre isso.⁵

Na enunciação acima o conector “Até” sugere que existe um reforço de uma conclusão. A conclusão implícita poderia ser “Todos podem opinar”. É claro que este enunciado está inserido em uma formação discursiva machista, mas este não é o nosso objetivo aqui. Pretendemos apenas demonstrar o funcionamento da argumentação na própria língua.

Isso é melhor explicado no texto “As escalas argumentativas” de Ducrot (1973). Certos operadores argumentativos (conectores) como o “até”, “até mesmo”, “mesmo”, orientam para uma conclusão. Vejamos a imagem abaixo:

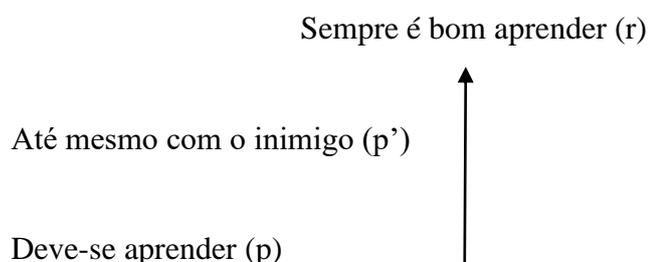
⁵ Uma referência à enunciação de Jair Bolsonaro (PL-RJ) sobre a ministra Damares. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-escuta-qualquer-ministro-ate-a-damares/> acesso em jun. 2022.

FIGURA 1 – EXEMPLO DE FORÇA ARGUMENTATIVA



Fonte: internet.

O enunciado escrito na imagem contém o operador argumentativo “até mesmo”. Ducrot (1973) afirma que o operador “até mesmo”, em um enunciado, tem mais força que qualquer outro argumento. A conclusão do enunciado acima seria “é sempre bom aprender”, “é preciso aprender”. Vejamos: se separarmos o enunciado acima em (a) Deve-se aprender sempre e (b) até mesmo com o inimigo, temos aqui que o argumento (b) é mais forte que (a). Isso quer dizer que os dois argumentos orientam para a mesma conclusão. Teríamos então que:



Ducrot (1973) afirma que quando dois argumentos orientam para a mesma conclusão eles fazem parte de uma mesma classe argumentativa. Representada no esquema acima temos a escala argumentativa da conclusão “Sempre é bom aprender”. (a) *Deve-se sempre aprender* e (b) *até mesmo com o inimigo* fazem parte da mesma classe argumentativa.

Uma classe argumentativa é formada por enunciados que levam a uma mesma conclusão.

Uma escala argumentativa é uma classe argumentativa ordenada pela força menor e maior dos enunciados. Ou seja, se p e p' são argumentos para uma conclusão r, p' é sempre mais forte que p (GUIMARÃES, 1995, p. 51).

Outro apontamento de Ducrot sobre a argumentação na língua diz respeito às escalas argumentativas da negação. Vejamos o enunciado: “Ninguém veio. Até Luiz não veio me dar os parabéns”. O funcionamento de “até” neste enunciado faz parte da primeira lei elaborada por Ducrot (1973) que determina que se P orienta para r, $\sim P$ (não p) orientará para não-r.

A segunda lei é a lei da inversão, que está integrada à primeira lei. Aqui Ducrot postula que a força argumentativa de uma classe que orienta para r seria p (menos força) p' (mais força) que juntos orientam para r. No caso da negação, temos que $\sim p$ mais $\sim p'$ orientam não-r, mas quem tem mais força é $\sim p$, ao contrário de uma afirmação.

A terceira lei é da diminuição. Segundo Guimarães (1995, p. 53) “esta lei diz respeito à relação da argumentação com as condições de verdade dos enunciados da escala argumentativa”. Esta lei está relacionada às condições de verdade que as escalas argumentativas sugerem. Se temos por exemplo “está muito quente”, o enunciado “está quente” tem de estar em uma temperatura menor que o enunciado “está muito quente”.

Retomando, a primeira lei sugere que enquanto um enunciado afirmativo como “O céu está nublado” orienta para a conclusão “vai chover” (r), um enunciado negativo como “O céu não está nublado” orienta para a conclusão “não vai chover” ($\sim r$). A segunda tem relação com as forças argumentativas. Dessa forma, se tenho um argumento (a) “O céu não está nublado, está até azul claro” que orienta para a conclusão “não vai chover”. Isto demonstra que a força argumentativa de $\sim p$ é superior a $\sim p'$. A terceira lei se refere aos modos em que uma força argumentativa pode relacionar quantidade, como por exemplo, temperaturas como “não fresco” e “não frio”, ou ainda “frio”, “não quente”. Existiriam para Ducrot (1973) escalas análogas às escalas argumentativas, como temperaturas, tempo, horário, entre outros.

Com o passar dos anos, a argumentação na língua (TAL) sofreu algumas alterações em seu bojo teórico-metodológico, buscando responder a diversas críticas às orientações argumentativas. Ducrot (1989) elabora um novo artigo para responder algumas destas críticas e procura solucionar alguns problemas com o conceito de *topoi*. Podemos entender *topoi* como um lugar comum, em que comum determina lugar como um espaço de compartilhamento.

Ducrot (1989) inicia seu estudo elaborando algumas considerações terminológicas, como ele mesmo diz. De forma global ao local, iniciemos por discurso. Discurso para Ducrot (1989) é uma instância (Benveniste, 1989) integrada por um conjunto de segmentos; estes correspondem a enunciados (“O enunciado é um segmento do discurso”). Portanto, discurso e enunciado estão no emprego da língua, na sua

atividade usual. De outro lado, a frase é abstrata, “algo absolutamente diferente de uma sequência de palavras escritas” (Ibid., p. 14).

O enunciado está na enunciação, é irrepetível, e está no campo do observável. Dessa maneira, para Ducrot (1989), a frase é correspondente à significação, com instruções sobre as conclusões possíveis, enquanto o enunciado é correspondente ao sentido. Seu exemplo “O dia está bom” elucida a diferença. Se alguém diz o enunciado “O dia está bom”, e passado algum momento, o repete, encontrar-se-á aqui dois enunciados. No caso da frase, isto não existe. Há apenas uma: “O dia está bom”.

Prosseguindo, Ducrot avalia o início da TAL de maneira a tentar responder algumas insuficiências na argumentação do tipo A ---) F ---) C. A é um argumento sobre um fato (F) que leva o interlocutor a aceitar a conclusão C. No entanto, existem certos enunciados que possibilitam diversas conclusões, o que levaria Ducrot a ter de “dilatatar”, dito de uma certa maneira, a situação do discurso para descobrir qual conclusão é a mais aceita. Isso por ele é negado, mas o força a recuperar em Aristóteles algumas universalidades de crenças (princípios) capazes de solucionar o problema. “O problema geral é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação” (Ducrot, 1989, p. 21).

Vejam os problemas expostos por Ducrot (1989).

(a) Pedro estudou pouco.

(b) Pedro estudou um pouco.

Os dois enunciados acima podem levar a diversas conclusões do tipo: “ele não passará no exame”; “ele está cansado, e não vai sair bem na prova”; “ele não estudou o bastante”; “ele estudou o suficiente”; “ele passará no exame”.

O que possibilitaria a TAL a aceitar algumas destas conclusões sem levar em conta a situação discursiva? A saída encontrada por Ducrot (1989) está na frase. A frase forneceria instruções para garantir o sentido dos enunciados.

Se utilizo, para formular nossa hipótese, a terminologia que apresentei no início [frase e enunciado], devo dizer que a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir dos enunciados (Ibid., p. 18).

Inaugurada esta primeira mudança (cf. Guimarães, 1995), Ducrot elabora uma segunda: o *topos*. O *topos* é um lugar argumentativo que contém, na terminologia de Ducrot, uma universalidade, uma generalidade, e uma gradualidade. Essa nova

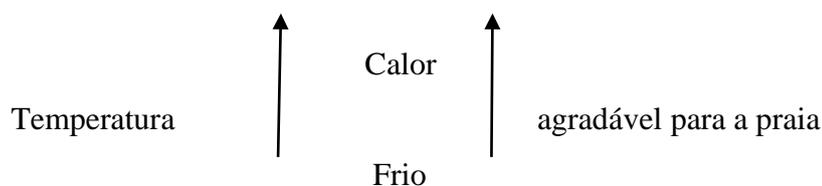
terminologia ajuda Ducrot a não “alargar” a situação do discurso, isto é, a não abordar a situação como decisiva para descrever os sentidos dos enunciados.

O uso de *pouco* e *um pouco* implica, não que se admite uma excluindo a outra, mas que, no discurso, atualiza-se uma negligenciando outra. A “situação do discurso” que está em jogo não é, pois, exterior ao enunciado e ao discurso; trata-se de uma situação que o enunciado e o discurso argumentativo constroem por si mesmos, que eles veiculam (DUCROT, 1989, p. 22)

Por conseguinte, o *topos* possibilitaria condições para determinar o sentido dos enunciados como os constituídos por *pouco* e *um pouco*. Vejamos: o *topos* é um lugar argumentativo com três propriedades, como vimos. A universalidade é o compartilhamento de “quem fala” para “quem se fala” de uma comunidade linguística. Quando alguém diz: “Vai chover”, é preciso que seu interlocutor compreenda o que é chuva e o que isso sugere. A generalidade é correlacionada à universalidade. Se, mais uma vez, alguém diz: “Vai chover”, este enunciado deve ser conhecido pelo seu interlocutor por situações análogas de enunciação. Explica Ducrot (*Ibid.*, p. 25): “O princípio deve ser reputado válido, além da situação na qual é aplicado, para um grande número de situações análogas”.

As duas propriedades supracitadas acima estão em relação de correspondência. O exemplo dado pelo linguista de um enunciado como “O tempo está bom; vamos à praia” ajuda elucidar a diferença entre as duas. A universalidade deste enunciado seria que o calor faz a praia agradável. Da mesma forma, se o calor torna a praia agradável, é preciso que se compreenda que não é somente quando o locutor diz “o tempo está bom” que a praia é agradável, mas que sempre o calor tornará a praia agradável.

Destarte, o ponto alto desta reformulação da TAL está na propriedade chamada gradualidade. Por gradualidade entende-se uma releitura, ou uma reformulação, das escalas argumentativas. Ducrot (1989) dá um exemplo usando números de temperaturas. No Brasil, país tropical, em uma temperatura de 18 graus Celsius poder-se-ia inferir que ela não é quente, nem muito fria. No entanto, ela estaria mais para fria do que para quente (diferente de outros países, principalmente aqueles que se encontram na Europa). Um encadeamento “Hoje está fazendo 18°, vamos para a praia” não seria provável, mas não impossível. Se uma pessoa diz “Hoje está fazendo 25°, vamos para a praia”, ele é assumidamente possível, uma vez que 25° está mais para quente do que para frio. Teríamos aqui uma gradualidade: quanto mais quente mais praia; quanto menos quente menos praia.



Fonte: baseada em DUCROT, 1989.

Esta explanação acima serve de base para apresentarmos a terminologia das formas tópicas. A implicação de um enunciado como “Hoje está fazendo 25°” é “Vamos à praia”, mas daí poderia existir também uma recíproca e um contrário como “Está muito quente, não vamos à praia”. Para sustentar esta nova formulação e a fim de esclarecer uma dificuldade em encontrar as conclusões possíveis (uma delas seria de que entre *um pouco* e *pouco* – operadores argumentativos opostos – orientariam para uma mesma conclusão, caso fizessem parte de um mesmo *topos*).

Por exemplo, uma das formas do topos consiste em ligar uma escala crescente do trabalho a uma escala crescente do êxito (uma formulação, em língua ordinária, seria “Quanto mais se trabalha, mais se tem êxito”). Mas o mesmo topos pode tomar uma forma recíproca do precedente, e ligar a escala decrescente do trabalho à escala decrescente do êxito (“Quanto menos se trabalha, menos se tem êxito”) (*Ibid.*, p. 33)

Portanto, para Ducrot (*Ibid.*), as formas tópicas servem para instruir quais possibilidades de conclusão um enunciado do tipo “Está fazendo 25°, vamos à praia” teria. Analisando o enunciado, têm-se dois topos:

T1: O calor torna a praia agradável.

T2: O calor torna a praia desagradável.

Dessa forma, têm-se também as formas tópicas:

FT1 - Quanto mais calor, mais agradável a praia.

FT1' - Quanto menos calor, menos agradável a praia.

E:

FT2 - Quanto mais calor, menos agradável é a praia.

FT2' - Quanto menos calor, mais agradável é a praia.

No entanto, Carel (1992), orientada de Ducrot, abandona a ideia de *topos* argumentativo para introduzir a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), mas não é o objetivo deste trabalho explicar sobre isso. Pretende-se apenas mostrar os percursos do linguista para elucidar quais influências este teria para com nosso método de análise (Semântica do Acontecimento).

O texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” é um trabalho crucial para nosso percurso teórico. Portanto iremos nos aprofundar no conceito de polifonia para depois indicarmos a politopia enunciativa em Guimarães (2018).

Ducrot (1987), inspirado em Bally e Bakhtin, desenvolve um arcabouço teórico-metodológico para se analisar a enunciação. Como ele mesmo diz, nas pesquisas linguísticas “há pelo menos dois séculos, consideram como óbvio (...) que cada enunciado possui um, e somente um autor” (Ibid., p. 161).

A consideração acima expõe uma problemática envolvida nos estudos da enunciação, e Ducrot, tendo como fio provocador a teoria de polifonia de Bakhtin, em que – na análise de obras de Fiodor Dostoiévski – existiriam várias personagens (com várias vozes) que se relacionariam entre si, sem ter um narrador como regente – se vê inspirado a retomar e a confrontar o postulado da centralidade do sujeito. Ele busca romper a ideia, muito em voga na época, de que um enunciado teria somente um autor. Para sistematizar a aplicação de tal teoria da enunciação polifônica, há alguns deslocamentos teóricos como a distinção entre frase e enunciação, e entre significação e sentido (como ocorre também na abordagem sobre os *topoi*).

De certa maneira, ao trazer Bakhtin e Genette para o campo linguístico (entende-se aqui a busca de Ducrot em não trabalhar com o *fora da linguagem*) – (a) Bakhtin com seu conceito de polifonia como uma manifestação (a grosso modo) de várias vozes, sem que uma seja preponderante às outras; a relação dessas vozes seria dialógica (interativa), cada uma delas daria um valor a outra; dessa maneira, cada voz teria uma consciência que não dependeria de um produtor (seja o autor do romance ou do narrador) e (b) Genette sobre a diferença entre autor, narrador, e centro de perspectiva – Ducrot (1987) consegue caracterizar a diferença entre locutor e enunciador.

Entretanto, comecemos pela tendência exaustiva de Ducrot (1987) em expor primeiro suas terminologias. Como dissemos, em *Argumentação e topoi* argumentativos (1989), o linguista busca diferenciar frase de enunciado. A frase seria uma entidade abstrata que daria instrução para sua significação enquanto o enunciado seria uma entidade observável que possibilitaria descrever o sentido de uma enunciação.

A explanação acima expõe duas diferenciações. A primeira delas é entre frase e enunciado e a segunda entre significação e sentido. Como vimos, a distinção de frase e enunciado na teoria dos *topoi*, o enunciado seria a realização de uma frase. Cada frase teria variáveis argumentativas (como os operadores argumentativos e as formas tópicas). Portanto, a frase daria instruções enquanto a enunciação forneceria descrições. “O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como uma manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (p. 164). Portanto, a frase é a realização de um enunciado. Em um enunciado – citado pelo próprio autor – “faz bom tempo”, existiria aqui apenas uma frase que poderia ser enunciada em qualquer parte do mundo. O que modifica a frase – enquanto entidade abstrata – do enunciado é a própria enunciação, que nas palavras de Ducrot (*ibid.*, p. 168):

é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois (Ducrot, 1987, p. 168).

Dessa forma, podemos deduzir por suas palavras, que a enunciação é irrepetível. O enunciado é que é capaz de descrever a enunciação, enquanto a frase seria mais voltada a descrever conceitos teóricos da gramática. Em outro exemplo, usando a mesma frase “diga obrigado!” em duas enunciações, cada enunciado descreve um tipo de conclusão. O primeiro enquanto predicado e o segundo enquanto agradecimento (cf. *ibid.*, p. 166).

Para Ducrot (*Ibid.*), o sentido faz parte do observável, isto é, é a partir da descrição de enunciados que podemos compreender seus sentidos. “Para dar conta de modo sistemático da associação “observada” entre sentidos e enunciados, escolho associar às frases realizadas pelos enunciados um objeto teórico etiquetado “significação”” (*ibid.*, p. 170). O linguista propõe entender a significação como um “conjunto de instruções dadas às pessoas que tem que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados” (*ibid.*).

A significação contém, pois, por exemplo, uma instrução solicitando que se procure de que lugar fala o locutor, e que se admita que este afirma a existência de tempo bom neste lugar de onde está falando. O que explica que um enunciado do tipo “o tempo está bom” não pode ter por sentido que está fazendo tempo bom em qualquer parte do mundo, mas significa sempre que faz bom tempo, em Grenoble, ou em Paris, ou em Waterloo, etc, ou seja, no lugar sobre o qual o locutor fala e que pode frequentemente, mas nem sempre, ser o lugar de onde ele está falando. Do mesmo modo, a significação

de uma frase no presente do indicativo prescreve ao interpretante determinar um certo período – que pode ser de duração bastante diversa, mas deve incluir o momento da enunciação – e relacionar a este período a asserção feita pelo locutor (Ducrot, 1987, p. 170-171).

A descrição de um aparecimento de um enunciado, ou seja, a enunciação, deve levar em conta o que Ducrot (1987) denomina de Locutor. Para fazer valer seu esboço teórico-metodológico, ele propõe duas distinções: Locutor e Enunciador. Locutor, para o linguista, seria o responsável pelo enunciado, a quem é imputado a responsabilidade do dizer. No entanto, Ducrot (1987) distingue o L enquanto responsável pelo enunciado do locutor enquanto ser do mundo, designado como λ ou Y.

Ducrot (1984) introduz a figura enunciativa do *locutor enquanto-pessoa-no-mundo* (λ) que é a representação linguística do ser do mundo real subjacente ao *locutor* (L). Enquanto representação linguística de um ser real, λ pode se mostrar como afetado por emoções e sentimentos: no enunciado *Eu estou feliz de te encontrar*, o pronome “eu” refere a λ (Zoppi Fontana, 2015, p. 158).

A questão norteadora para definir a diferença está em atos de expor sentimentos. Por exemplo, o locutor L afirma o seguinte enunciado: “Eu queria ter uma vida menos trabalhosa”. Este enunciado pode ser imputado a um L, mas sua vontade de ter uma vida com menos trabalho é imputada a um ser do mundo, que é capaz de exprimir sentimentos. De uma maneira mais geral, podemos entender estas diferenças com o exposto abaixo:

- a) O locutor é apresentado como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade pelo enunciado. É a ele que referem o pronome *eu* e as demais marcas de primeira pessoa.
- b) O locutor, uma ficção discursiva, é diferenciado do autor empírico, elemento da experiência (1987, p. 187). Aqui Ducrot deixa clara sua recusa em introduzir a idéia de um produtor de fala integrando a descrição do sentido do enunciado. Nesse aspecto, sua teoria diferencia-se crucialmente de abordagens discursivas, já que não é o processo de produção da enunciação que polariza o interesse, mas o simples acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado .
- c) O locutor recebe duas representações diversas: - locutor enquanto responsável pela enunciação [L] - locutor enquanto ser no mundo [Y] (BARBISAN; TEIXEIRA, 2002, p. 167).

O exposto acima de Barbisan e Teixeira (ibid.) ajuda a elucidar esta diferença entre Locutor (L) e locutor enquanto pessoa no mundo (Y). Esta distinção é uma maneira de deixar de lado a figura empírica do sujeito falante, sujeito falante que Ducrot (1987) recusa, por se tratar de algo físico, fora da linguagem.

Voltando à explanação, o Locutor (L) seria uma das duas formas de polifonia. Em um enunciado em que Oswaldo diz “Pedro me disse: eu estarei presente”, ocorre aqui uma dupla enunciação. Os dois marcadores “me” e “eu” torna o enunciado polifônico. Enquanto o locutor responsável seria Oswaldo, dentro do próprio enunciado existiria um outro enunciador que é Pedro. Isso é denominado de RED (relato em estilo direto) na terminologia de Ducrot (ibid.).

Outra forma de polifonia, segundo Barbisan e Teixeira (2002) mais frequente, são os enunciadores. Explica Ducrot:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (*ibid.*, p. 192).

Enunciadores são os diferentes pontos de vista que um enunciado contém. No caso de um enunciado como “Eu não quero, mas vou”, teríamos aqui dois enunciadores: E1 – Eu não quero, portanto não vou; e E2 – Eu vou. O Locutor assume o segundo enunciado, recusando o primeiro. É dessa forma que o linguista define os pontos de vista.

Para sustentar sua tese de que há no enunciado múltiplos pontos de vista, Ducrot (*ibid.*) se serve da ironia. A ironia carregaria um outro enunciador que não é assumido pelo Locutor. “Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e mais que isso, que ele considera absurda” (*ibid.*, p. 197).

Ducrot utiliza um exemplo do tipo: uma pessoa diz “Eu avisei ontem que Pedro viria me ver hoje, mas vocês não acreditaram”, e após a chegada de Pedro, essa pessoa fala: “Vocês veem, Pedro não veio me ver”. Segundo Ducrot (*ibid.*, p. 198), é o alocutário que é responsável pelo enunciador “Pedro não veio me ver”, e não o Locutor.

O locutor, nesse exemplo, não é responsável pelo ponto de vista de onde se diz Pedro não veio me ver. Nessa enunciação temos a assimilação do enunciador ao alocutário. Assim “não veio me ver” é dito mas não é assumido pelo locutor (SCHREIBER DA SILVA, 1991, p. 60).

Outro exemplo sobre a ironia se encontra em uma anedota de Fouquier (1981, *apud* DUCROT, 1987, p. 199) sobre um freguês com seu cachorro teckel e o gerente de um renomado restaurante de luxo. Explica Ducrot (*ibid.*) que o gerente começa uma

conversa enaltecendo a importância do restaurante com o freguês, utilizando frases como “o nosso mestre é o antigo cozinheiro do rei Farouk”; “o nosso despenseiro é o antigo despenseiro da corte da Inglaterra”; “nosso pasteleiro, nós trouxemos o do imperador Bao-dai”. O freguês, após escutar os elogios ao restaurante, fica quieto. O gerente, notando seu silêncio, resolve puxar assunto e diz: “O senhor aí tem um belo teckel”. O freguês responde: “Meu teckel, senhor, é um antigo São Bernardo”.

O enunciado “Meu teckel, senhor, é um antigo São Bernardo” entra no grau de absurdidade. Nunca que um teckel (também chamado de cão salsicha, muito parecido com o basset) poderia ser um antigo São Bernardo. Portanto, o locutor não assume o enunciado “é um antigo São Bernardo”.

Outra forma de se encontrar a polifonia em enunciados é analisando a negação. Ducrot (1987) propõe que em uma negação existirá sempre dois enunciadores. Segundo um exemplo como “Eu não quero”, teríamos: (E1) Eu quero e (E2) Eu não quero. O locutor assume o enunciador E2. Levando em conta esta constatação, Ducrot (ibi., p. 203) distingue três tipos de negação.

- a) A negação metalinguística: quando é negado a pressuposição de um enunciado como “Pedro não parou de fumar, de fato, ele nunca fumou na sua vida”. Isso só é possível como uma resposta a um locutor que tenha dito “Pedro parou de fumar”. Note-se que a pressuposição “Pedro fumava antes” não aparece, pois ela é anulada por “ele nunca fumou na sua vida”.
- b) A negação polêmica: corresponde a maior parte dos enunciados negativos. Ao contrário da metalinguística que nega um locutor, na negação polêmica o que é negado é um enunciador. Em “Pedro não é inteligente”. Temos dois enunciadores: E1 “Pedro é inteligente” e E2 “Pedro não é inteligente”. Dessa forma, temos que E1 é negado, fazendo o locutor ser responsável pelo E2.
- c) A negação descritiva: corresponde a um “derivado delocutivo da negação polêmica” (DUCROT, 1987, p. 204). Neste caso, ao invés de negar um locutor ou um enunciador, o que é negado é um estado do mundo. É a apresentação negativa de um estado de coisas, como no enunciado “Não há neve na rua”.

Outra distinção de Ducrot (ibid.) ao esboçar a teoria polifônica é a divisão dos atos da linguagem em primitivos e derivados. Entende-se por atos primitivos os atos diretos. “(...) pode-se tratar de uma personagem, identificada com o locutor, realiza pelo fato de que este locutor é assimilado a tal, ou tal enunciador” (ibid.). Atos derivados

seriam, por exemplo, as frases interrogativas. Conforme o linguista, para analisar o sentido de uma interrogação deve-se valer de:

- a) Estes enunciados devem fazer aparecer um enunciador que exprime sua dúvida no que concerne à proposição sobre qual incide a interrogação;
- b) Quando este enunciador é assimilado ao locutor, a expressão da dúvida deve ser relida como uma pergunta, ou seja, a enunciação deve ser descrita como obrigando o alocutário a responder. (Ibid., p. 213)

No que trata sobre a pressuposição, a teoria polifônica provoca um deslocamento. Ao contrário de compreender o sentido de um enunciado por meio do posto e do pressuposto, Ducrot (ibid., p. 216) afirma que a polifonia é uma pressuposição. Em um enunciado como “Pedro parou de fumar”, Schreiber da Silva (1991, p. 63) diz que “Ducrot propunha ver a realização pelo locutor de dois atos, um de pressuposição, relativo ao pressuposto “Pedro fumava anteriormente”, e outro de asserção, relativo ao posto “Pedro não fuma atualmente””. Mas descrevendo os atos a partir da teoria polifônica, o linguista afirma que

ele apresenta dois enunciadores, E1 e E2, responsáveis, respectivamente, pelos conteúdos, pressuposto e posto. O enunciador E2 é assimilado pelo locutor, o que permite realizar um ato de afirmação. Quando ao enunciador E1, aquele que segundo o qual Pedro fumava anteriormente, ele é um certo SE, a uma voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado (Ibid.).

Desse modo, Guimarães (1995) afirma que os enunciadores são perspectivas enunciativas. É o lugar do qual se fala, se enuncia. “A perspectiva enunciativa, o enunciador, é uma figura de sujeito que não se dá como quem fala, mas simplesmente como um lugar do qual se fala, se enuncia” (ibid., p. 61).

Esse quadro da teoria polifônica da enunciação é importante para entendermos os enunciadores na semântica do acontecimento de Guimarães (2002). Dessa forma, toda nossa incursão na teoria de Ducrot até o momento nos serve de base para expormos novas formulações: como o acontecimento enunciativo.

1.3. A Análise do discurso e a Semântica Histórica da Enunciação

Toda teoria inicia-se pela tentativa erro. Isto é, é preciso arriscar antes de mais nada. Após o risco, há o teste de que tal teoria é passível de eficiência. Para isso, ela é formulada inicialmente enquanto teste e depois reformulada enquanto teoria em si.

Dessa forma, não podemos nos furtar a elencar algumas destas re/formulações que a teoria por nós adotada (Semântica do Acontecimento) apresentou.

Inicialmente, há duas relações teóricas. A semântica enquanto campo da significação/sentido institucionalizado na Linguística, e a Análise de Discurso (doravante AD), no campo também da significação/sentido mas que inclui a história (materialismo). Dessa forma, temos que compreender o caminho perpassado pelo autor da Semântica do Acontecimento na sua relação com a semântica já constituída, na pessoa do linguista Oswald Ducrot, e a constituição da AD, na pessoa de Eni Orlandi. É claro que nesta posição intercambiante entre essas relações colocaremos apontamentos, rupturas e aberturas que a Semântica do Acontecimento apresentou e apresenta.

A incursão da AD aparece na fase embrionária, digamos assim, da Semântica do Acontecimento. Tanto que o nome no início apresentado era de uma Semântica Histórica da Enunciação (doravante SHE). Esse nome ainda é usado por alguns entusiastas, mas grande parte de estudiosos deste campo adotaram o nome futuro de Semântica do Acontecimento.⁶

Por isso, acrescentaremos neste subtópico a importância das relações científicas da AD na constituição da Semântica do Acontecimento, uma vez que os postulados das duas primeiras fases da ANL (Argumentação na Língua), a *standart, teoria polifônica da enunciação* e os *topoi*⁷, já foram apresentadas no tópico anterior. Dessa forma, apresentaremos aqui relação de vizinhança da SA na AD, e possivelmente, também colocaremos alguns traços da importância de Ducrot, mas de uma maneira geral.

No livro *Os limites do Sentido* (1995), Guimarães elabora um quadro das principais teorias que abordam o sentido de alguma maneira, seja a enunciativa (Benveniste), seja pragmática (GRICE, AUSTIN), seja argumentativa (DUCROT), e seja histórica (SHE). Nesta apreciação teórica, o autor apresenta suas principais críticas à intencionalidade do falante, aos dilemas de Benveniste, entre outros. O que se apresenta com grau de importância é uma mudança de terreno na relação do sentido com a história.

Ducrot (1987, 1989, 2009) guarda uma relação muito próxima com o estruturalismo saussureano, principalmente na relação dos signos (cf. MACHADO,

⁶ É importante destacar que a Semântica do Acontecimento e a Análise do Discurso são teorias distintas. O objetivo do subtópico é elencar as relações científicas, podemos dizer de vizinhança, que as duas teorias se apresentaram no Brasil, principalmente na Unicamp. Vale ressaltar, para distingui-las, que, enquanto o objeto da AD é o discurso, o objeto da SA é o enunciado. Ver: STEIGENBERGER, MACHADO, SCHREIBER DA SILVA (2011).

⁷ Há uma terceira fase da ANL: a Teoria dos Blocos Semânticos. Não é do escopo deste trabalho fazer uma descrição desta fase.

2015). Como dissemos antes, a argumentação linguística é uma relação de signos apresentada na língua, isto é, a argumentação ocorre na e pela língua. A história não é evocada para dar condições de possibilidade de sentidos. Ducrot (1987, 1989) trabalha com injunções da frase e com a observação do enunciado (enunciação). Dessa maneira, não é seu critério pensar em uma condição (situação) dada para a enunciação. Portanto, a argumentação é uma relação de um argumento para uma conclusão tomada na língua.

Com uma influência de vizinhança científica com a AD, principalmente no que ela trouxe de novo, como a inclusão da ideologia e da história no campo Linguístico, Guimarães (1995) estabelece na SHE uma relação muito próxima com a história, mais precisamente com o interdiscurso, conceito caro à AD. Ao contrário de Ducrot (1983), que a argumentação está inerente à língua, Guimarães adota o interdiscurso como condição de possibilidade da argumentatividade.

Com efeito, a proposta do interdiscurso é inovadora porque coloca em relação a ideologia com a história, e mais precisamente, essa relação de entremeio (ORLANDI, 2017) da linguística com as ciências humanas. Para elucidar, trataremos agora de alguns conceitos-chave da AD.

A AD é constituída epistemologicamente com base em três regiões do conhecimento científico, como afirma Pêcheux (1997): o materialismo histórico, a linguística, e a teoria do discurso. Nessa relação entre o histórico (ideologia, memória e arquivo), a linguística (sintaxe e semântica), e a teoria do discurso (objetivo maior para Pêcheux era criar um aparelho teórico para uma análise não subjetivista do discurso, como vemos em Paul Henry (1997)), é que se constitui a AD, pensando de maneira inovadora a interpretação, ou vista de outra maneira, confrontando a interpretação (ORLANDI, 2012).

Com o objetivo de criar um quadro analítico do discurso, com uma forte influência de Althusser, filósofo francês, Pêcheux inaugura uma relação entre história e ideologia. O processo ideológico funciona com a evidência de esquecimentos. Os sujeitos não sabem que são interpelados pela ideologia para tornarem-se sujeitos. Esse é um dos conceitos-chave da AD: o assujeitamento.

Conforme Pêcheux (1995), a ideologia funciona interpelando o indivíduo transformando-o em sujeito. Daí reside a tese central de Althusser de que só há ideologia por e para sujeitos. Os esquecimentos postulados por Pêcheux (1995), nomeados de n° 1 e n°2, são a base para o entendimento do funcionamento da ideologia.

Concluiremos esse ponto dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos do discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (*Ibid.*, p. 162).

A Ideologia é entendida como uma prática, e se enquadra na AD a partir de dois esquecimentos: os sujeitos esquecem que não são origem do seu dizer (sempre há uma relação com o “todo dominante”) e se esquecem que são determinados sócio-historicamente. “É nesse reconhecimento que o sujeito se “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo “sempre-já” sujeito, e “sempre-já” se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (*ibid.*, p. 170).

Concordamos em chamar *esquecimento n°2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (*Ibid.*, p. 173)

Dessa maneira, para Pêcheux (1995), a materialidade discursiva é entendida a partir da relação necessária entre as formações ideológicas (o processo de determinação-subordinação-contradição) e as formações discursivas (discursos que são determinados pelo “todo dominante”, isto é, o interdiscurso). Entendemos, a partir de Pêcheux (1999), que a formação ideológica é o ponto de confronto entre posições de classe, com um conjunto de identidades e alteridades. Nessa construção do processo discursivo, a formação discursiva é componente da formação ideológica (da interpelação da ideologia). A formação discursiva é o ponto de deriva possível em uma sequência discursiva com o “todo dominante”. Seria o que ele chama de matriz do sentido, o método parafrástico – a deriva – como condição dos efeitos de sentidos do discurso. Ele reforça que uma sequência discursiva (SD) pertence a uma FD, e que, portanto, possui vários sentidos.

Leitor deve se perguntar onde estão todos os conceitos elencados acima (superfície discursiva e processo discursivo). O que propomos é uma leitura já avançada destes termos, que resumidamente são encontrados em Pêcheux⁸. Toda esta explanação

8 Superfície discursiva: entendida no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um “discurso” concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão.

Objeto discursivo: entendido como o resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma análise linguística que visa a anular a ilusão n° 2.

sobre ideologia tem sua importância justificada para entendermos o que significa discurso enquanto efeito de sentidos entre interlocutores. Para isso traremos conceitos da professora Eni Orlandi.

Eni Orlandi é uma aprofundadora da AD de linha francesa. Suas teses e análises são reconhecidas internacionalmente, o que faz dela a expoente brasileira da Análise do Discurso Pecheutiana. Dessa maneira, compreendemos que o diálogo da embrionária Semântica Histórica da Enunciação (SHE) se dá principalmente com os postulados desta autora. Por isso, retomamos aqui sua leitura sobre a ideologia e a interdiscursividade.

Começemos por ideologia. A autora afirma o seguinte:

Há um princípio discursivo que diz que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. O discurso é o lugar em que podemos observar a articulação entre língua e ideologia. Discursivamente, consideramos que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Por isto, ao observarmos como a língua produz sentidos temos acesso ao modo como a ideologia está presente na constituição dos sujeitos e dos sentidos. A ideologia, por sua vez, está em que o sujeito, na ilusão da transparência e sob o domínio de sua memória discursiva – *alguma coisa que fala antes, em outro lugar e independentemente* – pensa que o sentido só pode ser “aquele” quando na verdade ele pode ser outro. O que lhe atribui esta evidência é, na verdade, o fato de que não há sentido sem interpretação e a interpretação é um gesto do sujeito carregada de ideologia, que torna evidente o que na realidade se produz por complexas relações entre sujeitos, língua e história, resultando em diferentes formações discursivas (*Ibid.*, 2017, p. 153)

Como é enfatizado na citação acima, Orlandi (2017) compreende o discurso como a materialidade da ideologia. Isto provoca três condições de análise: a primeira seria analisar o “fio do discurso”⁹, a sua materialidade enquanto uma superfície discursiva; tomá-lo enquanto um objeto discursivo (teórico); e depois analisá-lo, com base no interdiscurso, seus possíveis pontos de deriva, deslocamentos de sentido. Há muitos textos sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira que trazem o período da democratização (abertura política), precisamente a partir de 1978, como a mudança “lenta, gradual e segura”. Os textos enfatizam as aspas mas não mostram o locutor General Geisel. Esse enunciado “lenta, gradual e segura” faz parte de uma formação discursiva da própria Ditadura Civil-Militar que é retomado em confronto com uma formação discursiva pró-democracia. Dessa maneira, ao analisar o enunciado citado

Processo discursivo: entendido como o resultado da relação regulada de *objetos discursivos* correspondentes a *superfícies linguísticas* que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº1 (PÊCHEUX, 1999, p. 180 e 181).

9 Fio do discurso é trabalhado em Pêcheux (1999) a partir da noção de discurso pré-construído.

teríamos uma região interdiscursiva com enunciados sobre a ditadura e a democracia, e teríamos a superfície discursiva (formulação) do enunciado “lenta, gradual e segura”.

Vejamos, as evidências da Ideologia funcionam desta maneira. O livro *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, traz à tona justamente essa relação do óbvio como evidência. Se existem estes esquecimentos que citamos acima, os sujeitos não sabem (já sabendo) que são determinados por suas condições socio-históricas. A partir do enunciado “mudança lenta, gradual e segura” podemos usar o método parafrástico para encontrar sua formação discursiva. É isso que trabalhos da AD com o político demonstraram ao longo do tempo (ver o livro *A fala dos quartéis* (2013), por exemplo.).

A ideologia para Orlandi (2015) é uma relação necessária entre a linguagem e mundo. A ideologia seria, enquanto uma prática significante, um efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que tudo haja sentido. “O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade” (p. 46).

Quando o presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) afirma que não houve golpe civil-militar em 1964¹⁰, é preciso compreender que esse enunciado sempre esteve já-lá no interdiscurso. O que ocorre é sua retomada, sua restauração enquanto prática de uma formação ideológica. O primado do interdiscurso é histórico, é uma relação da história com a linguagem. Os esquecimentos são fundamentais para o funcionamento do interdiscurso. O sujeito esquece que não é origem e que não é autônomo na formulação.

O interdiscurso pode ser tratado também no olhar de Orlandi (2012; 2015; 2017) como uma memória discursiva. Por arquivo entendemos os sentidos estabilizados e institucionais e a memória interdiscursiva como parcialmente estabilizados, isto é, vulneráveis à metáfora, à deriva de sentidos. Isto pode ser melhor explicado se pensarmos no que Orlandi (2015) explica como paráfrase e polissemia.

A paráfrase é repetição, enquanto a polissemia é a possibilidade de deslocamento de sentido, da metáfora, da deriva. A autora explica que a paráfrase seria a retomada de dizeres sedimentados e a polissemia é “deslocamento, rupturas de processos de significação” (ibid., 2015, p. 34). Dessa maneira, para a autora, tudo é repetição, seja ela empírica (mnemônica), técnica, ou histórica. A histórica é a mais importante porque coloca a relação da língua com o equívoco, com a falha. A historicidade permite transferências de sentidos, deslocamentos e rupturas.

¹⁰ Ver: “Oito vezes em que Bolsonaro defendeu o golpe de 64”.

<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762>, acesso em jun. 2021.

Pensando desta forma, é importante trazermos também outro aspecto da AD que é fundamental na fase embrionária da Semântica do Acontecimento. Trata-se das posições sujeito. Retomando quando afirmamos que a formação ideológica é o confronto entre posições de classe, o que cabe agora é compreender a relação entre formação discursiva e formação ideológica. A formação discursiva, conforme Orlandi (2015), é um elemento da formação ideológica, que determina o que “pode e deve ser dito”.

Pensando desta maneira, o enunciado do ex-ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, sobre a realização do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), num momento que o Brasil enfrentava a pandemia da Covid-19, faz parte de uma formação discursiva neoliberal (é importante retomar que a AD trabalha na superestrutura). O ministro afirmou a senadores que o ENEM não foi feito para corrigir injustiças¹¹. A formação discursiva neoliberal faz parte da formação ideológica. Poderíamos parafrasear como “há injustiças porque o mundo é assim”.

consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daquelas que as empregam (*Ibid.*, p. 40).

Ao trazermos o enunciado do ministro da Educação, conseguimos contemplar o funcionamento das posições-sujeito. Ao ocupar uma posição neoliberal, o ministro evoca sua formação discursiva.

Devemos ainda lembrar que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (M.Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que se diz. O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia (M. Pêcheux, 1975) (ORLANDI, 2015, p. 47).

As posições-sujeito também podem ser intercambiáveis. O ministro da Educação pode falar na posição neoliberal, mas também na posição de ativista (entendendo como um ativista a favor do estado mínimo, uma das teses centrais do modelo neoliberal). As

¹¹ Ver notícia: “Em reunião com senadores, Weintraub diz que Enem não foi feito para corrigir injustiças.” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/em-reuniao-com-senadores-weintraub-diz-que-enem-nao-foi-feito-para-corriger-injusticas.shtml> Acesso em jun. 2022.

duas posições são intercambiáveis e é a superfície discursiva (o fio do discurso) que vai determinar quais posições são evocadas.

Após este breve percurso na AD, retomaremos diálogo que a SHE manteve com esta disciplina. No livro “Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português”¹² (1987), Guimarães demonstra suas aproximações teóricas com Benveniste e Ducrot (como já elencamos acima) e com a AD. Seu objetivo é estudar as construções semânticas das conjunções observando o modo pelo qual elas constituem a organização textual.

Como vimos, Benveniste postula que a enunciação é a apropriação de um falante da língua. É uma relação da língua com o sujeito (o exterior, neste caso, não faz parte da teoria)¹³. Ducrot (1987) postula que a enunciação é o aparecimento de um enunciado. Estas duas postulações contribuem para essa definição inicial de enunciação em Guimarães (1987).

A enunciação, nesta perspectiva, não considera o sujeito uno e único, como autônomo e sendo o centro de seu dizer, mas como sujeito determinado pelas condições sócio-históricas e pelos esquecimentos (as evidências). Trata-se de um estudo que descreve teorias não muito próximas: a Teoria Polifônica de Ducrot (1987), que, como vimos, mostra que os sentidos de um enunciado podem ser múltiplos, e o da AD, que, como também vimos, entende o discurso (o dizer) com sua relação entre ideologia (esquecimentos), interdiscurso (memória) e intradiscurso (atualidade). As propostas deste livro é tratar o sujeito, portanto uma semântica enunciativa, que procurará desvencilhar o sujeito benvenistiniano e instaurar o sujeito dividido entre a Teoria Polifônica e as posições-sujeito da AD. “Ou seja, definiremos a enunciação independentemente do sujeito” (GUIMARÃES, 1987, p. 12). Isto parece um paradoxo, mas ao tratar o sujeito enquanto determinado pelas condições sócio-históricas, a sua centralidade (uno e único) é colocada em xeque.

Dessa maneira, um dos pontos centrais da Semântica Histórica da Enunciação é trabalhar o sujeito enquanto condicionado tanto pela relação da ideologia com o interdiscurso, quanto pelas múltiplas vozes contidas nos enunciados.

É importante destacar o que é língua e linguagem para Guimarães (1987). A primeira é uma dispersão de regularidades (diferente de regra) que a caracteriza como

12 “Texto e Argumentação” é anterior ao livro “Os limites do Sentido”, no entanto, a aproximação com o histórico (AD) fez com que considerássemos também como uma semântica histórica da enunciação.

13 Muitos teóricos afirmam que existe exterioridade em Benveniste como uma relação sujeito e mundo. No entanto, não compartilhamos desse pensamento por considerarmos que Benveniste sempre se ateu no tratamento da língua enquanto estrutura, se aproximando mais de Saussure do que outros teóricos que compreendiam a exterioridade enquanto constitutiva da linguagem.

fenômeno social e histórico. A segunda é também um fenômeno que funciona segundo um conjunto de regularidades socialmente construídas, que se cruzam e permitem mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio e quebra de regra. A língua, dessa forma, é uma dispersão de regularidades, isto é, é parcialmente estabilizada na sociedade. A linguagem é a língua em funcionamento com suas condições de aparecimento e de mudanças.

Outro ponto decisivo nesta obra é o conceito de texto enquanto atravessamento de várias posições-sujeito e como uma dispersão de discursos. Mas como analisar um texto enquanto dispersão? A noção de recorte contribui para isso, colocando em evidência fragmentos discursivos de uma condição dada. Esta noção coloca em relação dois pontos: a incompletude do sentido, isto é, a relação de um discurso com outros e a polissemia, uma dispersão de sentidos (transferência, deslocamento, deriva).

A obra analisa as conjunções de duas maneiras: a primeira como observacional, analisando as conjunções enquanto articulação sintático-semânticas e a segunda como descrição e explicação, tomando o resultado da observação levando em conta a teoria polifônica e as posições-sujeito. Destacaremos aqui uma parte desta análise sobre a conjunção *mas*¹⁴.

No primeiro momento é analisado a conjunção *mas* com base em testes de possibilidade: a) possibilidade de inversão das orações; b) possibilidade de articulação por sobre os limites da frase; c) alcance da negação; d) alcance da pergunta; e) modo de encadeamento no texto; f) divisão para dois locutores numa conversa; g) divisão entonacional no interior da frase; h) correlação dos modos verbais.

Este primeiro momento serve para esboçar semelhanças e diferenças no funcionamento das conjunções. Esta observação pode ser compreendida como um aprofundamento iniciado em Ducrot e Vogt (1980). Sobre o *mas* tomado além da estrutura sintático-semântica, vemos que o *mas* é um operador argumentativo que funciona a partir de estratégias de relação. O *mas* serve para orientar argumentativamente e dar progressão ao texto em que está.

Neste momento, o mais importante para nós é sua conclusão sobre a mobilidade de sentidos a partir das conjunções. Vejamos a conjunção *mas*. Ela indica que o argumento que contém o *mas* orienta a progressão textual. Em um enunciado “O pronunciamento de Jair Bolsonaro deveria envergonhar o país, mas isso não aconteceu”, a progressão do enunciado se dá como se o país deveria se envergonhar, mas não se

14 Conforme estudo de Ducrot e Vogt (1980), existem dois *mas*. O *mas*_{SN} e o *mas*_{PA}. O primeiro é opositivo mas não argumentativo. Geralmente vem após uma negação: “Ele não é vereador, mas prefeito da cidade”. O segundo é argumentativo por mostrar a construção de duas conclusões.

envergonhou. Nesse caso, a progressão do texto se daria a partir do país não ter se envergonhado (GUIMARÃES, 1987, p. 114).

A ideia principal do livro *Texto e argumentação* é mostrar que a relação de sentidos das conjunções se baseia na argumentatividade, embasando as análises seja em Ducrot (1983; 1987), em Vogt (1977), e em Orlandi (1984). Por exemplo, no caso de um enunciado *A mas B*, a progressão textual, isto é, o que é orientado a se interpretar pelo texto, se dá por *B*. No caso da conjunção *embora* ocorre o contrário. No enunciado *A embora B*, é a perspectiva de *A* que direciona a interpretação do texto.

Este trabalho de Guimarães é importante porque traz à tona uma relação das conjunções com a polifonia exposta por Ducrot (1987). Analisando *não só A mas B*, o autor nos mostra que a diferença de uma conjunção aditiva como a *e* e o *não só mas também*. Enquanto que a conjunção *e* condiciona uma perspectiva, ou seja, um ponto de vista, *não só mas também* condiciona dois enunciadores.

Seria o seguinte:

E1: Não só *A*

E2: Não só *A mas B*.

No caso da conjunção *e*, teríamos:

E1: *A e B*.

Dessa forma, esta obra nos vale de base para analisar a argumentação nos livros didáticos. Agora iremos retomar brevemente alguns operadores argumentativos, retirados da obra de 1987, que retoma conceitos ducrotianos levando em conta a historicidade dos elementos de um enunciado. Conforme vimos anteriormente, o uso de *até* ou *até mesmo* em um enunciado tem mais força que o enunciado anterior. Isso nos mostra que este operador tem uma relação do Locutor com a enunciação, e não uma relação do tipo *mas* que tem uma relação entre enunciados. Da mesma forma, podemos ver o uso de *além disso*, como forma de uma avaliação do Locutor sobre o que diz. Enquanto o uso de *até* e *até mesmo* articula argumentos de forças diferentes, o *além disso*, como o *também*, articulam argumentos de mesma força. Isto é importante porque é bastante o uso de *além disso* no conteúdo dos livros didáticos.

O próximo livro, lançado em 2002, tem uma importância crucial nos estudos enunciativos propostos por Guimarães. Além de compreender a enunciação como acontecimento, saindo um pouco de uma tomada de posição que coloca o acontecimento como um evento possibilitado por um conjunto de mobilizações discursivas que

reconfiguram uma memória (PÊCHEUX, 1990), o autor o considera neste momento como o próprio funcionamento da língua.

É cravado nos estudos posteriores a este livro o seguinte postulado: o acontecimento é “uma diferença em sua própria ordem”. Guimarães (2002) compreende que o funcionamento da língua se dá pelo acontecimento da enunciação porque recorta um passado e abre uma futuridade.

1.4. Semântica do Acontecimento

A partir de 2002, há uma nova configuração na teoria enunciativa proposta por Guimarães (2002). Este texto traz novos conceitos fundamentais para os estudos atuais (2018). A enunciação enquanto acontecimento é um deles. Conforme Guimarães (2002, p. 12), o acontecimento é “uma diferença em sua própria ordem”, isto é, uma exceção a uma regularidade. O que o caracteriza como diferença é a sua temporalização (*Ibidem*). Todo acontecimento do funcionamento da linguagem evoca enunciações passadas, o passado da enunciação, o presente do enunciar, e a latência de futuro, a interpretação.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivalidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (*Ibidem*).

A partir desta constatação, nos trabalhos posteriores já encontramos referências não mais sobre a Semântica Histórica da Enunciação, mas como Semântica do Acontecimento. Este conceito de enunciação enquanto acontecimento é retomado por Guimarães no livro *Semântica: enunciação e sentido* de 2018, dezesseis anos depois, configurada da mesma maneira:

Um aspecto decisivo aqui é definir o que torna um acontecimento específico. O que torna uma obra de Mattoso específica, relativamente a outra? Em outras palavras, o que dá especificidade ao acontecimento? Ou melhor, como mostrar a especificidade, a diferença desta obra na história considerada? A diferença que constitui a especificidade do acontecimento é uma temporalidade de sentidos: um passado, um presente e um futuro (GUIMARÃES, 2018, p. 38).

Como vimos acima, o acontecimento é a abertura de uma nova temporalização, que os semanticistas procuram analisar na relação entre enunciação e a história. E é nisso que podemos apresentar um pouco da contribuição do conceito de acontecimento em Paul Veyne (2008) para a Semântica do acontecimento. Para o historiador francês, o

acontecimento é uma diferença que não reconhecemos sua essência em *priori*. Segundo ele, o acontecimento só pode ocorrer por meio de indícios que serão considerados pelo historiador ao narrar o fato histórico, com base em testemunhas e em documentos. Isto tem uma relação interessante porque irá nos levar à especificidade do acontecimento. Conforme Veyne (2008), não há uma história geral ou uma história da verdade, o que existe são acontecimentos narrados – daí a noção de trama proposta pelo autor – por um historiador a partir de um momento do curso da história.¹⁵

O acontecimento não são coisas reais ou objetos que tomamos para uma amostragem de dados quantitativos. O acontecimento, na visão histórica de Paul Veyne, “não é uma diferença de detalhes, seu conteúdo, o que são, mas o fato de que acontecem, quer dizer, de que acontecem num dado momento; a história nunca se repetiria, mesmo que vivesse a contar a mesma coisa” (*Ib.*, p. 22). Aqui podemos fazer uma relação com o acontecimento de Guimarães (2002; 2018). Não são casos raros ou polêmicos que caracterizam o acontecimento, mas sim uma relação entre seu aparecimento, seja ele de qualquer natureza (factual; não-factual; polêmico; raro), com o momento deste aparecimento. Conforme vimos em Veyne (*Ib.*), o historiador analisa um acontecimento (podendo ser o almoço de um deputado ou uma instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito) por meio de indícios que o leve a apreender documentos e testemunhos sobre o acontecimento. Não se trata apenas de um olhar, e é isso que é interessante no estudo de Veyne. A história, conforme o autor, não é um geometral capaz de ser um organismo fechado e concluído. A história é contínua e descontínua, a depender do olhar do próprio historiador.

Na visão de Guimarães sobre o acontecimento, levando em consideração, é claro, o campo semântico-enunciativo, não são os dizeres polêmicos, raros, preconceituosos, etc., que definem o acontecimento – embora possam fazer parte da análise –, mas o aparecimento de qualquer dizer em uma condição sócio-histórica.

É interessante notar uma diferença à noção de acontecimento no interior da Análise do Discurso Francesa. Para Pêcheux (1990, p. 17), o acontecimento é o ponto de encontro de uma memória com uma atualidade. Em seu texto *Discurso: estrutura ou acontecimento*, na versão brasileira de 1990, o autor analisa o enunciado *on a gagné!* ao redor da eleição de François Mitterrand em 1981, que representava a esquerda no país. O enunciado *On a gagné!* (Nós ganhamos!) foi pronunciado em diversas localidades no país, inclusive entoado na praça da Bastilha. Para Pêcheux (*Ib.*), a manifestação deste

¹⁵ Isto não quer dizer que não existem fatos. Como o autor afirma, os fatos são narrados, e desta maneira, adquirem sentidos verdadeiros ou falsos, com base, sempre, nos fatos.

enunciado no campo político configura uma nova interpretação de sentidos sobre ele mesmo. Isso quer dizer que *on a gagné!* é retomado do campo do esporte e reconfigurado no campo político. Este seria o ponto de encontro entre a memória e uma atualidade. Diferentemente da Semântica do Acontecimento (SA), a AD entende o acontecimento como um evento que repete uma estrutura (intradiscurso) que atualiza uma rede discursiva (interdiscurso). Na SA, o acontecimento é o funcionamento da língua na sua relação entre forma linguística, história e o político.¹⁶

1.4.1 - A especificidade do Acontecimento na SA

Não estamos no campo das atividades fisiológicas, intencionais e comportamentais dos sujeitos. Diferente do conceito de acontecimento de Paul Veyne (2008), na SA o acontecimento está nas regularidades da língua com uma demanda do presente da enunciação, dessa maneira analisamos as regularidades do funcionamento da linguagem. A especificidade do acontecimento na SA é definida pela temporalidade aberta pela enunciação.

Segundo Guimarães (2002), a temporalidade, como vimos, é uma rememoração de enunciações (não de enunciados) no presente que abre uma latência de futuro. Nos termos do autor, a rememoração de enunciações são recortes de uma memória na própria enunciação, definidos como memorável. Já a latência de futuro são as projeções de sentido propostas pela enunciação, definidas por Guimarães (2018, p. 41) como futuridade. “Ao recorte do passado, produzido pelo acontecimento, chamo de *memorável*, e esta projeção de enunciações futuras, de *futuridade*” (*Ib.* – destaques do autor).

O acontecimento da enunciação é este funcionamento da língua na sua relação com o político e a história. Sua especificidade está na relação entre a desigualdade das línguas e dos falantes e a materialização das condições sócio-históricas na enunciação.

É importante caracterizar agora o que é enunciado. O enunciado para Guimarães (2018) é a unidade de análise da SA. Numa caracterização metodológica, o enunciado é uma unidade de sentido que tem uma consistência interna e uma independência relativa. O autor, ao analisar o enunciado *Beijo pouco, falo menos ainda* do poema Neologismo de Manuel Bandeira, nos indica que *Beijo pouco* tem uma consistência interna, isto é, ele sozinho produz sentido. No entanto, o enunciado em questão está num texto, num

¹⁶ Para um maior entendimento sobre o acontecimento da AD e sua relação com a SA, ver STEIGENBERGER; MACHADO; SILVA (2011).

poema, e é por ser integrado a um texto que sua significação adquire sentido¹⁷. Daí sua independência relativa, o enunciado sozinho pode produzir sentidos, mas é sua integração a um texto que lhe dá direcionamento.

Se a palavra tem uma *consistência interna* (que sua morfologia lhe dá), ela não tem independência que a integre a um texto, a palavra precisa ser tomada no enunciado (*Beijo pouco*) para poder se apresentar neste todo do acontecimento do dizer. (...) É a *independência relativa*, aliada à consistência interna, então, que faz o enunciado significar e assim ser enunciado, e não se reduzir a uma sequência de sons, ou de palavras, ou de formas, simplesmente (*Ib.*, p. 16).

Em outros termos, se tomarmos a palavra Ditadura, ela por si só carrega significações, mas é sua relação em um acontecimento que lhe dá sentido. Nos livros didáticos, analisamos a Ditadura Militar, o que mostra uma especificidade deste acontecimento.

Indo adiante, outra característica do acontecimento da enunciação é o conceito de Espaço de Enunciação (EE). Retomando o sujeito falante de Bally, mas retirando dele sua autonomia e intencionalidade, Guimarães (2002-2018) o considera como uma figura – não como lugar – da enunciação. O sujeito falante existe porque é agenciado pelo EE.

Deste modo considero que o falante, tal como o conceito, é uma categoria linguística e enunciativa. Neste ponto diferencio minha posição da de Ducrot. Mas num sentido muito preciso. Primeiro devo dizer que concordo que o falante, tal como Ducrot o conceitua (como figura físico-fisiológica e psíquica), não é um personagem da enunciação. Minha diferença está em que considero que o falante não é esta figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação (*Ibidem*, 2002, p. 18)

Como veremos mais a frente sobre o agenciamento enunciativo, o falante não participa da cena enunciativa, enquanto lugar de enunciação, no entanto, o falante faz parte do agenciamento político, isto é, da relação das línguas com os falantes. O espaço de enunciação é um espaço dividido desigualmente, e é esta característica que o torna político, levando em conta o político como confronto e como dissenso, que veremos também adiante. Por agora, retomaremos o conceito de EE.

O Espaço de Enunciação é lugar da distribuição das línguas para os falantes. Como afirma Guimarães (2002), só há falantes porque há línguas e só há línguas porque existem falantes.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem e se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeito

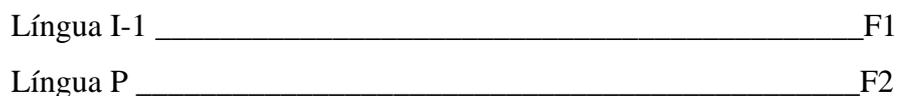
¹⁷ Na terminologia de Guimarães (2018, p. 17), a *significação* “é a palavra para o conceito geral, objeto da semântica; *sentido* é a palavra para a significação dos enunciados”. “Vamos considerar o sentido como a significação do enunciado, constituído pela integração do enunciado ao texto, em virtude de sua independência relativa” (*Ib.*).

divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (*Ibidem*, p. 18-19).

O EE é político porque divide o real desigualmente. Não se pode falar da mesma maneira porque os falantes são agenciados enquanto as línguas que falam e os papéis sociais que desempenham. Por exemplo, um falante de Portugal é agenciado diferentemente de um falante do Brasil. Por isso que a língua não é a mesma, pois os lugares distribuídos são diferentes.

Guimarães (2018), ao discorrer sobre o EE, retoma a chegada da esquadra portuguesa no Brasil no séc. XVI. O EE até então era “habitado” por falantes das línguas indígenas. A esquadra deixa no Brasil quatro pessoas, quatro portugueses, que se adentram ao EE existente. Esse contato com os portugueses modifica o EE, que passa a ser constituído também pela Língua Portuguesa e por seus falantes. Dessa forma, o EE passa a ser distribuído entre os falantes e as línguas indígenas e entre os falantes e a Língua Portuguesa.

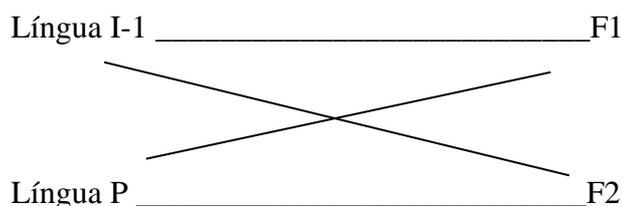
Essa modificação pode ser descrita pelo diagrama abaixo:



Este diagrama, reproduzido da obra de Guimarães (2018, p. 27), dispõe os falantes das Línguas Indígenas e os falantes da Língua Portuguesa. Os portugueses ao entrarem em contato com as línguas indígenas, e vice-versa, são afetados por uma nova configuração do EE.

O que ocorre é que esta relação se complexifica na medida em que os falantes F2 passam a ser diretamente afetados pela língua I-1 e passam a ser constituídos também pela relação direta com ela, e vice-versa. E as línguas passam também a ser outras porque constituem outros falantes (*Ib.*)

Os falantes desse novo EE criam relações entre línguas, podendo um falante falar outra língua, e constituir novas relações de sentido. Por exemplo, o falante português pode falar uma língua indígena, e vice-versa, e essa relação permitirá uma nova configuração política do EE, quando a Língua Portuguesa passa a ser considerada superior às línguas indígenas. Há um cruzamento entre os falantes e as línguas que não se apresentava no EE inicial.



Este cruzamento das atividades dos falantes entre as línguas é constatado nas mudanças linguísticas em documentos oficiais do Império Português. Ao tomar a terra dos indígenas, “conquistá-la”, as línguas indígenas passam para um segundo plano, sendo dominadas pela Língua Portuguesa. É o que Guimarães (2018, p. 29) nos mostra analisando o enunciado *donde chamam Gohayó*. Este enunciado, retirado de um documento oficial para doação de terras, apresenta um dizer de um outro lugar, do lugar de dizer genérico dos falantes das línguas indígenas, ou seja, a Língua Portuguesa passa a eliminar a importância das línguas indígenas.

Outro detalhe importante é a relação do falante da Língua Portuguesa Oficial com a língua portuguesa corrente. A constituição do EE se dá entre os falantes de línguas indígenas, considerados excluídos pela imposição da Língua Oficial, e os falantes da Língua Portuguesa Oficial. É interessante observar a configuração do EE nas obras de José de Alencar, o que permite compreender melhor essa relação de poder dos falantes com as línguas que falam.

Esta é apenas uma das distribuições das línguas e dos falantes no EE. É preciso agora discorrermos sobre o político na Semântica do acontecimento.

Para Guimarães (2002, p. 16), o político é o “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam o seu pertencimento”. Apenas nesta citação, encontramos o político enquanto conflito e enquanto divisão do real, ou seja, divisão do sensível, nas palavras de Rancière (1996).

O político enquanto conflito guarda relações com os trabalhos de Eni Orlandi (2015), que comentamos anteriormente. Já o político enquanto distribuição do real faz parte do bojo teórico-filosófico de Jacques Rancière (1996). Para isso, iremos explorar os principais conceitos sobre o político deste autor, bem como mostrar sua importância para a SA.

1.5. O dissenso e o ódio à democracia

Jacques Rancière é um filósofo francês, conhecido por seus trabalhos sobre filosofia política e estética. Com uma filiação de Platão a Hannah Arendt, seu trabalho sobre a política enquanto uma divisão desigual do sensível nos mostra uma relação da

política como antinatureza, da política enquanto uma contagem e descontagem das partes do real.

Buscando uma retomada nas discussões sobre a política, desde os postulados de Platão e Aristóteles, atravessando os conceitos de Hannah Arendt, o autor define a política como uma luta incessante pela igualdade. Ele nos mostra que a política é instaurada a partir de um litígio que evoca uma redivisão do sensível. Para isso, ele define o sensível como a distribuição das partes de um todo, isto é, a divisão do real nas instituições, nos papéis sociais, no papel do Estado e da Sociedade Civil.

A política para Rancière não é uma configuração da distribuição do real para amenizar situações constrangedoras, como uma organização do todo para o bem-estar coletivo, é muito pelo contrário, é uma “perturbação do sensível” daqueles que não fazem parte dessa divisão real e mesmo assim afirmam o seu pertencimento.

Criticando a posição em voga de que a política seria o controle dos desentendimentos, dos conflitos, dos confrontos da população, Rancière classifica a política como a eterna mobilização dos atores em perturbar o próprio consenso. Por isso, o conceito de desentendimento é um olhar ao contrário, um olhar que retoma o princípio geral da política – o que sem ele não há política – o princípio da igualdade.

Para Rancière (1996), o desentendimento é uma confusão interpretativa, é uma situação de palavra em que um sujeito afirma X, um outro também afirma X, mas que não falam sobre o mesmo X. O desentendimento é quando uma pessoa compreende a outra, mas não compreende o objeto.

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura” (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

O desentendimento é um conceito que coloca em questão uma linguagem comum que não existe, que é sempre questionada e dividida pela luta pela igualdade. Relembrando a democracia grega, a relação entre os cidadãos e os escravos se apresentava de uma maneira que os escravos compreendiam as ordens de seus donos, mas não pronunciavam as mesmas palavras dos seus donos. Eles compreendiam as ordens, mas não podiam questioná-las. Isto é uma desigualdade do sensível, a linguagem, embora comum, era configurada a partir daqueles que tinham *logos*, isto é, aqueles em que era permitida a tomada de palavra, daqueles que tinham *phoné*, apenas ruídos comportamentais.

(...) há na distribuição simbólica dos corpos, que as divide em duas categorias: aqueles a quem se vê e a quem não se vê, os de quem tem o *logos*

– uma palavra memorial, uma contagem a manter –, e aqueles acerca dos quais não há *logos*, os que falam realmente e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada” (*Ib.*, p. 36)

Há uma passagem na obra *O desentendimento* que ilustra essa discussão em torno da distribuição da fala. Trata-se da narração de Tito Lívio sobre uma discussão no Aventino entre patrícios e plebeus. Os patrícios, cidadãos possuintes de *logos*, eram os responsáveis por distribuir os papéis dos corpos na sociedade romana, e os plebeus eram servos que não tinham representação na divisão das partes. Os plebeus, ao cobrarem uma posição entre aqueles que possuíam o *logos*, abrem um litígio no sensível, que passa a ser redividido e os patrícios passam a identificá-los não como animais com ruídos, mas como pessoas com *logos*. É isso que é o desentendimento para Rancière, é sempre uma perturbação do sensível a partir do princípio primeiro da igualdade.

Não há política sem desentendimento porque não há política sem divisão das partes e sem uma luta pela igualdade. A política se instaura na luta incessante daqueles que não tem *logos* que questionam suas posições na divisão do sensível. “Há política – e não simplesmente dominação – porque há uma conta malfeita nas partes do todo” (*Ib.*, p. 25).

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (*Ib.*, p. 40).

A política é a manifestação daqueles que são excluídos na divisão do sensível. É sempre uma instauração pelo princípio de igualdade que coloca a contagem das partes em xeque, em uma redivisão. Definida dessa maneira, a política é para Rancière a instauração de uma luta pela palavra, de uma luta para uma reconfiguração do todo, uma luta entre dois mundos desiguais – entre os quais um pode e outro não – buscando uma recontagem das partes.

Mas e os três Poderes: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo? E as normas jurídicas, as leis? E a ordem?

A organização dos poderes, o consentimento coletivo, a distribuição dos papéis sociais são de outra natureza, são da distribuição das partes por meio das leis que regem as sociedades. Não há na organização da sociedade, na ordenação dos papéis sociais, abertura para um litígio, para um confronto entre aquele que diz X e outro que também diz X mas não é ouvido, é sempre uma configuração regularizada para abafar a própria natureza da política: a busca pela igualdade.

Dessa forma, a fim de diferenciar a divisão das partes com a essência da política, Rancière redefine *polícia*:

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de *polícia*” (*Ib.*, p. 41 – grifos do autor).

A polícia é manutenção do *status quo*. O consentimento, o controle das partes e a representação dos poderes são os alicerces da polícia para o apagamento da própria política. Como vimos, só há política quando há um litígio, uma confrontação entre os não-contados que reivindicavam uma recontagem do todo. Dentro da polícia é preciso comentar sobre a baixa-política, o que se assemelha aos Aparelhos de Repressão do Estado de Althusser, ou seja, são os órgãos diretos da repressão às manifestações políticas.

Para Rancière, “A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou ausência de parcela das partes” (*Ib.*, p. 42). Já a política é “a que rompe a configuração do sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela” (*Ibidem*).

A política não tem objetos ou questões que lhe sejam próprios. Seu único princípio, a igualdade, não lhe é próprio e não tem nada de político em si mesmo. Tudo o que ela faz é dar-lhe uma atualidade sob a forma de caso, inscrever, sob a forma de litígio, a averiguação da igualdade no seio da ordem policial” (*Ib.*, p. 44).

A política é o que possibilita a abertura de um litígio que questiona a distribuição do sensível, que possibilita também a atualização da polícia, a reconfiguração do sensível. A atividade política, para Rancière (1996, p. 42), é o que “faz ver o que não cabia ser visto”, que “faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho”.

O desentendimento é inerente à atividade política, é sempre uma relação de uma reivindicação daqueles que não participam da divisão das partes, daqueles que não têm parcela. O desentendimento é a perturbação do sensível.

A democracia, para Rancière (2014), é a própria atividade política; diferente da para-política (abafamento das dissidências pelo consenso) e da arquipolítica (organização tradicional das partes, em que o todo é homogêneo e a dissidência é negada), a meta-política é a própria democracia, porque compreende a sociedade como

um complexo sempre aberto a rupturas e repartições, em que o dissenso é uma propriedade comum.

A meta-política é o discurso sobre a falsidade da política que vem duplicar cada manifestação política do litígio, para provar seu desconhecimento de sua própria verdade, marcando cada vez mais a distância entre os nomes e as coisas, a distância entre a enunciação de um *logos* do povo, do homem ou da cidadania e o cálculo que dele é feito, a distância reveladora de uma injustiça fundamental, ela mesma idêntica a uma mentira constitutiva (*Ib.*, p. 89).

A política como uma perturbação no sensível vai ao encontro ao que Rancière compreende pelo termo de democracia. Para o filósofo francês, a democracia seria a manifestação da política em toda sua naturalidade porque a democracia é, antes de mais nada, antinatureza. Ela é antinatureza porque revoga o estatuto dos títulos de filiação, de riqueza e de conhecimento.

A democracia não é um regime ou um modo de vida social. É a instituição da própria política, o sistema das formas de subjetivação pelas quais se requestiona, se a entrega à sua contingência toda ordem da distribuição dos corpos em funções que correspondam à sua “natureza” e em lugares que correspondam a suas funções. E não é, como já dissemos, o seu *ethos*, a sua “maneira de ser” que dispõe os indivíduos para a democracia e sim a ruptura desse *ethos*, a distância experimentada pela capacidade do ser falante em face de toda harmonia “ética” do fazer, do ser e do dizer.” (*Ib.*, p. 104).

A democracia é sempre um batimento entre uma partição e uma repartição, “a democracia é a inversão de todas as relações que estruturam a sociedade humana (*Ib.*, 2014, po. 561). Ela é o que permite uma perturbação porque não é ordenada pelos títulos definidos por Platão: 1) a filiação entre pais e filhos; 2) o poder dos velhos sobre os mais jovens; 3) o controle dos mestres sobre os escravos ou 4) das pessoas bem nascidas sobre os sem-nada; 5) os mais fortes sobre os mais fracos (Leis da Natureza); e 6) o poder dos sábios sobre os ignorantes. A democracia inverte os títulos simplesmente pela ausência de títulos para governar. Nela não governa aquele que é melhor, governa aquele que não precisa de títulos para governar. E é aqui que se instaura a política para Rancière (2014): a política encontra um “objeto estranho”, um sétimo título que não é um título ao mesmo tempo.

A democracia é o sorteio, é a “escolha do deus do acaso” que causa ojeriza àqueles que querem dominar pela tradição, ancianidade ou ciência (*Ib.*, po. 618). A democracia é a manifestação da própria política porque funciona pelo princípio primeiro da igualdade. Ela abafa a legitimidade dos “bons”. Por isso, ela é o alvo predileto dos dotados de títulos, seus fieis adversários.

Essa democracia de que fala Rancière é diferente da democracia representativa atual, em que há o poder de uma minoria sobre uma maioria. Segundo o autor, a

democracia representativa foi o primeiro oxímoro, em que o sistema oligárquico se submete ao corpo eleitoral correndo o risco do sorteio. “A representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia” (*Ib.*, po. 793). A representação é apenas o interesse em manter o poder das elites, o poder da oligarquia.

A democracia representativa limita a manifestação da *demos* na esfera pública, deslocando todas suas aspirações para a esfera privada, reservada ao jogo das instituições e ao monopólio que as fazem funcionar (*Ib.*, po. 849). “O processo democrático é o processo desse perpétuo pôr em jogo, dessa invenção de formas de subjetivação que contrariam a perpétua privatização da vida pública” (*Ib.*, po. 917).

A democracia não é nem a forma de governo que permite à oligarquia reinar em nome do povo nem a forma de sociedade regulada pelo poder da mercadoria. Ela é a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida (*Ib.*, po 1381).

Como afirma o autor, a democracia é o eterno pôr em jogo, a eterna luta pela afirmação da igualdade, a eterna política.

Foi importante esta passagem pela obra de Rancière para mostrar sua estreita relação com o conceito de política da SA. Como vimos, o político em Guimarães (2002; 2018) vai ao encontro ao que é postulado pelo filósofo francês: é a confrontação de uma normatividade por uma afirmação de igualdade.

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela que os desiguais afirmam o seu pertencimento. Mais importante para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

O político para Guimarães não é externo à linguagem, ele faz parte da constituição de sentidos de uma enunciação. O acontecimento da enunciação é político porque agencia os falantes de uma língua a falar de uma determinada maneira, seja para reforçar ou para questionar uma normatividade.

Pensar o político não é conceber o que lhe é próprio como deletério, e sim tomá-lo como fundamento das relações sociais. Fundado no conflito, o político é o que produz estabilidade, reforça discrepâncias e exclusões, mas também é o que permite o movimento, a inclusão e a produção de condições de igualdade, segundo o modo como se dá o embate das forças em jogo (OLIVEIRA, 2014, p. 45).

Para Guimarães (2002), o político ou a política é colocar em jogo uma relação entre manutenção e não manutenção. É uma linha tênue entre uma estabilização da ordem social e uma perturbação desta mesma ordem social.

Definiremos o político como segue: ele se caracteriza pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. Por este conflito o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (*Ib.*, p. 50).

O político é sempre uma manifestação seja de ordem ou de desordem na divisão do real. “No acontecimento o que se dá é um agenciamento político da enunciação. Neste embate entre línguas e falantes, próprio dos espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente (*Ib.*, p. 22).

1.6. O agenciamento político da enunciação

A política é sempre pôr em jogo uma manutenção e uma não manutenção da ordem social, ou seja, da divisão do sensível. Para a SA, ela é constitutiva das relações sociais e da enunciação. Dessa forma, o político faz parte do acontecimento da enunciação com relação às determinações impostas pelo Espaço de Enunciação.

Conforme Guimarães (2018), o agenciamento enunciativo é o deslocamento do falante, enquanto determinado pela língua que fala, em Locutor. O agenciamento é a instauração de uma alocução entre *aquele que fala e aquele para quem se fala*. Deste modo, o falante, figura determinada pelo EE, ao tomar a palavra é agenciado pelo funcionamento da enunciação em um *lugar que diz*, um lugar da enunciação responsável pelo dizer. Este lugar é definido por Guimarães (2002; 2018) como *Locutor*. No entanto, o *lugar que diz* deve ser autorizado por um lugar social de dizer, por uma posição que o falante ocupa no Espaço de Enunciação. Este lugar social de dizer é correspondente ao *alocutor-x*, em que x é a variável desta posição social. “Estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros” (GUIMARÃES, 2002, p. 21).

Um exemplo:

Ex. 1: “Já mandei cancelar, o presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade”.

O trecho acima foi retirado de uma reportagem sobre a negociação da compra da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a empresa

Sinovac da China, pelo governo federal, através do Ministério da Saúde.¹⁸ Na ocasião, o presidente Jair Bolsonaro manifestou seu desinteresse na compra de vacinas contra a Covid-19.

No ex.1, encontramos um falante da Língua Portuguesa que é agenciado pelo funcionamento da enunciação em *Locutor*. No entanto, o que o autoriza a falar é sua posição social, ou seja, seu lugar social de dizer, neste caso, de presidente do Brasil. Há uma disparidade (GUIMARÃES, 2002, p. 24) constitutiva, no acontecimento da enunciação, entre o lugar de dizer e o lugar social de dizer, “uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento”. “Em outras palavras, o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social (...) Ou seja, o Locutor é díspar em si. Sem esta disparidade não há enunciação” (*Ib.*).

Pela enunciação, quem pode “cancelar” a negociação da compra da vacina chinesa não é o Locutor, mas o alocutor-presidente. O presidente Jair Bolsonaro só disse o que disse por estar no lugar social de Presidente da República, um lugar que “decreta”, digamos assim. O presente do Locutor é diferente do presente do acontecimento, e nisto se assemelha ao tempo definido por Benveniste (1974), o tempo do *eu* que fala, como por exemplo o “eu mandei” do enunciado analisado. O tempo do acontecimento é outro. É a mobilização de um passado e uma atualização de sentido. Ao enunciar, o presidente retoma os memoráveis sobre a estrutura política da China, a rixa entre o ex-governador de São Paulo João Dória (PSDB-SP) e Jair Bolsonaro (PL-RJ), e as campanhas antivacina, para abrir uma latência de futuro, para “revogar” a negociação de compra das vacinas.

Da forma como mostramos o agenciamento enunciativo é um agenciamento político. O funcionamento da enunciação está constituído por uma relação política entre quem pode falar e quem não pode falar, entre um Locutor dividido no acontecimento pelos lugares sociais de dizer.

E estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros (GUIMARÃES, 2002, p. 21).

No livro de 2018, Guimarães retoma o agenciamento político da enunciação ao demonstrar a divisão do Locutor na seguinte carta de Pero Vaz de Caminha:

“Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o

¹⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/10/21/bolsonaro-cancela-acordo-por-coronavac-nao-abro-mao-da-minha-autoridade.htm> Acesso em junho de 2021.

Monte Pascoal e à terra – a Terra de Vera Cruz” (GUIMARÃES, 2018, p. 43).

Para Guimarães (2018, p. 44), a escolha dos nomes “Monte Pascoal” e “Terra de Vera Cruz” é política. A língua, conforme vimos, é um sistema de regularidades aberto ao equívoco porque é histórica, é tomada na materialidade do dizer. Cabral, o capitão da esquadra, falante de um espaço de enunciação regulado por uma deontologia da Língua Portuguesa e da dominância da religião Católica, só nomeia a partir de sua posição social. Ele diz e nomeia a partir de seu lugar social de português e de cristão.

Ou seja, a nomeação da terra, e a do monte, se fazem não do lugar pessoal de Pedro Álvares Cabral, mas do lugar social e político que ocupa enquanto representante do rei de um império católico. Em outras palavras, Cabral não escolhe livremente, ele “escolhe” por estar, e enquanto está, neste lugar (*Ib.*).

O acontecimento da enunciação é político porque o falante sempre está determinado pela língua que fala, pelos papéis sociais distribuídos (desigualmente) na ordem social (instituições, religiões, ideologias).

A acesso à palavra é indissociável do espaço ocupado pelo sujeito falante no espaço de enunciação. É por causa desta configuração sócio-histórica que afirmamos categoricamente que a tomada da palavra, isto é, o acontecimento da enunciação é político.

**CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS DESCRITIVOS-METODOLÓGICOS:
CENA ENUNCIATIVA, ARGUMENTAÇÃO, ARGUMENTATIVIDADE E
DESIGNAÇÃO**

Considerações iniciais

Nesta parte do trabalho iremos discorrer sobre os procedimentos metodológicos e descritivos da Semântica do Acontecimento. São eles: a cena enunciativa, a argumentação e a textualidade (reescrituração e articulação).

A cena enunciativa são os modos de acesso à palavra, tendo como base a temporalidade do acontecimento. Nela são descritos os agenciamentos enunciativos, quem fala e para quem se fala, isto é, a descrição dos lugares de enunciação mobilizados pelo funcionamento da enunciação.

A argumentação, da mesma forma que a cena enunciativa, é um modo de descrever os lugares da enunciação como forma de sustentação de uma tese, de uma conclusão. Nela veremos como são movidos os lugares da enunciação pelo lugar social de dizer para dar sustentação àquilo que se diz.

Já a textualidade é um procedimento textual, como o próprio nome já direciona, em que são descritos a reescrituração e articulação. A primeira é um procedimento que analisa, em um texto, “o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito” (GUIMARÃES, 2018, p. 85); é um modo de analisar como o sentido de uma palavra é repetido, substituído, expandido e condensado. Já a segunda, a articulação, é “um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam (...)” (*Ib.*, p. 80).

Estes procedimentos metodológicos e descritivos serão a base para o entendimento do capítulo 3, em que estarão dispostas as análises dos livros didáticos.

2. A cena enunciativa

Como vimos no capítulo anterior, o funcionamento da enunciação transfere o falante, enquanto determinado pelo espaço de enunciação, em Locutor, pelo agenciamento da língua e pelas condições sócio-históricas. Ao agenciar o falante em Locutor, o funcionamento da enunciação também divide o Locutor entre aquele responsável pelo dizer e o alocutor, aquele que ocupa um lugar social de dizer. Nós vamos nos aprofundar agora no estabelecimento desta politopia enunciativa.

A cena enunciativa, como afirma Guimarães (2002, p. 23), se constitui de “modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. É na descrição da cena enunciativa que podemos identificar os lugares da enunciação produzindo sentido.

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer (*Ib.*, p. 23)

O falante, ao assumir palavra, se coloca no lugar de quem enuncia (GUIMARÃES, 2002, p. 23), no lugar de quem se responsabiliza pelo seu dizer. Na SA, este lugar como representação de origem do dizer é o Locutor (L). O agenciamento do falante em Locutor, pelo funcionamento do acontecimento, institui um Locutário, um tu a quem se destina o dizer.

Ao agenciar o Locutor, o acontecimento constitui tanto o Locutor (L) quanto seu Locutário (LT). O Locutário é o correlato do Locutor. O Locutor apresenta assim aquele que diz como um eu que fala a um tu. O funcionamento da língua no espaço de enunciação se apresenta como uma alocação de L para LT, como uma *cena enunciativa* (2018, p. 55).

O Locutor enuncia constituindo sua própria temporalidade, aquela do seu próprio Eu (que pode ser manifestada nas flexões dos verbos), para um Locutário (LT). No entanto,

(...) esta representação de origem do dizer, na sua própria representação de unidade e de parâmetro do tempo se divide porque para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes) (*Ib.*, p. 24).

Como afirma Guimarães (2018, p. 55), para enunciar o Locutor deve estar em um lugar determinado pelas condições de possibilidade do acontecimento, pelas condições linguísticas (a língua que se fala) e sócio-históricas, isto é, o Locutor ao falar só pode falar a partir de um lugar social que o autoriza a tomar a palavra. Dessa forma, o Locutor é dividido pelo acontecimento da enunciação em Locutor enquanto responsável pelo seu dizer e em alocutor-x, o lugar social de dizer, em que x é a variável deste lugar.

No exemplo 1, do capítulo anterior, mostramos essa relação entre o Locutor enquanto Jair Bolsonaro, e o alocutor-presidente. Quem diz “Já mandei cancelar” é Jair Bolsonaro, o Locutor, mas quem “cancela” as compras das vacinas, isto é, quem ocupa

uma posição social que pode demandar sobre a compra ou não destas vacinas é quem está autorizado a falar e a comprá-las.

Mas, ao contrário de se pensar que os lugares da enunciação se constituem apenas nessa dualidade entre o Locutor e alocutor, há outro lugar que também se constitui no acontecimento da enunciação. É o lugar de dizer que “se relaciona com aquilo que diz” (*Ib.*, 2018, p. 63). No exemplo 1, temos um Locutor e um alocutor-presidente, no entanto, na relação entre aquilo que se diz, ou seja, na relação entre o Locutor com o que é dito, encontramos um enunciador que fala acima de todos, um enunciador que “manda”, que “cancela”.

Os lugares de dizer são nomeados por Guimarães como enunciadores. São de quatro tipos:

- 1) “O enunciador-individual, enquanto um lugar de dizer, traz um aspecto específico para isto que estamos chamando de lugares da enunciação. É a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como *independente* da história” (*Ib.*, 2002, p. 25)
- 2) Enunciador-genérico: “Um outro lugar de dizer, que se apresenta como o apagamento do lugar social, é o do enunciador genérico. Pensemos aqui em ditos populares como “Quem semeia vento colhe tempestade” (...) “O enunciador se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como *independente* da história” (*Ibid.*)
- 3) Enunciador-universal: “(...) um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social, como estando *fora* da história, ou melhor, acima dela. Este lugar representa um lugar de enunciação como sendo o lugar do que se diz sobre o mundo. O enunciador-universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro ou falso. Este lugar é próprio do discurso científico, embora não seja exclusivo dele” (*Ib.*, p. 26)
- 4) Enunciador coletivo: “ligado a um lugar, diríamos, corporativo, de um conjunto, que o dizer apresenta como um todo específico” (*Ib.*, 2013, p. 274).

Os lugares da enunciação são mobilizados pelo acontecimento da enunciação, podendo funcionar ao mesmo tempo, como no enunciado do exemplo 1, em que há um Locutor, um alocutor e um enunciador.

(...) o Locutor (L), ao ser agenciado, institui um Locutário (LT) (L é o lugar que diz (eu) para alguém (tu); o alocutor (al-x) ao ser agenciado, institui um alocutário (at-x) (al-x é o lugar social de dizer que se apresenta para um at-x, o lugar social para o qual um certo al-x diz); o enunciador, o lugar de dizer, que se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal, ou genérico (*Ib.*, 2018, p. 62).

O acontecimento da enunciação agencia o falante em Locutor que se divide entre Locutor, alocutor e enunciador. Essa divisão, para Guimarães (2018), é uma relação

politópica porque os lugares da enunciação funcionam ao mesmo tempo. O al-presidente do Locutor, do exemplo 1, pode se deslocar para o lugar social da ciência, da autoridade, entre outros. Essa mobilização entre os lugares da enunciação no funcionamento da enunciação se caracteriza por uma politopia, isto é, vários lugares da enunciação em funcionamento na enunciação, na sua relação com as formas linguísticas.

Este agenciamento do falante, portanto, não agencia alguém, nem mesmo um lugar específico, o agenciamento do falante no acontecimento o agencia dividindo-o por uma politopia da cena enunciativa. Na cena enunciativa fala-se a partir de lugares diferentes. O agenciamento do falante o divide por esta politopia da cena de enunciação, do acontecimento do dizer (segundo sua temporalidade específica)” (2018, p. 61).

Este funcionamento concomitante entre os lugares da enunciação (Locutor, alocutor e enunciador) permite observar como estes lugares se relacionam uns com os outros, e como, a partir destas relações, produzem diferentes modos de significar. Estes modos de significar, para Guimarães (*Ib.*, p. 68 – destaques do autor), “são modos pelos quais o acontecimento mostra (não diz diretamente) seu modo de funcionamento semântico. São modos de “comentar” indiretamente o próprio dizer em cena”. Desta maneira, no funcionamento da enunciação um lugar de enunciação pode fazer conhecer um dizer de outro lugar e, além disso, pode evocar um dizer de outro lugar para construir assim sua argumentação.

Conforme o autor, estes modos específicos de significar, na relação politópica da enunciação, podem ser por *apresentação* e *alusão*. A apresentação “consiste em um lugar de enunciação mostrar-se como quem *faz conhecer* um dizer de outro lugar, coexistente ao seu próprio dizer” (*Ib.* – destaques do autor). Por exemplo: o lugar social pode apresentar um dizer de um enunciador individual, como visto no ex.1.

A alusão “é uma relação de um lugar de enunciação que evoca um outro lugar de enunciação e o que se diz a partir deste lugar” (*Ib.*, p. 69). Usando o exemplo 1, o enunciador individual do Locutor pode evocar o lugar social de dizer daqueles que são contra a vacinação num todo, não só aquela contra a Covid-19. O enunciador-individual pode aludir um alocutor-antivacina.

Estas relações entre apresentação e alusão serão mais exploradas no próximo tópico: a argumentação na SA.

2.1. A argumentação e a cena enunciativa

A argumentação foi e ainda é uma vasta disciplina teórica em vários campos do conhecimento, como na filosofia, na política, no direito, na linguística, entre outros. Como comentamos no capítulo 1, a argumentação, neste trabalho, não é o modo de convencer ou persuadir alguém, ou seja, não é uma busca de *como* uma pessoa convence/persuade a outra, ela é um modo de sustentar um dizer, tendo em vista o convencimento/persuasão ou não.

Ela é uma maneira de sustentar um dizer a partir das relações dos lugares da enunciação com o acontecimento do dizer. Não estamos preocupados com a *performance* da argumentação, mas a saber de onde ela vem e como ela pode sustentar um argumento ou uma conclusão.

Não há aqui um interesse em saber o porquê de um alocutor-x sustentar algo para um alocutário-y, mas sim a fazer saber como o lugar social de dizer possibilita a sustentação de um argumento ou de uma conclusão. Por isso, neste estudo, trabalharemos com o conceito de argumentação atrelado à sustentação. A sustentação é a possibilidade de significação da argumentação. Dito de outra maneira: para nós só há argumentação através da sustentação de um argumento por um lugar social de dizer, determinado pelo espaço de enunciação.

Como vimos, os trabalhos de Guimarães guardam filiações com os conceitos elaborados pela Semântica Argumentativa, principalmente aqueles elaborados nas obras de Oswald Ducrot, como no livro *Texto e Argumentação*. Todavia, na obra de 2018, Guimarães revisita e redefine a argumentação de outra maneira, deslocando o conceito de argumentação na língua para uma articulação por argumentatividade, e abordando a argumentação como uma relação entre um alocutor e um alocutário (uma alocação).

2.1.1. A argumentação sustentada pelo lugar social de dizer

A argumentação, para a Semântica do Acontecimento, é a sustentação de um argumento ou uma conclusão de um lugar social de dizer (alocutor-x) para um outro lugar social de dizer (alocutário-y). É nesta relação entre estes lugares da enunciação que a argumentação é construída e assim significada. Portanto, “a argumentação é elemento do processo de significação e é produzida pelo acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p. 95).

Diferente dos trabalhos anteriores, como em *Limites do Sentido* (1995), a argumentação é sustentada pelo lugar social de dizer e não pelo interdiscurso, termo da

Análise do Discurso. O lugar social de dizer se difere por estar relacionado diretamente com os Espaços de Enunciação.

A argumentação é uma forma de sustentar algo que foi dito por um lugar que enuncia entre uma razão (x) para uma conclusão (y). Acreditamos que o objetivo de Guimarães (2018) é mostrar que o funcionamento da argumentação está atrelado à temporalidade do acontecimento. Como vimos, o acontecimento do dizer sempre abre uma nova temporalidade, isto é, retoma um memorável pela demanda do presente do enunciar evocando uma futuridade – uma interpretação. A argumentação é então um elemento desta produção de temporalidade por funcionar pela sustentação de um lugar social de dizer para outro lugar social de dizer.

A argumentação, diferente dos estudos retóricos da *prova*, não é aqui tomada na sua presentificação, mas ao contrário, é tomada a partir das lembranças de enunciações que permitem um alocutor sustentar uma designação ao seu alocutário.

Guimarães (2018, p. 99-100) ilustra o funcionamento da argumentação, sua produção de sentido pelo acontecimento, por meio de um recorte da obra de Gandavo *História da Província de Santa Cruz*. A obra tem o objetivo de sustentar que o nome do Brasil continuasse a ser *Terra de Santa Cruz*, e não *Brasil*. Abaixo um trecho do recorte em que Gandavo descreve a cultura indígena:

“A língua de que usam toda pela costa é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes. Mas não maneira que se deixem uns aos outros de entender, e isto até altura de 27 graus, que daí por diante, há outra gentildade de que nós não temos tanta notícia, que falam já outra língua diferente. [A] Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei. [B] E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido” (Gandavo, 1576, p. 122 *apud* GUIMARÃES, 2018, p. 100).

No recorte citado, temos um enunciado descritivo com uma articulação por coordenação em “f, nem, l, nem, r,” e em “não tem fé, nem Lei, nem Rei” com uma apreciação do autor em “coisa digna de espanto”. Este enunciado é o argumento que sustenta que os índios “vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido” (GANDAVO *apud* *Ibid.*). Para Guimarães (2018), não há aqui uma relação de palavras e de referentes, mas uma relação política, tomada do lugar de português colonizador em contraste com a vida dos índios (habitantes da nova terra).

A obra de Gandavo é oferecida ao português Dom Lionis Pereira (cf. GUIMARÃES, 2018). Isto nos mostra que há uma alocação entre dois lugares sociais de dizer, no caso, um alocutor português-colonizador para um alocutário português-

colonizador. Frisa-se, que para o linguista, não são as relações entre as palavras que sustentam o argumento de Gandavo, mas o seu lugar social de dizer, ou seja, é a sua posição de português que sustenta para at-português que os índios *são primitivos, não são cristãos, são cruéis, bárbaros...* (GUIMARÃES, 2018, p. 103).

Com base no recorte, encontramos uma análise de Gandavo sobre a cultura indígena na sua totalidade: desde seu comportamento ao uso da língua; Gandavo sustenta sua argumentação a partir de seu lugar social de dizer europeu, português e colonizador. Guimarães nos mostra que antes da argumentação servir para convencer ou persuadir alguém, ela precisa ser sustentada por alguma coisa, e é aqui que o autor coloca que xequê o convencimento e a persuasão. Isto não quer dizer que um acontecimento da enunciação não persuade ou convence, isto quer dizer que a argumentação, pelo funcionamento da língua num espaço de enunciação, primeiro deve ser sustentada por um lugar de dizer, neste caso, o lugar social de dizer.

Na alocação ela acontece porque são as condições sócio-históricas que sustentam os argumentos para as conclusões. De uma maneira mais clara, diz Guimarães (2018, p. 104): “O lugar a partir do qual se enuncia não é um lugar neutro, é um lugar que funciona como parâmetro, como medida. É um lugar social, histórico e não estritamente linguístico”. E enfatiza: “Trata-se de como o agenciamento que produz a sustentação de argumentação é um agenciamento que movimenta as condições sócio-históricas que o falante traz para o espaço de enunciação” (Ibid., p. 98).

Uma questão que se coloca: a argumentação não poderia ser sustentada pelo lugar que diz, isto é, pelo Locutor enquanto responsável pelo dizer? A isso Guimarães (2018, p. 104) esclarece que ““O lugar do qual se enuncia não é um lugar neutro, é um lugar que funciona como parâmetro, como medida. É um lugar social, histórico e não estritamente linguístico. É o lugar de alocutor-port/col, tal como dito acima”.

2.1.2. Argumentação e cena enunciativa

Como vimos, a argumentação faz parte da cena enunciativa por ser sustentada pelo lugar social de dizer (alocutor). Deste modo, a argumentação está atrelada à cena enunciativa, ou dito outra maneira, a argumentação é um elemento da produção de sentido aberta pelo acontecimento da enunciação.

No exemplo citado por Guimarães (2018, p. 100), vimos uma sustentação do lugar social do português-colonizador sobre os comportamentos dos índios. Neste exemplo, podemos notar um agenciamento político da enunciação na maneira como o

falante, determinado pelo espaço de enunciação, é agenciado em Locutor e em alocutor, pelo funcionamento da linguagem na e pela história, pelas condições de possibilidade do enunciar. Ao agenciar o falante, o acontecimento do dizer, com base nas condições históricas, institui um lugar social que sustenta a argumentação de Gandavo contra a cultura indígena. No entanto, este lugar social de dizer rememora outras enunciações, de outros lugares de dizer, próprios da configuração da cena enunciativa. Vejamos o exemplo:

“A língua de que usam toda pela costa é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes. Mas não maneira que se deixem uns aos outros de entender, e isto até altura de 27 graus, que daí por diante, há outra gentildade de que nós não temos tanta notícia, que falam já outra língua diferente. [A] Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei. [B] E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido” (Gandavo, 1576, p. 122 apud GUIMARÃES, 2018, p. 100).

Acima encontramos enunciados apresentados pelo lugar social de dizer de um português, numa visão eurocentrista, sobre um povo desconhecido, os indígenas (habitantes da “nova terra”), e suas formas de comunicação. A enunciação abre uma nova temporalidade, ou seja, o alocutor-português-colonizador mobiliza memoráveis de seu lugar social, como a língua que o determina no espaço de enunciação, a religião católica, a monarquia e a constituição jurídica portuguesa, gerando um gesto de interpretação (futuridade) sobre os indígenas: “vivem desordenadamente”. Ao mobilizar os memoráveis e uma latência de futuro, o alocutor-português-colonizador *faz conhecer* enunciações de outros lugares, bem como os evoca, os alude.

Dito de outra maneira, no trecho abaixo, retirado do exemplo, temos uma avaliação sobre as línguas indígenas:

Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei. [B] E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido” (Ibidem).

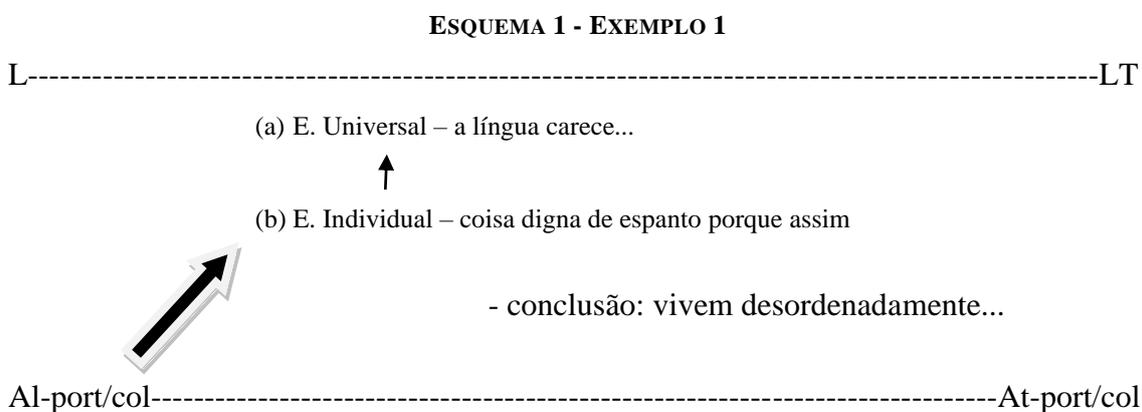
O primeiro enunciado *Carece de três letras, convém a saber*, segundo Guimarães (2018), pode ser parafraseado por:

Observando a língua podemos ver que ela carece de três letras (...)

A paráfrase nos mostra, conforme Guimarães (2018, p. 104), que há uma observação, uma descrição objetiva sobre a língua dos indígenas. Levando em conta os enunciadores, como vimos na outra seção, este lugar descritivo-objetivo é nomeado de enunciator universal, ou seja, o lugar do verdadeiro, do conhecimento, dos fatos. Dessa

forma, *Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r* é um enunciador universal. No entanto, no enunciado *coisa digna de espanto* há uma avaliação sobre as línguas indígenas, uma avaliação do Locutor através do seu lugar social de dizer. Este lugar de dizer é um lugar individual, em que o Locutor emite uma opinião sobre os fatos descritos. Podemos dizer que *coisa digna de espanto* é um enunciador individual.

Nas palavras de Guimarães (*Ibid.*), o lugar social de dizer (al-português-colonizador) apresenta o enunciador individual, e que, por ser uma avaliação de um dito de outro lugar de dizer, este enunciador individual alude (evoca) o enunciador universal. Como vemos no esquema abaixo:



As setas são as representações da alusão e da apresentação. A seta mais fina representa a alusão e a mais grossa a apresentação. O alocutor-port/col sustenta sua argumentação por um lado apresentando o enunciador individual, que avalia a língua dos indígenas, e por outro, aludindo o enunciador universal, aquele que afirma que sabe a verdade.

O que fica posto é então, na sequência considerada, que o falante, ao ser agenciado, divide-se em Locutor, que se apresenta como responsável pelo dizer, num alocutor-port/col, que sustenta a conclusão de que “a vida dos índios é desordenada, etc.” E esta conclusão, enunciada do lugar do português colonizador, se apresenta como uma conclusão sustentada, de um lado, por um argumento enunciado por um lugar de dizer individual, e de outro lado, por um lugar de dizer universal, que se apresenta como o lugar que diz por saber algo, por que o que sabe é verdade. A relação de argumento a conclusão se estabelece pela apresentação que o lugar social de dizer (o alocutor-port/col) faz do enunciador (*Ibid.*, p. 107)

Na citação encontramos a forma como a argumentação foi sustentada pelo lugar social de dizer de Gandavo. É através dos lugares de dizer (enunciadores) que a sustentação da argumentação é significada, mas é sustentada pelo alocutor-x. Nas palavras de Guimarães (*Ibid.* – *itálicos do autor*), “é isto que *chamamos argumentação*:

o lugar social de alocutor (al-x) sustenta algo para um lugar social de alocutário (at-x)”.

Para concluir, a argumentação e a cena enunciativa são elementos de significação do acontecimento do dizer. Da maneira como exploramos, a argumentação é uma sustentação do alocutor-x, ou seja, do lugar social de dizer para outro lugar social de dizer (at-x). Assim, a argumentação é analisada pela mobilização entre o lugar social de dizer, o Locutor, e os enunciadores. Como vimos, os enunciadores ou lugares de dizer, não têm correlatos, eles fazem parte da significação do enunciado. Para compreender como ocorre a argumentação, precisamos analisar os lugares sociais de dizer com os lugares de dizer, isto é, o que é dito por aquilo que foi enunciado.

2.2. Textualidade: reescrituração e articulação

A textualidade faz parte do bojo teórico da Semântica do Acontecimento (SA) na análise de enunciados que integram um texto. Dessa maneira, a relação entre enunciado e texto não é segmental, mas integrativa, formadora de sentidos. Nesta seção iremos percorrer os procedimentos de análise das relações entre palavras de um texto, como a reescrituração e articulação.

É importante caracterizar antes dos procedimentos, o que é a designação para Guimarães (2002).

Na disciplina por nós adotada, a semântica, aborda o sentido de diversas maneiras, seja por referência a objetos (o fora da linguagem), como a semântica veritativa, ou ainda, como estritamente linguística, como a semântica argumentativa.

Em nossa posição, assumimos o que afirma Guimarães (2007, p. 77) que a “relação com o que está fora da linguagem é uma construção da linguagem. Ou seja, só se é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra com outra palavra”.

A designação para Guimarães (2002; 2007) é diferente do conceito de referência da semântica formal. Não se trata de uma relação entre objetos do mundo, mas uma construção de sentido pela linguagem, através do acontecimento do dizer. “O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre elementos linguísticos. O que é referido é aquilo que é particularizado por uma enunciação” (*Ibid.*, 2007, p. 82). Para o autor, a designação e a referência não estão fora da linguagem, mas são significadas a partir das enunciações.

2.2.1. O que é texto?

Em sua obra de 2011 *Análise de texto: Procedimentos, análises, ensino*, Guimarães nos mostra uma definição de texto para a Semântica do Acontecimento. Mas antes de mais nada, é preciso nos colocar numa posição de semanticista em dizer como os sentidos podem ser interpretados.

Como vimos, o enunciado para a SA é a unidade básica de análise, por ter uma consistência interna e independência relativa. Mas o que seria então texto? Diferente da posição de Benveniste (1989), em que a frase seria último nível de decomposição, isto é, o enunciado seria o último nível da integração, por ser integrado por palavras, a posição de Guimarães (2011) é de que o texto é um estágio da significação, isto é, é uma unidade de significação integrada por enunciados.

Como minha concepção do funcionamento da linguagem considera que as relações de sentido não são segmentais, mas são totalmente transversais, sobrepostas, etc, posso considerar esta relação de sentido, a integração, de um modo novo e assim caracterizar o texto não como composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação de integração (*Ibid.*, p. 22-23).

Para Guimarães (2011), o texto é uma unidade de significação em que ocorre a relação de integração entre enunciado e texto. Portanto, texto para a SA é uma unidade de significação integrada por enunciados.

2.2.2. Reescrituração e articulação

Levando em conta este aspecto da noção de determinação, consideramos que as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Ou seja, são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outras num texto [...] (GUIMARÃES, 2007, p. 80).

Antes de expor sobre os dois procedimentos (reescrituração e articulação), é preciso compreender que “a designação é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história” (*Ibid.*, p. 81). O acontecimento enunciativo temporaliza porque é tomado na história, de tal maneira que os recortes apresentados no enunciado fazem parte de um passado de enunciações, e a designação não se furta a isso.

Guimarães (2007) elabora o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD) para representar o sentido das palavras.

Nesta medida, um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o

Para Guimarães (2007), a importância do DSD se dá quando pensamos os enunciados como categorias linguísticas integradas a um texto. Trazendo o conceito de integração proposto por Benveniste (1966), em que a frase seria a última instância de análise, integrada por fonemas e estruturas sintáticas, Guimarães (2002; 2005; 2011), ressalta que o texto seria integrado por um conjunto de enunciados que se entrecruzam, ou seja, se relacionam transversalmente.

É com base nesta integração de enunciados em um texto que Guimarães (2005, p. 80) conceitua que “um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam no texto em que funcionam”.

Portanto, o DSD é dividido entre a reescrituração e articulação. A reescrituração é o procedimento “pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma diferente de si” (*Ibid.*, p. 84). Uma palavra é reescriturada por outra, reforçando um sentido ou não. “Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado” (*Ibid.*, p. 84).

Guimarães (2002, p. 28) observa que a reescrituração faz com que uma palavra em um texto seja interpretada diferente de si. Uma palavra pode ser reescriturada por repetição, mas não ter a mesma designação anterior. “E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicacões por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação” (*Ibid.*, p. 28).

A reescrituração de uma palavra pode se dar por:

- a) Repetição: quando uma palavra é retomada inteiramente;
- b) Substituição: quando uma palavra é reescriturada por outra com sinonímia
- c) Elipse: quando a palavra não é repetida nem substituída, mas omitida.
- d) Expansão: quando uma sequência de enunciados amplia uma palavra anterior
- e) Condensação: quando uma palavra condensa partes de um enunciado ou texto.
- f) Definição: quando uma palavra é reescriturada em uma definição.

Todavia, estas reescriturações também podem receber mais categorias, dependendo do *corpus* escolhido. Temos a reescrituração por especificação, generalização, totalização, enumeração e desenvolvimento¹⁹.

Os procedimentos de articulação têm relação com o que Guimarães (2005, p. 88) chama de “relações próprias das contiguidades locais”. São procedimentos que ocorrem nas relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles. A orientação argumentativa, a pressuposição, as predicções e a referência, fazem parte deste procedimento.

Conforme Guimarães (2009, 2018), existem quatro tipos de articulação:

- Articulação por dependência: “A casa amarela”. A e *amarela* determinam *casa*.
- Articulação por coordenação: “A receita é simples. Farinha de rosca, ovos, manteiga, farinha branca, um pouco de óleo e fubá”. Cada elemento se acumula para formar um elemento de uma única natureza.
- Articulação por incidência: “João veio, até Pedro veio. A reunião foi um sucesso!”. Sempre há um engajamento do Locutor com seu próprio dizer.
- Articulação por argumentatividade: “A Copa América é um evento que traria alegria ao povo, mas não neste momento de pandemia”

No processo da argumentação há, “entre os modos de enunciação por articulação, relações que significam uma diretividade do dizer que se apresenta pelo funcionamento da língua na enunciação. A essa diretividade chamamos de orientação de argumentatividade” (GUIMARÃES, 2018, p. 109). Assim, para Guimarães, a articulação por argumentação é responsável por dar um direcionamento ao texto. O exemplo abaixo nos ajudará a compreender esta questão.

(1ª) {[A]Têm muita graça quando falam, mormente as mulheres mui compendiosas na forma da linguagem, e muito copiosos no seu orar}; {[B] mas faltam-lhe três letras do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado...}

Para Guimarães (*Ibid.*) a progressão textual se dá a partir do que é enunciado em (b) e não em (a).

Significa que o dito em [B] se relaciona com o todo do texto como o que orienta a continuidade do texto. Esta significação é uma direção dada ao texto pela articulação concessiva em questão. Esse modo de apresentar a continuidade do texto como elemento de significação é o que chamamos de argumentatividade da enunciação, ou orientação de argumentatividade (*Ibid.*)

Para explicar este funcionamento, reproduzimos as análises feitas pelo autor:

[1b] [C] *coisa muito para se notar*; [D] *porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia tem fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedecam, nem obedecem a ninguém, nem o pai ao filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade*; (Sousa, 1587, 291-292)

Conforme Guimarães, a articulação é entre *coisa muito para se notar [C]*, que direciona o texto a partir do *mas* em [B] e *porque se não têm F...[D]*. Neste caso, o *porque* pode ser parafraseado por *por isso*. Essa orientação de sentido é chamada por Guimarães de argumentatividade. Conforme o autor, temos duas relações: concessiva representada por [X NE Y], que se lê [X NO ENTANTO Y], e diretiva representada por [X PT Y], que se lê [X PORTANTO Y].

(2ª) *Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar [A]. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos [B]. Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, nem f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei [C]. E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido [D]. (Gandavo, 1576)*

Ao contrário do texto de Sousa, em 1B, que afirma que por não terem Fé não têm F, aqui ocorre que por não terem F não têm Fé. Essa diferença é importante porque 1B é argumento e C é uma conclusão. Conforme Guimarães, não se trata de uma descrição do mundo (dos objetos do mundo) mas do estabelecimento, pelo acontecimento, de uma relação de argumentos com coisas significadas.

Consideramos que o agenciamento do falante pelo acontecimento significa esta relação de argumentatividade como do lugar daquele que diz, do lugar do Locutor. Assim o funcionamento da língua agencia o Locutor a estabelecer uma ou outra relação de argumentatividade. Ou seja, as formas da língua são tais que o Locutor agenciado na cena enunciativa, articula os enunciados ao texto como significando necessariamente por uma orientação de argumentatividade específica. Não só há uma relação de argumentatividade, mas também esta orientação é significada pelo simples fato de ter sido enunciada (GUIMARÃES, 2018, p. 115).

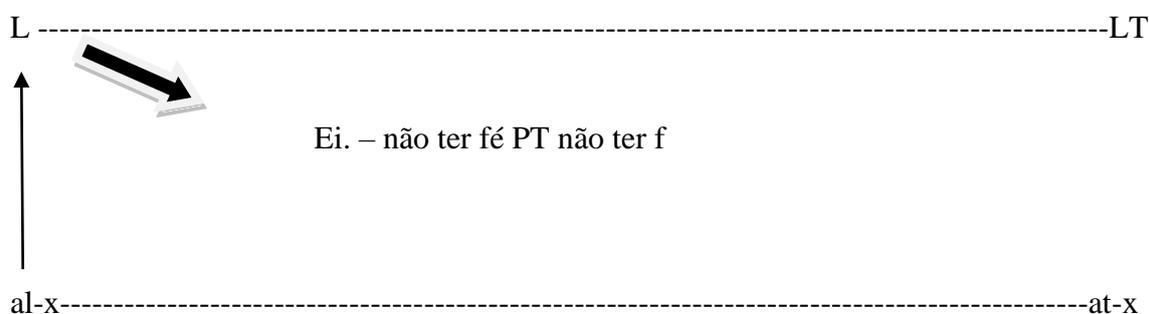
Portanto, a argumentatividade é o agenciamento da língua, no espaço de enunciação, do falante em Locutor, e na maneira como o Locutor mobiliza as orientações, os direcionamentos do texto. É a relação do falante com as sistematicidades da língua.

(2ª1) *A língua... Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei.*

Orientação argumentativa: *não se acha nela f, nem l, nem r, por isso não têm Fé, nem Lei, nem Rei*. Como faz parte de uma posição verdadeira ou falsa, o enunciador é entendido como universal. Segundo Guimarães, o enunciador universal é apresentado pelo Locutor – lugar de dizer -, este lugar é agenciado pela língua por meio de suas regularidades.

Do ponto de vista da configuração da cena enunciativa neste acontecimento podemos dizer que *não ter fé PT não ter f* se apresenta como uma articulação que produz argumentatividade, em virtude de um agenciamento do L pela língua, que se apresenta pelo resultado da dinâmica da cena enunciativa, na qual o Locutor apresenta o enunciado. Assim aquilo que se apresenta pelo lugar de dizer como uma relação de consequência é produzido pela apresentação que o Locutor faz do enunciador. Não se trata, portanto, de uma descrição do mundo, mas de uma produção de sentido que visa às relações com as coisas enquanto significadas (GUIMARÃES, p. 117-118).

Por outro lado, a relação de argumentatividade, enunciada do lugar do Locutor, enquanto agenciado pela língua, relaciona-se ao al-x pela alusão que este lugar faz ao Locutor (GUIMARÃES, 2018, p. 118).



No entanto, há outras formas de articulação por argumentatividade, como explicado pelo uso de *pior* no trecho abaixo.

[3B1] *nenhuma palavra pronunciam com f, l ou r* [3B2] *e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei* (p. 120)

Conforme Guimarães (2018), parafrasear 3B1 por *porque* é estranho e que a única maneira, ou maneira mais razoável de paráfrase, seria por *além disso*, conforme abaixo:

Nenhuma palavra pronunciam com f, l, ou r porque carecem de fé, lei e de rei (?)

Nenhuma palavra pronunciam com f, l ou r e carecem fé, de lei e de rei [e além disso carecem...] (mais razoável)

Neste caso, não ocorre uma argumentatividade do tipo X NE Y e nem X PT Y, mas sim que há um X que orienta para um Y. “Ou seja, o enunciado em questão traz uma orientação de argumentatividade com dois argumentos relacionados por uma gradação” (*Ibid.*, p. 121).

No enunciado anterior, o operador *pior* orienta para um não bem, para um mal, para uma situação ruim, ou seja, oposto do bem e do bom. Para constatar isto, o autor retira outro trecho do capítulo da obra de Frei Vicente Salvador (1627).

(4) *O que de presente vemos é que todos são de cor castanha e sem barba, e só se distinguem em serem uns bárbaros, que outros (posto que todos o são assaz). Os mais bárbaros se chama in genere Tapuias, dos quais há muitas castas de diversos nomes, diversas línguas, e inimigos uns dos outros* (Frei Vicente Salvador, p. 59)

Trata-se de uma caracterização dos índios brasileiros. No entanto, essa caracterização é desenvolvida até chegar na caracterização linguística, tratada no enunciado [3B1] (*nenhuma palavra pronunciam com f, l ou r [3B2] e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei*), orientando argumentativamente o esquema abaixo:

-----|-----|-----+
A língua não tem f, l, r (pior) os índios não têm fé, lei, rei

Esta orientação (que tem uma direção e uma diferença de força marcada pelo +) faz significar estes argumentos como um modo de sustentar a caracterização dos gentios, dos índios, como bárbaros. Assim este recorte que parece ser somente uma caracterização, adquire um peso muito específico e particular, o de dirigir para uma conclusão que se sustenta em virtude do que o recorte significa, fundamentalmente, pela incidência de *pior* sobre o último elemento de descrição dos índios, que são gentios (GUIMARÃES, 2018, p. 122-123)

Conforme Guimarães, a paráfrase que mais se aproxima de 3B2 é: *nenhuma palavra pronunciam com f, l ou r [B2] e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei. [C] Eles são de fato selvagens, bárbaros, não cristãos*. “Ou seja, no enunciado considerado, o argumento *não ter fé* é mais forte que o argumento *não ter letra f*, e é isto que é articulado pelo articulador *pior*” (*Ibid.*, p. 122).

O que se tem aqui é que, de um lado, neste texto, o que se enuncia sobre as letras não é nem argumento nem conclusão para o que se enuncia sobre *não ter fé*. O que se enuncia num caso e noutra é tomado como argumento e cada um dos enunciados é um argumento, e um deles é apresentado como decisivo

relativamente ao outro, o argumento produzido pela incidência de *pior* marca a força maior de um argumento em relação a outro. (*Ib.*)

Há, portanto, duas possibilidades de argumentatividade, a primeira entre argumento e conclusão e outra entre argumento e argumento, como a que vimos com o adjetivo *pior*.

A articulação argumentativa é um dos procedimentos descritivos que utilizaremos nas análises, por isso que fizemos uma maior explanação com relação aos outros tipos de articulação.

Considerações finais

A questão da argumentação como sustentação de um lugar social de dizer (alocutor) para um outro lugar social de dizer (alocutário) nos coloca numa posição de levar em conta as condições históricas do acontecimento de um enunciado, isto é, do próprio funcionamento da linguagem. No entanto, precisamos analisar de que forma o lugar social de dizer apresenta a significação da argumentação, tendo em vista que a articulação por argumentatividade leva em conta, principalmente, a relação do falante com a língua, com as sistematicidades linguísticas de enunciação. Ao nos questionarmos sobre como analisaríamos os recortes colhidos, optamos por sondar as principais orientações argumentativas, e com isso, demonstrar, por meio da cena enunciativa, a mobilização politópica do lugar social de dizer com o Locutor e o Enunciador. Conforme explica Guimarães (2018, p. 109), o enunciador é o lugar da significação do argumento, e como tal, faz parte da significação da sustentação argumentativa.

Não podemos aqui, acreditamos, desvencilhar nas análises a relação de argumentatividade com a própria argumentação. Dessa maneira, nossas análises serão feitas a partir da sustentação de um argumento ou uma conclusão, mas não apresentaremos o lugar social (alocutor) apresentando os enunciadores, mas sim o lugar social de dizer aludindo o Locutor a apresentar os enunciadores.

No próximo capítulo mostraremos como o sentido de ditadura militar se apresenta nos livros didáticos, levando em conta a cena enunciativa, a argumentação e a articulação por argumentatividade.

CAPÍTULO 3 - A POLITÓPIA ENUNCIATIVA DA ARGUMENTAÇÃO

Considerações iniciais

Como vimos na introdução, nosso procedimento metodológico inicial é a sondagem, ou seja, lemos os livros didáticos escolhidos e elegemos os enunciados decisivos para nossa análise. Deste modo, ao nosso critério, selecionamos enunciados que corroboraram para identificarmos a mobilização dos lugares da enunciação, e também enunciados que nos permitem analisar a articulação por argumentatividade, e portanto, escolhemos aqueles em que apareciam articuladores como *no entanto*, *portanto*, *além disso*, *até mesmo*, *até*, entre outros.

Iremos analisar cinco livros didáticos. São eles:

- **Vontade de Saber: história 9º ano**, de 2018, escrito por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini. Editora Quinteto Editorial. PNLD de 2020;
- **Contato História 3 Ensino Médio**, de 2016, escrito também por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini. Editora Quinteto Editorial, PNLD de 2018, 2019 e 2020;
- **Inspire História 9º ano**, de 2018, escrito por Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi. Editora FTD, PNLD 2020;
- **História 3 Ensino Médio**, de 2016, escrito por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Editora Saraiva, PNLD 2018, 2019, e 2020;
- **História Global Volume 3 Ensino Médio**, de 2016, escrito por Gilberto Cotrim. Editora Saraiva, PNLD 2018.

No capítulo 2 mostramos os procedimentos metodológicos e descritivos, são eles que iremos nos ater nas análises. Cada livro terá seu próprio número de recortes, por exemplo, o livro *Vontade de saber* inicia com recorte 1, assim como o livro *Contato História 3*. Acreditamos que isto facilita a leitura das análises, sendo que cada livro tem seus recortes.

3.1. Um breve percurso sobre o conteúdo dos livros didáticos analisados

Nesta etapa, buscaremos mostrar os principais conteúdos sobre ditadura militar abordados nos livros didáticos. Começaremos pelo livro **Vontade de Saber**. O título remete ao indicado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): “A ditadura civil-militar no Brasil”. Como vimos, a BNCC sugere que o conteúdo seja trabalhado levando em conta uma ditadura civil e militar. O texto inicial aborda o golpe militar apoiado por civis e o longo período da ditadura militar.

O livro é composto por 11 seções acerca de todo o período militar. Inicia-se com a seção “Os militares no poder”, o que nos mostra reescrituras de “ditadura civil-militar” por “militares”. Diversas vezes vemos o termo “ditadura militar” ser reescrito por substituição, como “governo militar”, “regime militar”, “militares” ou por condensação, como “governo”, “regime” e “ditadura”.

Os temas abordados no livro são:

- 1) “Os militares no poder”: esta seção aborda o início do golpe à escolha do Marechal Castello Branco.
- 2) “O regime militar”: aborda a repressão com a criação dos Atos Institucionais, a Doutrina da Segurança Nacional, a prática da delação, a censura, a propaganda, bem como a resistência cultural.
- 3) “A resistência cultural”: aborda as manifestações no cinema, teatro, e nas canções de protesto, com o surgimento do Tropicalismo.
- 4) “O movimento estudantil”: aborda as principais manifestações, como a passeata dos cem mil.
- 5) “As guerrilhas”: aborda a luta armada e a guerrilha do Araguaia.
- 6) “A resistência indígena e quilombola”: aborda a política expansionista do governo militar contra os povos indígenas e quilombolas, e como estes lutaram contra essa expansão.
- 7) “O ‘milagre econômico’ brasileiro”: mostra o breve crescimento da economia interrompido pela crise do petróleo, do arrocho salarial, e da dívida externa.
- 8) “A abertura política”: aborda o breve início da abertura política indicado por Geisel, interrompida pelos generais “linha dura” do regime, resultando na morte de Herzog e Manuel Fiel Filho.
- 9) “O fim da ditadura civil-militar no Brasil”: sobre a reforma partidária (pluripartidarismo), o pacote de Abril, as Diretas Já e emenda Dante de Oliveira.
- 10) “Golpe ou revolução”: questiona se a implantação da ditadura foi golpe e revolução, com uma grande entrevista de Geisel.
- 11) “Desenvolvimentismo no regime militar”: relaciona as principais obras do regime com os principais problemas sociais.

Como vimos na apresentação do percurso do livro Vontade de Saber, também veremos uma ordem cronológica dos principais acontecimentos sobre a ditadura nos próximos livros, com poucas modificações.

O livro **Contato História** aborda a cronologia do golpe ao fim da ditadura militar em sete seções. O título do capítulo é “O Brasil durante a ditadura militar”. O

texto inicial apresenta o golpe efetuado pelos militares, com apoio de parte da sociedade civil, para “afastar uma suposta ameaça comunista”. Mais uma vez o termo “Ditadura militar” é reescriturada por substituição diversas vezes em “regime militar”, “governo militar” e por condensação em “regime”, “governo” e “ditadura”.

Os tópicos apresentados no livro são:

- 1) “O Golpe Militar”: apresenta os principais acontecimentos que culminaram no golpe.
- 2) “O regime militar”: aborda as primeiras medidas do governo e os órgãos da repressão.
- 3) “Arte e resistência durante a ditadura”: apresenta as manifestações no teatro, no cinema, e na música popular brasileira, como o Tropicalismo, o rock nacional, a imprensa, e os movimentos estudantis.
- 4) “As resistências armadas”: a busca da resistência através das lutas armadas.
- 5) “O ‘milagre econômico’”: aborda desde o desenvolvimento ao colapso da economia brasileira.
- 6) “Abertura ‘lenta, gradual e segura’”: os avanços e retrocessos desta abertura, como a morte de Vladimir Herzog.
- 7) “O fim do regime militar”: aborda a promulgação da Lei da Anistia, a volta dos exilados, as greves do ABC, as Diretas Já e as eleições indiretas para presidente em 1985.

Vimos neste livro que o termo “Ditadura Civil-Militar” não é muito utilizado, diferente do livro *Vontade de Saber*.

No livro **Inspire História**, o evento Ditadura Civil-Militar é distribuído em 3 tópicos. Mais uma vez há uma reescrituração do termo Ditadura Civil-Militar por “governo militar”, “regime militar”, “ditadura”.

O título da seção é “A ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)”. Os tópicos apresentados são:

- 1) “Primeiros tempos (1964-1968)”: sobre a implantação da ditadura e o fortalecimento da oposição.
- 2) “Os anos de chumbo (1969-1978)”: aborda o crescimento da repressão contra a oposição, o uso da propaganda e do slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”, a repressão contra a população indígena, e a inflação e a mobilização popular.
- 3) “O regime em crise (1978-1985)”: aborda a alta da inflação, a pressão popular contra o governo, as greves, a promulgação da Lei da Anistia, e as

manifestações das “Diretas Já”, resultando nas eleições indiretas para presidente em 1985.

O livro **História 3: ensino médio** apresenta o título “O Brasil da ditadura militar”. O texto inicial questiona o aluno da seguinte maneira: “você já imaginou viver onde os direitos políticos foram suprimidos e a imprensa não tinha liberdade?”. A cronologia é dividida em 7 tópicos, que são eles:

- 1) “Ditadura disfarçada”: relembra a promessa de um governo provisório, de transição, contra a ameaça comunista.
- 2) “O avanço das oposições e o AI-5”: sobre o crescimento das manifestações contra a ditadura e o cerco da “subversão” com o AI-5.
- 3) “O crescimento econômico”: relata o breve crescimento econômico chamado de “milagre econômico” pela ditadura e o colapso da economia.
- 4) “A luta armada”: sobre a criação das organizações contra a ditadura e a guerrilha do Araguaia.
- 5) “Começa a abertura”: a promessa de Geisel e o pacote de abril.
- 6) “A ditadura sem saída”: a grande pressão popular, as greves do ABC.
- 7) “Diretas já!”: a campanha das Diretas já que culminou na eleição indireta para presidente em 1985.

O próximo livro, **História Global**, é dividido também em sete partes. O título do capítulo é “Governos militares” com o texto inicial apresentando a ditadura como “controle sobre a vida dos brasileiros”. Os tópicos são divididos em:

- 1) “Militares no poder”: o apoio de várias lideranças civis, o autoritarismo, o desenvolvimentismo e a concentração de renda.
- 2) “Governo Castello Branco”: sobre o apoio dos Estados Unidos, as medidas econômicas impopulares, e a escalada autoritária com os Atos Institucionais e o bipartidarismo.
- 3) “Governo Costa e Silva”: sobre os movimentos de protesto contra a ditadura, como a passeata dos cem mil, o cerco à oposição proposto no AI-5.
- 4) “Governo Médici”: sobre os anos de chumbo, a luta armada, o “milagre brasileiro” e grave crise econômica.
- 5) “Governo Geisel”: sobre a nova política externa, com a aproximação com países da África, Europa e Ásia (incluindo a China) e o início da abertura política com resistência dos quartéis, com a morte de Herzog, e o Pacote de abril.

- 6) “Governo Figueiredo”: sobre o processo de redemocratização, o movimento sindicalista, a Lei de Anistia, o fim do bipartidarismo e a crise econômica.
- 7) “Um breve balanço”: sobre o avanço tecnológico e os problemas sociais do Brasil. Cita a criação dos Correios, das hidrelétricas Itaipu e Tucuruí, e da Embraer. No setor social, cita a questão fundiária e alimentação como resultado da concentração de terra a uma minoria. Na educação o analfabetismo e o êxodo escolar, e por fim, o aumento da concentração de renda.

Todos os livros apresentaram cronologias similares, e todos reescreveram os termos Ditadura Civil-Militar e Ditadura Militar por substituição por “governo militar”, “militares”, “regime militar”, e por condensação “regime”, “governo”, “ditadura”. Dessa forma, ao escolhermos os enunciados decisivos, não elencamos apenas enunciados com o termo “ditadura militar”, uma vez que são reescritos diversas vezes nos livros. Escolhemos enunciados que apresentaram situações argumentativas pertinentes à nossa pergunta principal: como se dá a argumentação sobre ditadura militar nos livros didáticos?

3.2. Vontade de saber: Quinteto Editorial

Analisaremos agora o livro *Vontade de saber: História 9º ano* da editora Quinteto Editorial de 2018. A Quinteto Editorial faz parte do grupo editorial FTD, responsável pela feitura de livros didáticos no Brasil. Assinam o livro os historiadores Adriana Machado Dias, Keila Gruinberg e Marco César Pellegrini. O livro faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2020.

Recorte 1 – (a) Em 1964, apoiados por civis, os militares aplicaram um golpe de Estado e tomaram o poder no Brasil. Eles implantaram uma ditadura que se estendeu por mais de 20 anos. Nesse período, os brasileiros viveram sob o autoritarismo, e os opositores do regime sofreram violenta repressão. (b) Mesmo assim, muitas pessoas fizeram oposição à ditadura e lutaram de diversas maneiras pela liberdade (p. 243)

No recorte 1, há uma introdução ao tema. Levando em conta os procedimentos da designação, consideramos que o parágrafo é uma condensação do conteúdo do capítulo. Dessa forma, Ditadura Militar é reescrita por expansão em todo o trecho, e de outro modo, o capítulo destinado a este tema é condensado neste mesmo trecho. Sobre a Ditadura Militar, identificamos que ela é determinada por *golpe de Estado* e por

Militares. A articulação por dependência entre o artigo masculino *os* e a flexão verbal *aplicaram* determinam a instauração da Ditadura.

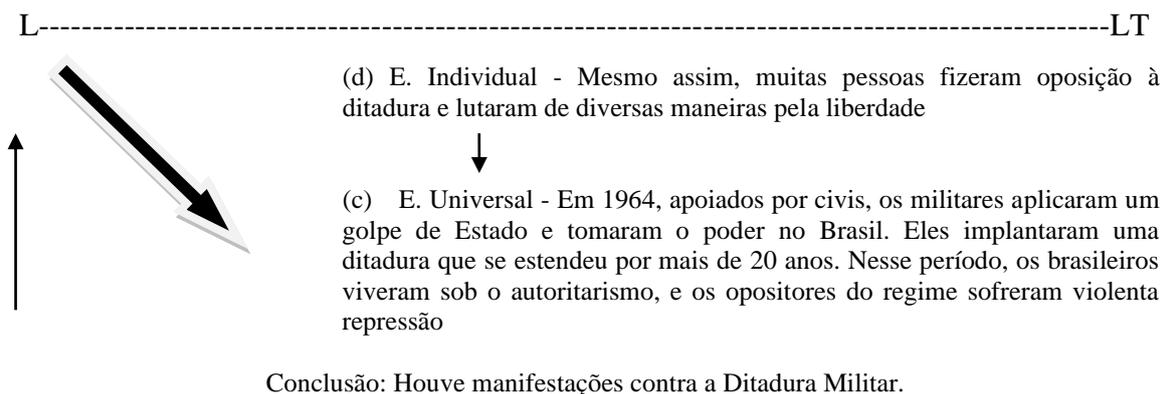
Na cena enunciativa, temos os Locutores-Adriana Machado Dias, Keila Gruinberg e Marco César Pellegrini que evocam o lugar social de historiadores para sustentar, com base nos memoráveis, o que foi a Ditadura Militar no Brasil. Tratando-se de um livro didático, caracterizado como um instrumento escolar, isto é, mais próximo dos manuais e dos dicionários, encontramos de início o enunciador universal, aquele que aparece representando a verdade, o verdadeiro. Com base nisso, podemos dizer que o enunciador universal em (a) alude (evoca) o dizer do alocutor-historiador. Não é o lugar social de dizer dos autores que apresentam o enunciador universal e sim os Locutores-Adriana Machado Dias, Keila Gruinberg e Marco César Pellegrini, mas o que sustenta os argumentos e a conclusão são os lugares sociais deles, alocutores-historiadores. Temos que o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal de (a).

Encontramos em (b) uma articulação por argumentatividade na introdução de *Mesmo assim*. Na proposta de Guimarães (2018), encontramos aqui uma argumentação concessiva, aquela representada por X NE Y, com base na paráfrase abaixo:

(b') No entanto [apesar disso], muitas pessoas fizeram oposição à ditadura e lutaram de diversas maneiras pela liberdade.

A paráfrase confirma a argumentação concessiva. O que ela significa? Significa que, embora o enunciado *Nesse período, os brasileiros viveram sob o autoritarismo, e os opositores do regime sofreram violenta repressão* dê direção a um apagamento das lutas e da oposição, o enunciado introduzido por (b') dá outro direcionamento, isto é, orienta a progressão do texto para a existência da oposição e das lutas contra o governo autoritário. Como a articulação por argumentatividade faz parte da relação entre o Locutor com as sistematicidades linguísticas, entendemos que neste caso, são eles, os Locutores- Adriana Machado Dias, Keila Gruinberg e Marco César Pellegrini (doravante Locutores) que apresentam o enunciador. Há um jogo com o uso da língua em (b') com relação ao uso do operador *mesmo assim*, o que nos leva a considerar (b') como um enunciador individual porque os Locutores apresentam o enunciador individual que para se sustentar evoca o conteúdo de (a), o enunciador universal.

ESQUEMA 1 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

O alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador individual (d), que alude o enunciador universal (c). Há uma mobilização linguística do enunciador que comenta o seu próprio dizer, isto é, o enunciador individual comenta o que foi dito pelo enunciador universal, o aludindo.

Dando prosseguimento, o recorte 2 (abaixo) nos mostra uma relação com o recorte 1 a partir da formação nominal²⁰ *os golpistas*. *Civis e Militares*, do recorte 1, são reesciturados por condensação em *golpistas*.

Recorte 2 - A justificativa dos golpistas era a necessidade de garantir a ordem interna no país. Os golpistas contavam com o apoio de uma parte da sociedade brasileira, formada por latifundiários, grandes industriais e banqueiros, além de parte da classe média. Esses grupos sentiam-se ameaçados pelos “agentes de Moscou”, supostos comunistas que pretendiam transformar o Brasil em uma país socialista. (p. 244)

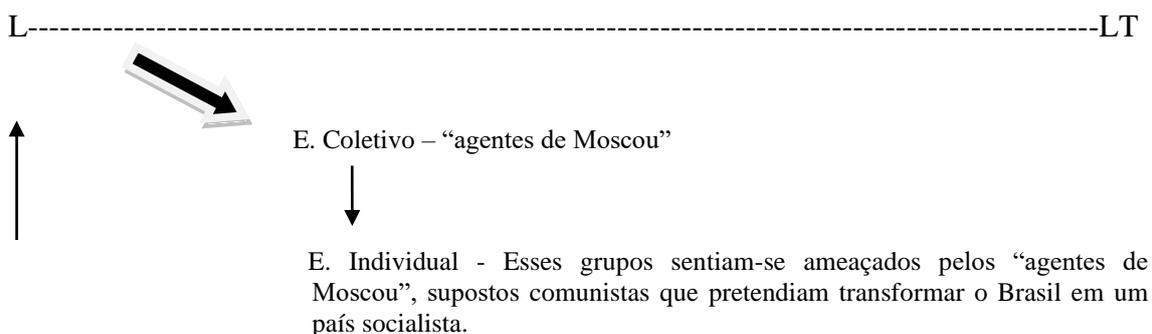
A argumentação segue sustentada pelo alocutor-historiador que apresenta o enunciador individual, considerando a formação nominal *golpistas*. Ditadura Militar é determinada aqui por *golpistas* e pela enumeração *latifundiários, grandes industriais e banqueiros, além de parte da classe média*. É interessante notar como a articulação por dependência é um fator para a designação de Ditadura. *A justificativa dos golpistas era a necessidade (...)* depende, de toda a maneira, de *golpistas* e da enumeração.

Outro detalhe que consideramos foi a alusão a outro lugar social de dizer, não ao historiador, mas aquele representado por conservadores e capitalistas (próximos da

²⁰ Formação nominal aqui é definida como um nível explicativo do sintagma nominal. Trata-se de uma crítica ao procedimento de acarretamento descritivo, visto por Dias (2018) como insuficiente para analisar todo o funcionamento enunciativo. “Para responder a essas perguntas, precisamos ir além de uma abordagem descritiva das formas linguísticas, no sentido de buscar as condições enunciativas dessa diferença entre os sintagmas. Para isso, os nossos procedimentos de análise precisam ir além da descrição. Para efetivamente conhecer o funcionamento da língua, precisamos passar do nível descritivo para o nível explicativo. A semântica precisa se valer de procedimentos mais amplos do que o acarretamento, que se mostrou um auxiliar na descrição do sintagma nominal” (p. 50).

política econômica dos Estados Unidos). Os Locutores ao mobilizarem o uso da língua usando as aspas apresentam um enunciador coletivo que evoca o grupo de conservadores e capitalistas que consideravam o governo de João Goulart uma suposta ameaça comunista – retomando memoráveis das reformas de base da política de Jango.

ESQUEMA 2 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

Há um direcionamento do texto elencando os principais fatos históricos sobre a Ditadura Militar no Brasil. Como trabalhamos com o procedimento do recorte, não nos ateremos nestes fatos, mas nos enunciados decisivos sobre o que nos propomos a analisar, aqui retomando, a argumentação sobre a Ditadura Militar nos livros didáticos de história.

Encontramos no recorte abaixo (recorte 3) uma condição decisiva: o uso do articulador *além disso*. Conforme Guimarães (1987, p. 97)), o *além disso* é um operador argumentativo que liga enunciados com a mesma força argumentativa, tendo a mesma função que *também*, operador analisado por Vogt (1977). Segue o trecho:

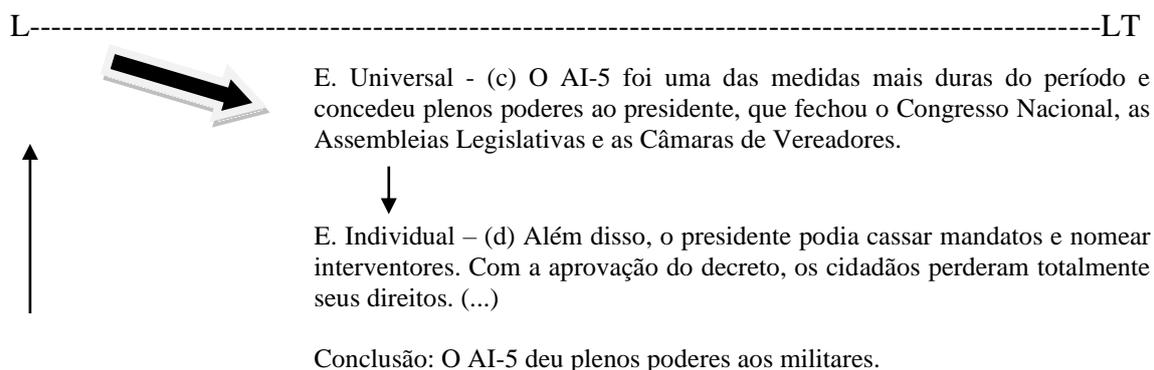
Recorte 3 – (e) O AI-5 foi uma das medidas mais duras do período e concedeu plenos poderes ao presidente, que fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores.

(f) Além disso, o presidente podia cassar mandatos e nomear interventores. Com a aprovação do decreto, os cidadãos perderam totalmente seus direitos. Muitas pessoas foram perseguidas e presas de modo arbitrário no período do AI-5 por serem consideradas inimigas do governo. O decreto marcou a vitória da chamada “linha dura” do Exército, que defendia uma maior repressão aos inimigos do regime militar. (p. 245)

Encontramos uma argumentação diretiva em todo o recorte 3, uma vez que há um direcionamento sobre o Ato Institucional nº 5, que aparece abreviado, que, na proposta de Guimarães (2007), é considerado como uma reescritura por condensação.

Os Locutores narram o fato histórico apresentando o enunciador individual. Em (c) encontramos um enunciador individual aludido pelo alocutor-historiador. É seu lugar de historiador que sustenta a narração sobre o AI-5. No entanto, em (d) há uma retomada de tudo o que foi dito em (c) e são acrescentando outros fatos sobre o mesmo ato. Conforme Guimarães (2009), há aqui uma articulação por incidência. O operador *Além disso* é mobilizado pelo Locutores que comentam sua própria enunciação. Teríamos então que o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal (c) que é aludido pelo enunciador individual (d), isto é, o enunciador de (d) comenta o que foi dito em (c).

ESQUEMA 3 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

Dessa forma, o lugar social do dizer, os alocutores, aludem os Locutores a apresentarem o enunciador universal em (c) que alude o enunciador individual (d) com o operador *além disso*.

Abaixo encontramos uma narração sobre a criação dos órgãos da repressão. Não encontramos operadores concessivos, mas toda a argumentação é sustentada pelos lugares sociais de historiadores.

Recorte 4 – (e) Durante a ditadura civil-militar foram criados vários órgãos que visavam identificar e perseguir indivíduos acusados de subversão. (f) Em nome da “segurança nacional”, órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) tinha função de controlar as informações que circulavam no país e de desarticular as organizações consideradas subversivas, localizando e prendendo seus militantes (p. 246).

No recorte 4, há uma argumentação diretiva pois não há enunciados com forças distintas e nem o uso de operadores como *mas, no entanto, apesar de, etc.* Mas há uma mobilização entre os lugares da enunciação que dão sustentação à argumentação. Vejamos. Em (e) há uma descrição da criação dos sistemas de controle da Ditadura, e em (f) há um comentário sobre esse enunciado. O alocutor-historiador apresenta o

enunciador universal em (e), no entanto, o uso das aspas em (f) “segurança nacional” configura um Locutor que não assume o dizer do enunciador. É como se “segurança nacional” representasse no texto o dizer dos próprios militares e não do Locutor-historiador-escritor. Há uma articulação por incidência neste caso porque o enunciador coletivo representado no interior das aspas é apresentado pelo alocutor-historiador que ao mesmo tempo o nega. Poderíamos analisar isso da seguinte forma: o alocutor-historiador apresenta os enunciadores universal, individual e coletivo, mas não assume o último. O enunciador coletivo evoca outro lugar social de dizer que é a do grupo militar.

ESQUEMA 4 - VONTADE DE SABER

L-----LT

E. Universal - (e) Durante a ditadura civil-militar foram criados vários órgãos que visavam identificar e perseguir indivíduos acusados de subversão.



E. Individual – (f) Em nome da “segurança nacional”, órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) tinha função de controlar as informações que circulavam no país e de desarticular as organizações consideradas subversivas, localizando e prendendo seus militantes

E-neg – “segurança nacional”.

Conclusão: Não foi pela “segurança nacional”, mas pela ideologia da Guerra Fria que foram criados os órgãos da repressão.

Al-historiador-----AT-estudante-professor

Temos então que o alocutor-historiador apresenta os enunciadores universal e individual, mas o Locutor nega o enunciador coletivo que representa a visão dos militares e de parte da população civil que acreditavam na ameaça comunista.

Abaixo, encontramos outro recorte decisivo para nossa análise. Abordando o tema do apoio da imprensa ao golpe de 1964, ela nos traz uma articulação por argumentatividade que distingue uma orientação textual de outra.

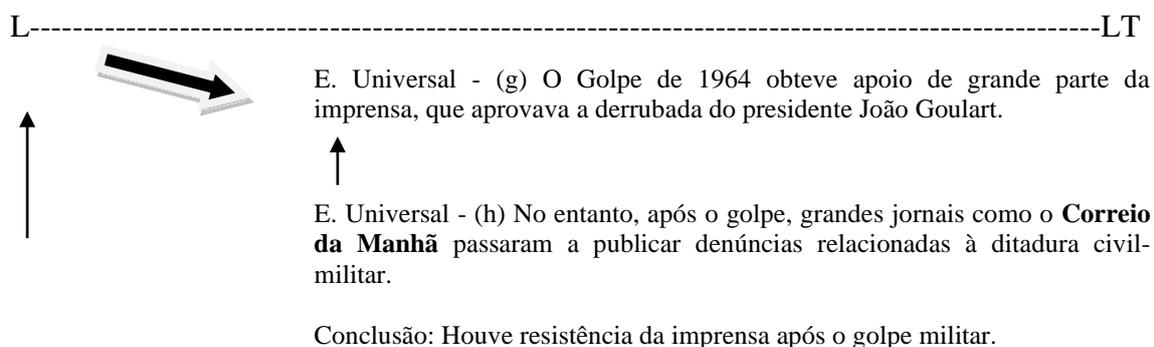
Recorte 5 – (g) O Golpe de 1964 obteve apoio de grande parte da imprensa, que aprovava a derrubada do presidente João Goulart. (h) No entanto, após o golpe, grandes jornais como o **Correio da Manhã** passaram a publicar denúncias relacionadas à ditadura civil-militar (p. 249 – destaque dos autores).

As reformas de base e um grande apoio da classe trabalhista foram importantes fatores na deposição de João Goulart, como vemos em Reis (2005). O trecho do recorte 5 compartilha dessa visão que colocava Jango como um obstáculo para os grandes meios de produção do Brasil, dentre eles, os grandes veículos da imprensa. O enunciado

(g) retoma o memorável disso como um enunciador universal. Entendemos que o alocutor-historiador sustenta a conclusão de que houve resistência na imprensa contra a ditadura militar. No acontecimento, esta sustentação é mobilizada quando o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o conteúdo de (g). Já em (h) aparece também um enunciador universal, que alude o conteúdo de (g), mas neste caso é apresentado pelos Locutores do livro didático, uma vez que comenta sua própria enunciação e muda a direção do texto. Conforme vimos, o uso de *no entanto* é uma argumentatividade concessiva em que a progressão do texto se dá pelo dito em (h) e não por (g).

Encontramos em (g) que o alocutor-historiador apresenta o enunciador universal que alude, através dos memoráveis do apoio da imprensa ao Golpe de 1964, o alocutor-historiador, como no esquema abaixo.

ESQUEMA 5 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

Qual a progressão de sentido do texto? A progressão se dá por (h) porque aborda, além das denúncias da repressão da Ditadura, a censura praticada pelo governo aos jornais e outros veículos de imprensa. A conclusão do texto é de que só houve apoio ao golpe, mas não ao governo militar.

Indo adiante, o próximo recorte é sobre a resistência dos indígenas e quilombolas durante o regime militar. Esse tema é importante porque demonstra os movimentos contrários ao regime fora da circunscrição das grandes metrópoles.

Recorte 6 – (i) O governo ditatorial incentivou e financiou políticas de expansão territorial e desenvolvimento econômico no interior do país. Para isso, empreendeu obras de construção de rodovias e de usinas hidrelétricas. (j) Além disso, autorizou a exploração de terras por empresas de mineração e o desmatamento para o desenvolvimento da agropecuária. (k) Entretanto, muitas dessas ações foram realizadas sem nenhuma preocupação com a população que vivia nos territórios afetados, como os povos indígenas e as comunidades quilombolas. Esses povos foram amplamente prejudicados com essas políticas expansionistas, sofrendo diversos tipos de violência (p. 254)

O enunciado (i) é uma descrição das políticas expansionistas do governo militar, visando a atenção do estudante-leitor sobre o desenvolvimento econômico. Essas políticas são fatos históricos, portanto, o lugar de dizer (enunciador) é universal. Todavia, em (j) mais uma vez encontramos o operador *além disso*, que, como vimos, representa uma articulação por incidência, o Locutor fala sobre sua própria enunciação. Quando há uma articulação por incidência, como a de (j), o lugar de dizer é individual porque há uma avaliação sobre o dizer.

Encontramos então que o alocutor-historiador apresenta o enunciador universal, balizado pelos memoráveis históricos da constituição das políticas territoriais do governo militar; por outro lado, o *além disso* alude o enunciador universal ao comentar o próprio dizer. Temos então:

ESQUEMA 6 - VONTADE DE SABER

L-----LT

E. Universal – (i) O governo ditatorial incentivou e financiou políticas de expansão territorial e desenvolvimento econômico no interior do país. Para isso, empreendeu obras de construção de rodovias e de usinas hidrelétricas.



E. Individual – (j) Além disso, autorizou a exploração de terras por empresas de mineração e o desmatamento para o desenvolvimento da agropecuária.

Conclusão: O regime militar explorou e desmatou terras por interesses econômicos.



Al-historiador-----AT-estudante-professor

O alocutor-historiador, por meio dos memoráveis da constituição da expansão territorial – visando o desenvolvimento econômico – da Ditadura, apresenta o enunciador universal de (i). O enunciador universal é retomado pelo *além disso*, isto é, é aludido pelo enunciador individual que acrescenta mais conteúdo ao tema de (i).

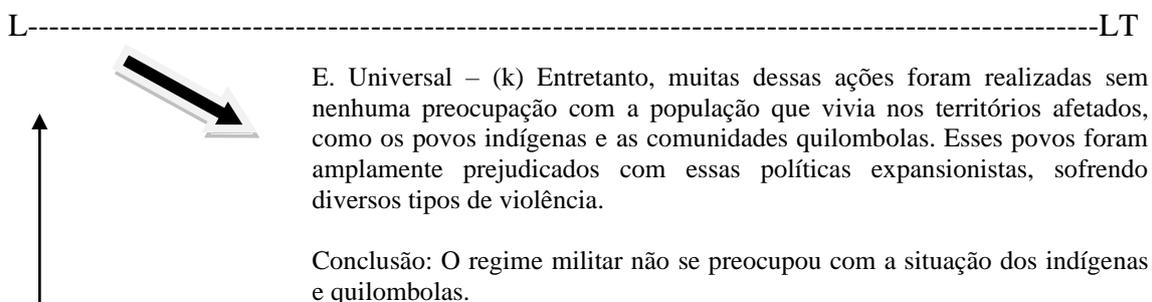
Acima nós mostramos a construção da argumentação sobre as políticas do governo militar sobre territórios indígenas e quilombolas. (i) e (j) orientam para um desenvolvimento econômico a partir da ocupação territorial, o que não ocorre após a introdução de *entretanto* em (k).

(k) Entretanto, muitas dessas ações foram realizadas sem nenhuma preocupação com a população que vivia nos territórios afetados, como os povos indígenas e as comunidades quilombolas. Esses povos foram amplamente prejudicados com essas políticas expansionistas, sofrendo diversos tipos de violência.

A argumentatividade concessiva, uma vez que o *entretanto* pode ser parafraseado por *no entanto*, é que dará direcionamento ao texto e que retomará por

desenvolvimento o título da seção: *A resistência indígena e quilombola*. Dessa maneira, encontramos que os Locutores são aludidos (evocam o dizer de historiadores) pelo alocutor-historiador e apresentam o enunciador universal. Conforme o esquema abaixo:

ESQUEMA 7 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

O alocutor-historiador (lugar social de dizer) alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal de (k). No entanto, é preciso destacar que a mobilização da articulação de argumentatividade é um elemento da argumentação e, dessa forma, a conclusão é sustentada pelo lugar de historiadores para o lugar social de professores e estudantes/alunos. A relação da argumentatividade, pela língua, faz parte do processo de significação da argumentação, por isso é importante destacar que, embora apresentamos dois esquemas (8 e 9), isto não quer dizer que há uma separação do acontecimento enunciativo, e sim ao contrário, os dois fazem parte do processo: o lugar social como sustentação e a argumentatividade como “parte, muitas vezes decisiva, na significação da sustentação argumentativa” (GUIMARÃES, 2018, p. 109).

A continuação do texto prossegue a partir da orientação de (k), como vemos abaixo:

Continuação Recorte 6 - No final da década de 1970, por exemplo, a construção de uma barragem no estado da Bahia alagou uma vasta área de territórios quilombolas das comunidades de Barra, Banana e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas. (l) Os alagamentos causaram uma situação de miséria nessas comunidades, que não receberam *qualquer tipo* de indenização ou suporte do governo militar pela perda de suas terras.

Em meio ao processo de desenvolvimento econômico promovido pelo governo, houve também ocupação irregular de terras indígenas. Muitos povos foram expulsos de seus territórios e houve perseguição, prisão, tortura e morte de lideranças indígenas que reivindicavam os direitos de sua população.

Em 1980, como maneira de resistir à violência praticada pelo Estado e seus aliados, lideranças indígenas com o objetivo de defender os direitos desses povos (p. 254 – destaques nossos).

É interessante notar o uso do *qualquer tipo*. Neste caso, trata-se de uma passagem que apresenta um enunciado de maior força. Isso nos leva a retomar a

gradualidade, exposta por Guimarães (2018). Retomaremos este procedimento brevemente.

A gradualidade para Guimarães (2018) guarda relações próximas com a teoria das escalas argumentativas de Ducrot (1973). Como comentamos no primeiro capítulo, as escalas argumentativas demonstram argumentos de força distintas que orientam para uma conclusão. Cada argumento faz parte das classes argumentativas, quando dois argumentos orientam para uma mesma conclusão.

No nosso caso, tanto o enunciado sobre a construção da barragem no Estado da Bahia (*No final da década de 70, por exemplo, a construção de uma barragem, no estado da Bahia alagou uma vasta área de territórios quilombolas das comunidades de Barra, Banana e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas*) quanto o outro sobre os alagamentos consequentes dela (*Os alagamentos causaram uma situação de miséria nessas comunidades, que não receberam qualquer tipo de indenização ou suporte do governo militar pela perda de suas terras*) fazem parte de uma mesma conclusão: o governo não se preocupou com a situação dos indígenas e quilombolas. Todavia, o uso de *qualquer tipo* nos mostra uma avaliação sobre a construção da barragem. Não há possibilidade de parafrasear *qualquer tipo* com *portanto*, com abaixo:

(1') Os alagamentos causaram uma situação de miséria nessas comunidades, que não receberam porque/pois/portanto uma indenização ou suporte do governo militar pela perda de suas terras.

O que nos parece mais razoável seria parafrasear *qualquer tipo* por *sequer*, mas mesmo assim não teria o mesmo peso argumentativo. O que podemos analisar aqui é a relação entre o argumento sobre a construção e o argumento sobre a miséria que juntos orientam para a falta de apoio do governo militar aos grupos indígenas e quilombolas.

A gradualidade nos ajuda no sentido de mostrar que o uso de *qualquer tipo* faz com o que este enunciado apresente uma maior força do que o primeiro argumento, como demonstramos abaixo:

--- ----- | ----- | ----- +
Os alagamentos (...) Não receberam qualquer tipo de indenização

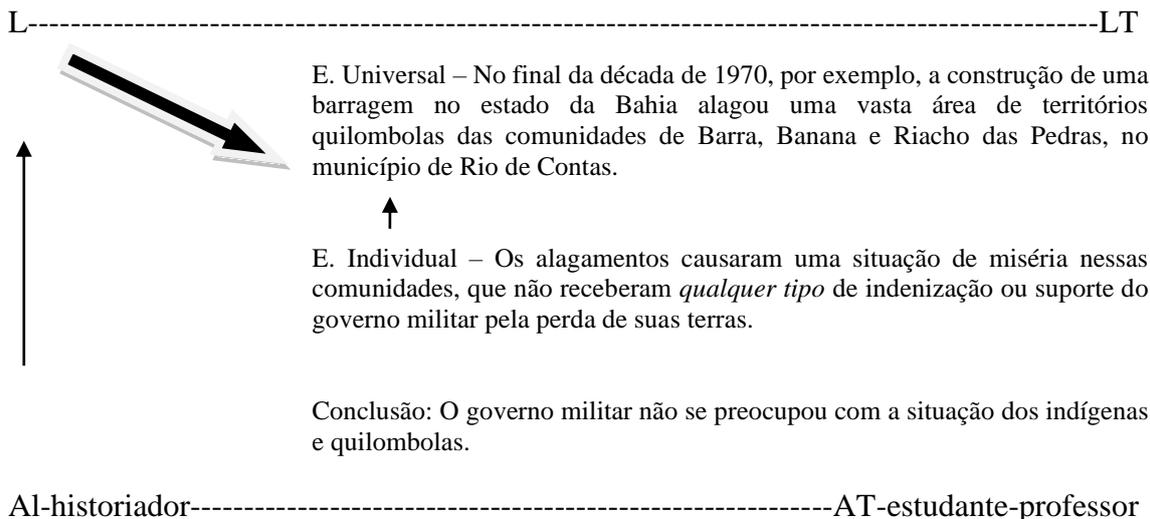
O que encontramos aqui é uma classe argumentativa, nos moldes de Ducrot (1973), quando entre dois enunciados que orientam para uma mesma conclusão existem forças distintas.

O segundo argumento tem mais força que o primeiro, e por estar mais próximo da conclusão. Vejamos agora a cena enunciativa. Como o primeiro argumento pode ser considerado como um enunciador universal, uma vez que narra a partir dos fatos a

construção da barragem no Estado da Bahia, o segundo apresenta uma avaliação sobre o primeiro argumento, o que nos permite considera-lo como um enunciador individual.

Consideramos então que o alocutor-historiador (o lugar social dos historiadores) alude os Locutores a apresentarem o Enunciador Universal e o Enunciador Individual. No enunciado do enunciador individual temos uma articulação por incidência e é por isso que consideramos que há uma alusão do E. Individual ao E. Universal.

ESQUEMA 8 - VONTADE DE SABER



Adiante, encontramos no recorte 7 o uso de *por outro lado* que pode ser parafraseado por *no entanto*. Segue-se:

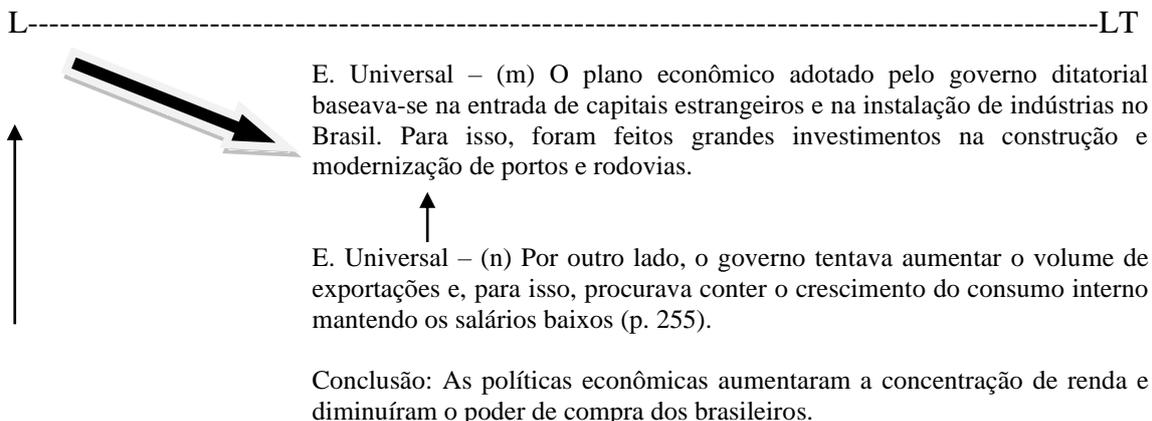
Recorte 7 - O “milagre econômico” brasileiro

(m) O plano econômico adotado pelo governo ditatorial baseava-se na entrada de capitais estrangeiros e na instalação de indústrias no Brasil. Para isso, foram feitos grandes investimentos na construção e modernização de portos e rodovias. (n) Por outro lado, o governo tentava aumentar o volume de exportações e, para isso, procurava conter o crescimento do consumo interno mantendo os salários baixos (p. 255).

O Milagre Econômico vangloriado pelos militares durante a Ditadura Militar é um tema recorrente, o que se apresenta no recorte 7. Encontramos neste trecho uma descrição histórica sobre o acontecimento “milagre econômico” em que são retomados os memoráveis sobre a economia do período e suas deficiências (como o arrocho salarial e o aumento da desigualdade social). Da mesma maneira exposta nos outros recortes, é o alocutor-historiador que sustenta toda a argumentação sobre o tema. Em (m), por exemplo, o alocutor alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal. A abertura da economia ao capital estrangeiro indicava uma modernização econômica e

tecnológica às custas do controle do governo sobre o salário da população (conhecido como a política do arrocho salarial). Para explicar esses fatos históricos, o enunciador universal em (n) alude o dizer do enunciador universal (m) para avaliar as consequências da abertura ao capital estrangeiro.

ESQUEMA 9 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

O al-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal de (m) que orienta para uma modernização da economia, enquanto que o enunciador universal de (n) alude (m) orientando para uma estagnação da economia interna. O esquema acima nos mostra que o *por outro lado* é um operador argumentativo que separa enunciados de argumentos distintos. Trata-se de uma articulação por argumentatividade concessiva. O uso de *por outro lado* neste caso é apresentado pelo Locutor-historiador-escritor.

O Locutor-historiador-escritor apresenta o enunciador universal (n) que alude o alocutor-historiador a partir dos memoráveis do arrocho salarial e da desigualdade social. No entanto, a progressão do texto se dá a partir de (n).

Continuação recorte 7 - Para atender às demandas do crescimento, o governo recorreu a novos empréstimos estrangeiros, aumentando a dívida externa e a dependência brasileira em relação ao capital estrangeiro. Em 1973, teve início uma crise internacional, que ocasionou um grande aumento no preço do petróleo em uma época em que o Brasil importava a maior parte do combustível que consumia. Além disso, o governo passou a ter dificuldades para conseguir novos empréstimos estrangeiros e houve um aumento nos juros da dívida externa.

Há uma continuação do dito em (m), isto é, os efeitos benéficos da abertura do capital estrangeiro. É a partir da *crise internacional* que começa a crise da economia brasileira e encontramos a progressão textual do enunciado (n). Como vemos abaixo:

Continuação recorte 7 - Diante dessa situação, o governo procurou aumentar as exportações, com a desvalorização da moeda brasileira. Como consequência, no início da década de 1980, a inflação disparou e os recursos provenientes das exportações passaram a ser utilizados, em sua maior parte, para pagar as parcelas e os juros da dívida externa. Desse modo, chegava ao fim o “milagre econômico”, deixando como resultado uma economia estagnada e endividada (p. 255).

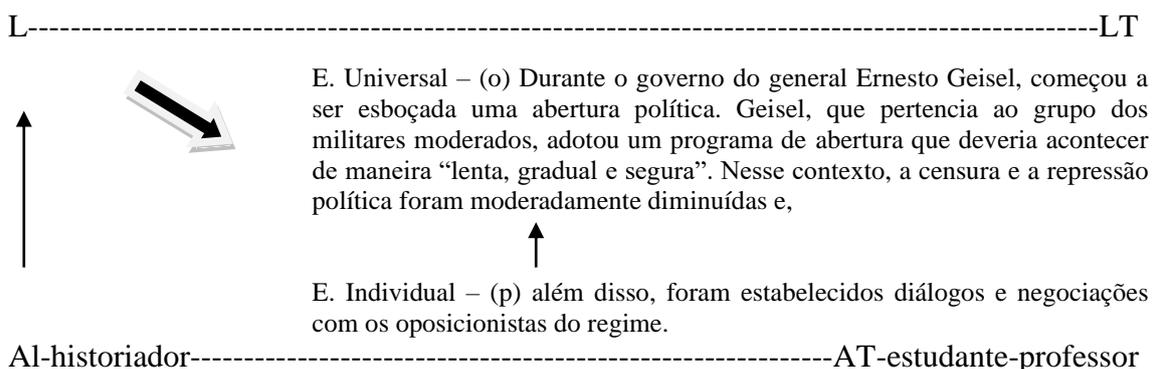
O milagre econômico é determinado acima por alta inflação, por dívidas e por uma economia estagnada. A cena enunciativa continua com a mesma mobilização entre o enunciador universal e os Locutores aludidos pelo alocutor-historiador a partir de todos estes memoráveis da economia da Ditadura. O que muda é que a progressão textual de (n) se encontra na desvalorização da moeda brasileira e da estagnação econômica. Há uma clara constatação do enunciador universal nestes trechos por não demonstrar uma tomada de posição sobre o “milagre econômico”, mas sim em apresentá-lo com base nos memoráveis históricos (científicos) que ilustraram o período.

Na seção sobre o início da abertura política – que aqui pode ser parafraseada por abertura democrática -, o texto retoma os memoráveis (enunciações passadas) da abertura “lenta, gradual e segura”, dita por Geisel, e o abrandamento do autoritarismo político e econômico. No recorte 8, encontramos estes memoráveis apresentados pelo alocutor-historiador.

Recorte 8 – (o) Durante o governo do general Ernesto Geisel, começou a ser esboçada uma abertura política. Geisel, que pertencia ao grupo dos militares moderados, adotou um programa de abertura que deveria acontecer de maneira “lenta, gradual e segura”. Nesse contexto, a censura e a repressão política foram moderadamente diminuídas e, (p) além disso, foram estabelecidos diálogos e negociações com os opositoristas do regime (p. 256).

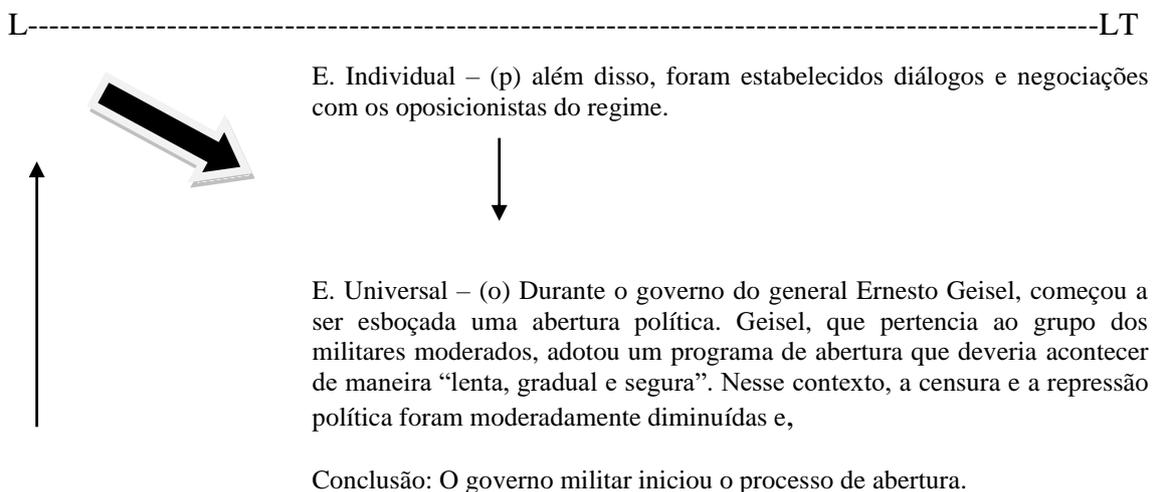
O uso do *além disso* no enunciado (p) retoma o dito anterior e acrescenta novas significações. É um engajamento do Locutor com a língua que encontramos aqui. Dessa forma, podemos dizer que o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal, e que o enunciador individual (p) alude o enunciador universal por comentar e acrescentar mais conteúdo ao dito em (o).

ESQUEMA 2 - VONTADE DE SABER



O *além disso* é uma articulação por incidência, quando o Locutor age sob sua própria enunciação, por isso consideramos o enunciado (p) como individual. No esquema acima, o al-historiador alude os Locutores que apresentam o enunciador universal (o), no entanto, em (p) o enunciador individual alude o enunciador universal de (o), como demonstramos abaixo:

ESQUEMA 3 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

Este esquema nos mostra a relação entre a argumentação como a sustentação do al-historiador para apresentar o enunciador universal (o), e a articulação por incidência e por argumentatividade de (p), apresentada pelo Locutor, aludindo o enunciador universal (o).

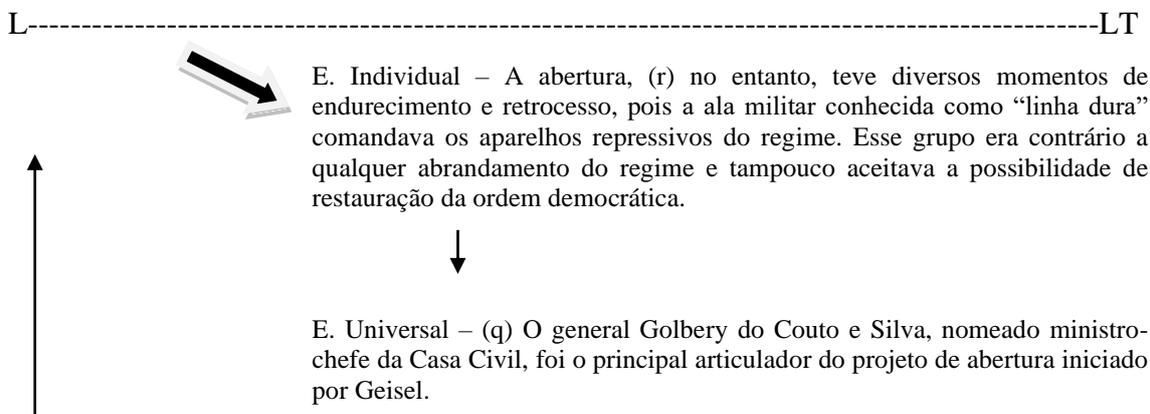
Os enunciados (o) e (p) orientam para uma mesma conclusão: a abertura política. E é essa orientação que se segue na continuação do texto até o enunciado (r).

Continuação recorte 8 - (q) O general Golbery do Couto e Silva, nomeado ministro-chefe da Casa Civil, foi o principal articulador do projeto de abertura iniciado por Geisel. A abertura, (r) no entanto, teve diversos momentos de endurecimento e retrocesso, pois a ala militar conhecida como “linha dura” comandava os aparelhos repressivos do regime. Esse grupo era contrário a qualquer abrandamento do regime e tampouco aceitava a possibilidade de restauração da ordem democrática.

Como vemos, há o uso de *no entanto*. Mais uma vez há um engajamento do Locutor com a língua, uma articulação por argumentatividade. No caso, uma argumentatividade concessiva. O enunciador de (q) é universal, uma vez que retoma memoráveis do governo militar. Já em (r), temos um enunciador individual que avalia a *abertura política*, ou seja, as condições históricas de seu aparecimento. A argumentação

de (q) é a mesma de (o), do recorte 7. O que muda é a relação argumentativa entre o Locutor, alocutor e enunciador em (r).

ESQUEMA 4 - VONTADE DE SABER



Al-historiador-----AT-estudante-professor

Neste caso, os Locutores apresentam o enunciador individual que alude o enunciador universal. É esse enunciador individual sustentado pelo alocutor-historiador que se apresenta também nos próximos enunciados. Mas antes, é preciso retomar o enunciado (r). Em (r), há entre aspas a formação nominal *linha dura*. Esse dizer não é individual e nem universal, mas genérico. Ele fala com outros indivíduos, é um dizer do senso-comum na época. Quem o apresenta não é o Locutor, mas o alocutor-historiador que mobiliza este memorável para sustentar sua argumentação. Foram os oficiais da “linha dura” que não aceitavam a abertura política.

Prosseguindo, a continuação do recorte 8 se dá a partir do dito em (r), elencando os memoráveis da repressão do governo militar, como a morte do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel.

Continuação... Nas eleições parlamentares de 1974, por exemplo, que deram a vitória à oposição, os aparelhos repressivos recorreram à violência, perseguindo jornalistas, sindicalistas e acusando militantes comunistas de serem os responsáveis pela expressiva votação obtida pelo MDB. No auge dessa reação conservadora, ocorreram as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do metalúrgico Manoel Fiel, em 1976, ocorridas nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. O presidente Geisel, em resposta, afastou o comandante do II Exército, general Ednardo d’Ávila Mello, responsável pelos aparelhos repressivos em São Paulo. Além disso, em 1977, o general Sylvio Frota, ministro do Exército e candidato dos setores da “linha dura” à sucessão presidencial, foi demitido (p. 256).

A argumentação é a mesma de (o), quando o alocutor-historiador apresenta o enunciador individual – neste caso é individual por dar continuidade ao dito em (r).

Por fim, o último recorte a ser analisado é reflexo de uma discussão em voga na sociedade entre grupos conservadores e progressistas, embora a historiografia brasileira já tenha constatado, com base em documentos e testemunhos, o Golpe Civil-Militar. Mas como afirma Veyne (2008), a história não é um geometral.

Já é conhecido pelos historiadores a definição dada pelos generais e civis de “Revolução de 1964”. Questionada e constatada sua inverdade a partir de diversos fatos históricos, como o trabalho de Carlos Fico e de Daniel Aarão Reis. No entanto, devido à alta discussão do tema, e a eleição de Jair Bolsonaro (PL-RJ) pra Presidente da República, abriu-se um distorcido questionamento, que é retomado neste livro analisado por nós e que dá espaço a uma entrevista de Geisel sobre o tema.

Recorte 9 - Golpe ou Revolução?

Atualmente, na sociedade brasileira, algumas pessoas têm questionado o uso do termo “golpe” para se referir à tomada do poder pelos militares em abril de 1964. (s) Essas pessoas defendem que a ação dos militares em 1964 foi necessária para combater a ameaça de implantação de uma ditadura comunista no Brasil. Por isso, esse evento não deveria ser chamado de golpe, e sim de “Revolução de 1964” (p. 262)

No recorte 9, o alocutor apresenta um enunciador coletivo que questiona o termo “golpe”, retomando os memoráveis que ampararam o Golpe Civil-Militar: a ameaça comunista, ou *a ameaça da implantação de uma ditadura comunista no Brasil*. Na cena enunciativa, temos um alocutor-historiador que alude os Locutores a apresentarem o enunciador coletivo (s). O alocutor-historiador sustenta a argumentação sobre a “revolução de 1964” porque é o lugar social presente na sociedade brasileira e que, ao mesmo tempo, se diferencia daqueles que questionam o termo “golpe”. Dessa forma, vemos que os Locutores apresentam um enunciador coletivo que não é assumido por eles. O enunciador é assumido pela voz de Geisel na entrevista de 1994, transcrita no livro didático em questão.

Isto é melhor elucidado se parafrasearmos o enunciado (s) da seguinte forma:

(s’) Essas pessoas, distantes de mim, defendem que a ação dos militares....

Há um distanciamento entre o enunciador individual e coletivo. Vejamos, os Locutores apresentam o enunciador individual sem assumi-lo.

ESQUEMA 5 - VONTADE DE SABER

L-----LT



E. Individual – Atualmente, na sociedade brasileira, algumas pessoas têm questionado o uso do termo “golpe” para se referir à tomada do poder pelos militares em abril de 1964.



E. Coletivo - (s) Essas pessoas defendem que a ação dos militares em 1964 foi necessária para combater a ameaça de implantação de uma ditadura comunista no Brasil. Por isso, esse evento não deveria ser chamado de golpe, e sim de “Revolução de 1964”.

Conclusão: Havia uma ameaça comunista a ser combatida.

Al-historiador-----AT-estudante-professor

O alocutor-historiador (lugar social dos historiadores) sustenta toda a argumentação, no entanto, a significação da conclusão se dá pelo enunciador coletivo. Dessa maneira, o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem os dois enunciadores. O enunciado (s) é considerado coletivo por fazer parte de um grupo de conservadores que acreditavam/acreditam na *ameaça comunista*, e assim, conclui-se que *havia uma ameaça comunista*.

O próximo recorte (10) apresenta um alocutor que sustenta o enunciador coletivo negligenciado pelo alocutor-historiador. Neste recorte, não é o lugar de dizer do historiador que sustenta a argumentação, mas alocutor-Ernesto Geisel, em uma entrevista de 1994.

Vejamos alguns trechos (em negrito, as perguntas do responsável pela reportagem):

Recorte 10 - Havia muito tempo, [...] ele estava vendo o quadro político piorando. (t) Havia vários problemas muito graves, entre eles o comunismo, inclusive pela sua infiltração nas Forças Armadas.

Em algum momento o senhor teve algum problema de consciência, algum conflito interno, por estar quebrando a legalidade do país?

Não, porque não havia mais legalidade. O governo de Jango, para mim, pelo que fazia, era ilegal. [...] **A gente entende que violência gera mais violência. O senhor não acha que, se estivesse no poder um grupo que tivesse mais bom senso e não quisesse botar mais lenha na fogueira...**

Aí vem a história do “se”... Isso tudo é muito subjetivo. Vocês acreditam que, se houvesse um grupo mais ponderado, que não botasse lenha na fogueira e procurasse moderar suas ações, o quadro iria se amainando e a subversão desapareceria? (u) Mas o inverso também seria possível: se houvesse tolerância, cada vez que se fosse cedendo, os subversivos haviam de querer mais e mais e acabariam tomando conta do poder. Porque o outro lado tinha um objetivo determinado. Grande parte era realmente da esquerda comunista. Quer dizer, eles tinham uma ideologia e não parariam enquanto não conseguissem implantá-la. [...] (p. 262-263).

Os enunciados (t) e (u) são apresentados pelo alocutor-militar-ex-presidente Geisel pelo enunciador coletivo (corporativo) da instituição militar. Dessa forma, não é

mais o alocutor-historiador que sustenta a argumentação, como vimos nas sondagens anteriores, mas o alocutor Geisel. É interessante notar um certo distanciamento neste ponto do lugar social de dizer que sustentou desde então os argumentos do livro didático. Fica em aberto a discussão sobre “golpe” ou “revolução”, ao contrário das outras seções do livro que não apresentam questões, mas fatos históricos já validados teoricamente.

ESQUEMA 6 - VONTADE DE SABER

L-----LT



E. Coletivo – u) Mas o inverso também seria possível: se houvesse tolerância, cada vez que se fosse cedendo, os subversivos haviam de querer mais e mais e acabariam tomando conta do poder. Porque o outro lado tinha um objetivo determinado. Grande parte era realmente da esquerda comunista. Quer dizer, eles tinham uma ideologia e não parariam enquanto não conseguissem implantá-la.

Conclusão: Não poderia haver tolerância contra a esquerda comunista.

Al-Geisel-----AT-estudante-professor

No livro didático *Vontade de Saber*, da editora Quinteto Editorial, analisamos a argumentação como parte integrada na cena enunciativa. Vimos como o alocutor-historiador sustenta boa parte dos fatos narrados no livro, com base nos memoráveis de testemunhas e de documentos sobre a Ditadura Militar. Apenas no recorte 9 o alocutor-historiador sai de cena para entrada do alocutor-Geisel, que sustenta a argumentação sobre a “revolução de 1964”.

3.2. Contato História 3 Ensino Médio

Na presente análise selecionamos enunciados decisivos sobre a Ditadura Militar no Brasil dentro do livro #Contato história, da editora Quinteto, disponibilizado aos estudantes e professores do 3º ano do ensino médio. O livro foi publicado em 2016 e fez parte do PNL D de 2018, 2019 e 2020.

O primeiro recorte é uma introdução ao Golpe de 1964, reunindo memoráveis sobre a situação brasileira pré-64, como a *suposta* ameaça comunista.

Recorte 1 – (a) No dia 1º de abril de 1964, os militares brasileiros aplicaram um golpe de Estado, depondo então o presidente João Goulart. Sob o pretexto de afastar uma suposta ameaça

comunista, eles implantaram no país uma ditadura, que foi marcada pelo desrespeito aos direitos dos cidadãos e pela perseguição aos opositores do regime (p. 211).²¹

O primeiro recorte que analisamos é uma condensação de todo o tema a ser abordado durante o capítulo. Trata-se de uma reescrituração por condensação dos parágrafos posteriores. Vemos neste recorte um alocutor-historiador aludindo os Locutores-autores do livro a apresentarem um enunciador universal do enunciado *No dia 1º de abril (...)*. Já o enunciado *Sob o pretexto de afastar uma suposta ameaça comunista* alude o enunciador coletivo dos grupos que acreditavam que o país iria ser dominado por uma doutrina comunista, orientando para uma *ameaça comunista*, no entanto, a articulação por dependência *suposta ameaça* evoca o alocutor-historiador, que sustenta a conclusão apresentada pelo enunciador universal, a qual reescritura *ditadura* por especificação em *desrespeito aos direitos dos cidadãos e pela perseguição aos opositores do regime*.

É interessante notar que “suposta” se articula por dependência com “ameaça comunista” orientando para uma “não-ameaça”. Poderíamos parafrasear da seguinte forma:

(1) Com o pretexto de afastar uma suposta ameaça comunista.

E não:

(2) Com o pretexto de afastar uma ameaça comunista.

Em (2), a argumentatividade orienta para uma conclusão afirmativa: “houve uma ameaça comunista”. Em (1), ocorre uma orientação por dois argumentos: “houve e não houve uma ameaça comunista”. O uso do adjetivo “suposta” orienta para uma dúvida, uma não conclusão. Seu uso mobiliza dois enunciadores: um que assume a argumentação do golpe de Estado, ou seja, um enunciador universal embasado pelo alocutor-historiador e outro que justifica, por assim dizer, a implantação da ditadura, embasado por outro enunciador, o coletivo. Aquele que justifica o golpe de Estado “sob o pretexto” da ameaça comunista.

Dessa forma, encontramos na primeira sequência uma argumentação sustentada pelo alocutor-historiador que apresenta enunciador universal, que demonstra os fatos ocorridos, evocando o enunciador coletivo dos grupos que acreditavam na “ameaça comunista”. A apresentação do tema mobiliza os dois enunciadores para sustentar a argumentação do historiador.

²¹ Todas as sondagens são da mesma referência: PELLEGRINI, Marco César. **#Contato história, 3º ano** / Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias, Keila Grinberg. – 1. ed. – São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

ESQUEMA 7 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT

E. Universal – (a) No dia 1º de abril de 1964, os militares brasileiros aplicaram um golpe de Estado, depondo então o presidente João Goulart.



E. Coletivo – (b) Sob o pretexto de afastar uma suposta ameaça comunista, eles implantaram no país uma ditadura, que foi marcada pelo desrespeito aos direitos dos cidadãos e pela perseguição aos opositores do regime.

Al-historiador-----At-estudante-professor

Entendemos que ao mostrar a mobilização dos lugares da enunciação encontramos em “suposta ameaça comunista” uma formação nominal. É assim que podemos compreender que não se trata de um sintagma nominal apenas, mas de um jogo de lugares que formula essa formação nominal.

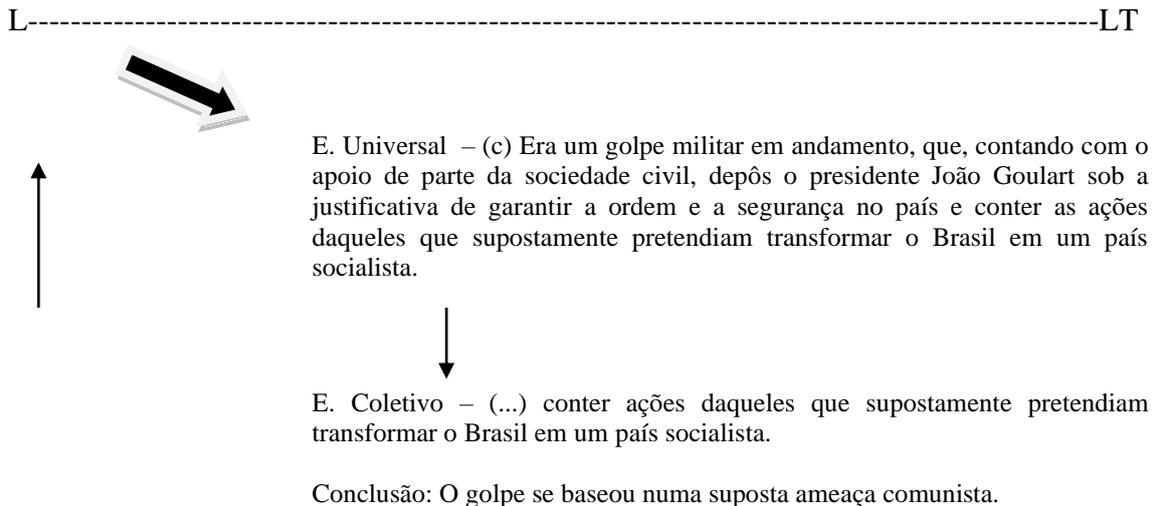
Na próxima sequência, mais uma vez aparece uma articulação, mas dessa vez com o advérbio de modo *supostamente*. Vejamos:

Recorte 2 – (c) Era um golpe militar em andamento, que, contando com o apoio de parte da sociedade civil, depôs o presidente João Goulart sob a justificativa de garantir a ordem e a segurança no país e conter as ações daqueles que supostamente pretendiam transformar o Brasil em um país socialista (p. 212).

Golpe militar é reescriturado por especificação por garantia de *ordem e segurança* do Brasil, sendo articulado pela preposição *sob*, e determinado também por *apoio de parte da sociedade civil*. *Daqueles que supostamente pretendiam transformar o Brasil em um país socialista* evoca um outro lugar de dizer, o enunciador coletivo aludido pelo alocutor-conservador. Compreendemos que a Ditadura Civil-Militar no Brasil funcionou sob três eixos: a ameaça comunista, a propaganda ideológica e a repressão política. Esses três eixos foram mobilizados através de um pilar: o amor pela pátria. O conservadorismo está presente na argumentação do recorte através do enunciador coletivo, aquele que impediu a implantação do comunismo no Brasil. Não seria o lugar social de dizer do conservador que sustenta a argumentação, mas sim o lugar social dos historiadores. O conservadorismo é representado pelo enunciador coletivo que alude o enunciador universal.

Isso pode ser representado pelo esquema abaixo:

ESQUEMA 8- CONTATO HISTÓRIA



Al-historiador-----At-estudante-professor

Lido de outra maneira, o al-historiador apresenta o enunciador coletivo a partir dos memoráveis da justificativa do Golpe Militar, como por exemplo as manifestações da Marcha da Família com Deus pela liberdade, a mobilização da elite contra as reformas de base de João Goulart e a ameaça comunista. É a partir desta apresentação do enunciador coletivo que o enunciado (c) adquire sentido. O enunciador coletivo, que representa este grupo de conservadores que abominavam os movimentos socialistas (tanto da União Soviética quanto da Revolução Cubana), representa este outro lugar de dizer que é justamente o lugar de dizer dos grupos conservadores.

Desse modo, concluímos que o al-historiador ao mobilizar este outro lugar de dizer sustenta a conclusão de que o Golpe Militar afastou o Brasil de uma “ameaça comunista”.

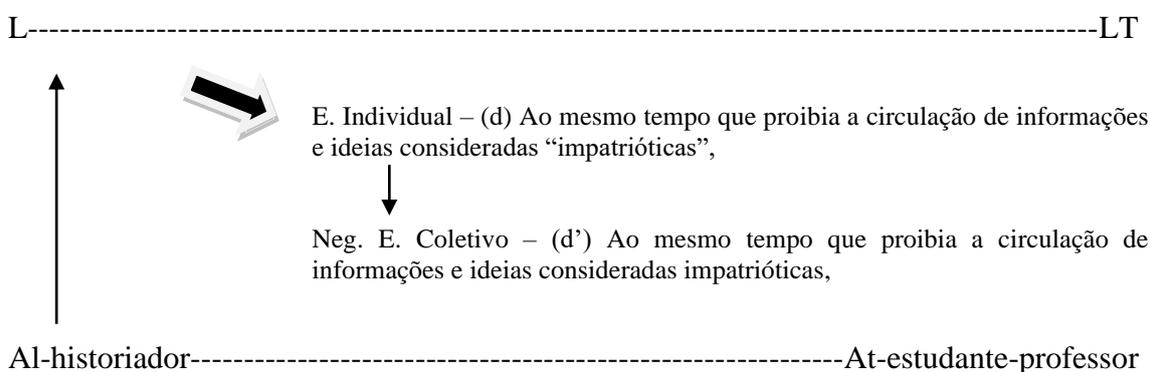
Abaixo, no recorte 3, encontramos também uma argumentação sustentada pelo lugar social de historiador. Neste caso, o uso das aspas na palavra *impatrióticas* promove uma divisão de enunciadores: um coletivo, representado pela instituição do governo militar, e outro individual, apresentado pelo Locutor-Historiador-Escritor.

Recorte 3 – (d) Ao mesmo tempo que proibia a circulação de informações e ideias consideradas “impatrióticas”, (e) o governo militar divulgava massivamente a sua própria ideologia em propagandas nos meios de comunicação e em instituições educacionais.

Na textualidade, *circulação de informações e ideias consideradas “impatrióticas”* são antonímias de *governo militar*, enquanto que *ideologia e propaganda* o determinam. Na cena enunciativa, integrada pela argumentação, temos

um al-historiador que alude o Locutor-historiador para apresentar a articulação por argumentatividade porque muda a orientação do texto.

ESQUEMA 9 - CONTATO HISTÓRIA



Como comentamos sobre o uso das aspas nas análises anteriores, o enunciador individual de (d) alude o enunciador coletivo (d’), negando-o. O al-historiador sustenta essa negação a partir dos memoráveis da política da Doutrina da Segurança Nacional, criada nos EUA, que declarava qualquer divergência política como subversiva, categorizando qualquer movimento contrário às políticas do governo como impatriótico. É a partir destes memoráveis que o al-historiador alude o Locutor-historiador.

Esta relação entre os enunciadores poder-se-ia ser explicada pela paráfrase:

(d’’) Ao mesmo tempo que proibia a circulação de informações e ideias consideradas impatrióticas, para eles, (...)

O *para eles* de (d’’) é representado pelo enunciador coletivo, que carrega as enunciações do combate ao comunismo e terrorismo propagado pelos governos militares. Quem poderia afirmar que aqueles que se manifestavam contra o governo militar não teriam amor pelo Brasil? É esta questão que se coloca com o uso das aspas. Os Locutores não assumem o enunciador coletivo (d’), articulando o uso das aspas para avaliar o enunciado em questão. Dessa maneira, podemos considerar dois tipos de articulação: argumentatividade, uma vez que a orientação é mudada pelo uso das aspas; e incidência, uma vez que há um engajamento do Locutor sobre o enunciador (d’’).

Continuando, o recorte 4 mostra a orientação proporcionada pelas aspas. A *massiva* divulgação da ideologia do governo militar *encobria* as mazelas do país, como o fim das liberdades democráticas e o aumento da desigualdade social, mostrando a atuação do Locutor no direcionamento do texto.

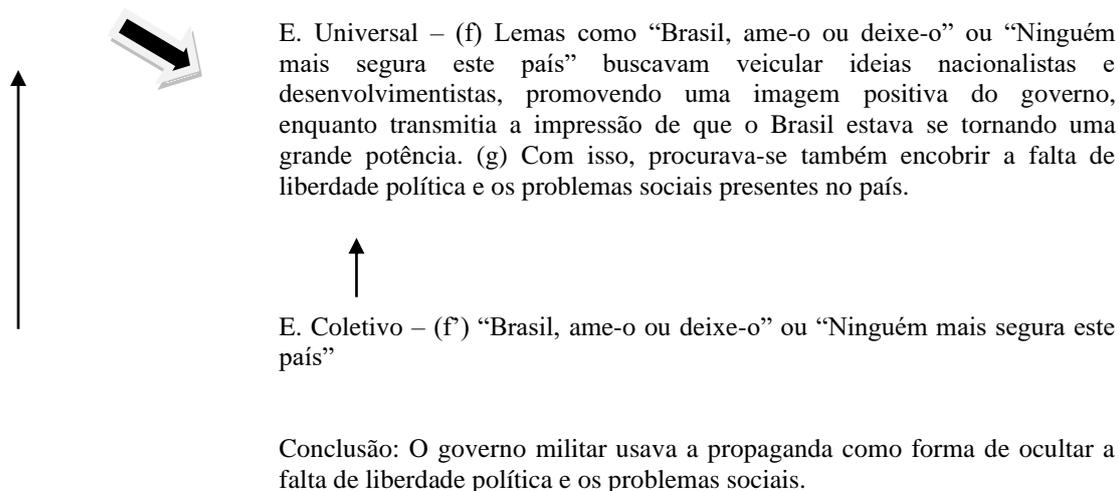
Recorte 4 – (f) Lemas como “Brasil, ame-o ou deixe-o” ou “Ninguém mais segura este país” buscavam veicular ideias nacionalistas e desenvolvimentistas, promovendo uma imagem positiva do governo, enquanto transmitia a impressão de que o Brasil estava se tornando uma grande

potência. (g) Com isso, procurava-se também encobrir a falta de liberdade política e os problemas sociais presentes no país.

Acima são retomados os memoráveis das propagandas ideológicas do governo militar, que foram direcionados pelo enunciado (e) do recorte 3. A palavra *impatrióticos* orienta para essa massiva divulgação das propagandas ideológicas que visava o ocultamento da concentração de renda e da repressão política. Como vimos nos outros livros analisados, este período de grande propaganda foi chamado de “Brasil grande”.

ESQUEMA 10 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT



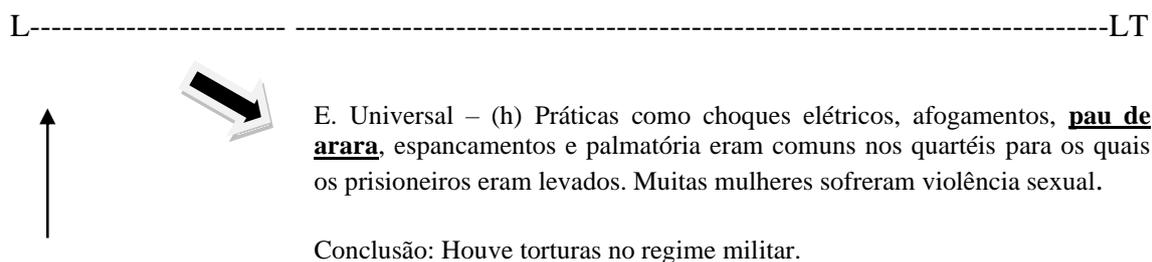
Al-historiador-----At-estudante-professor

No esquema acima, o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal, com base nos memoráveis da propaganda política e nos índices de repressão e concentração de renda que assolavam o país. Desse modo, o lugar de dizer coletivo alude o enunciador universal. Este lugar coletivo é representado pelos memoráveis “Brasil, ame-o ou deixe-o” ou “Ninguém mais segura este país”. A argumentação é sustentada pelo lugar social de historiador que alude os enunciares universal e coletivo.

Recorte 5 - Uma vez capturados, os suspeitos podiam sofrer maus-tratos e castigos corporais diversos. (h) Práticas como choques elétricos, afogamentos, pau de arara, espancamentos e palmatória eram comuns nos quartéis para os quais os prisioneiros eram levados. Muitas mulheres sofreram violência sexual. (i) Em casos de “acidentes de trabalho”, que resultavam na morte do prisioneiro, os militares faziam a “desova”, ou seja, abandonavam os cadáveres em locais ermos ou enterravam-nos como indigentes (*grifos do autor*, p. 215).

No recorte 5, os Locutores apresentam os enunciados sobre as torturas dos agentes do governo militar. São retomados memoráveis do lugar de dizer de opositores ao regime, que foram os responsáveis por denunciar os abusos. Em (h) temos uma enumeração que determina as torturas. *Práticas como choques elétricos, afogamentos, pau de arara, espancamentos e palmatória* é uma articulação por coordenação que reescritura por expansão de enumeração *torturas*. A argumentação de (h) é sustentada pelo lugar social dos opositores do regime, que alude os Locutores a apresentarem os enunciadores. Em (h), temos o seguinte esquema:

ESQUEMA 11 - CONTATO HISTÓRIA



Al-opositores do regime -----At-estudante-professor

O alocutor alude os Locutores para apresentar o enunciador universal de (h). Em (i) – abaixo – há uma mobilização de outros lugares sociais de dizer. “Acidentes de trabalho” é um enunciador genérico, é uma justificativa às atrocidades cometidas pelos agentes. É uma maneira de transportar as consequências das torturas para o campo do mercado de trabalho, principalmente na área de engenharia civil, da indústria, em que os acidentes de trabalho foram a causa de ferimentos e mortes de trabalhadores. “Desova” também é retirada de um lugar de dizer coletivo do biólogo sobre a reprodução na vida aquática. Neste caso, “desova” é reescriturada por especificação pelo abandono de cadáveres *em locais ermos ou enterravam-nos como indigentes*.

Continuação recorte 5 - (i) Em casos de “acidentes de trabalho”, que resultavam na morte do prisioneiro, os militares faziam a “desova”, ou seja, abandonavam os cadáveres em locais ermos ou enterravam-nos como indigentes.

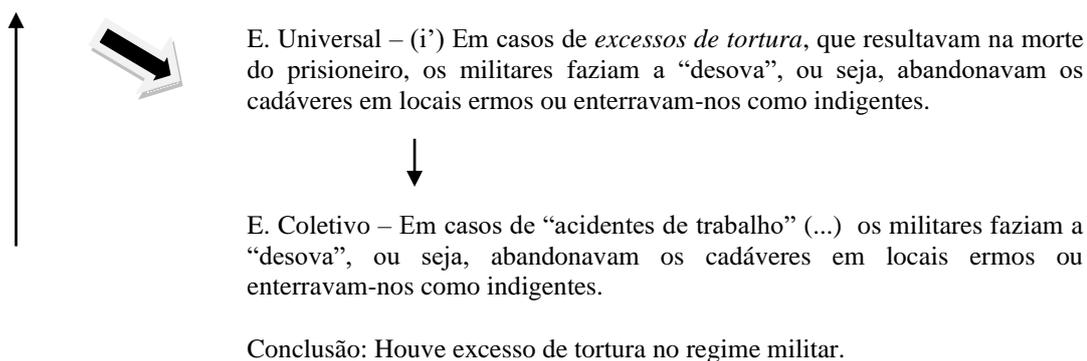
O alocutor-historiador alude os dizeres de outros lugares da enunciação para sustentar sua argumentação. Poderíamos parafrasear (i) da seguinte forma:

(i’) Em casos de *excessos de tortura*, que resultavam na morte do prisioneiro, os militares faziam a “desova”, ou seja, abandonavam os cadáveres em locais ermos ou enterravam-nos como indigentes.

Acidentes de trabalho pode ser parafraseado por *excessos de tortura*, no entanto, “*desova*” não pode ser substituída por outra palavra, pois seu sentido é inerente (articulação por dependência) ao abandono de cadáveres em locais escusos. “Desova” é um dizer próprio do meio militar, pois indica um esconderijo de produtos e, neste caso, de mortos por tortura. Desse modo, entendemos que o alocutor-historiador apresenta dois enunciadores apresentados pelos Locutores. Vejamos:

ESQUEMA 12 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT



Al-historiador-----At-estudante-professor

O alocutor-historiador alude os Locutores com base nos memoráveis das torturas nos quartéis. Este lugar social alude o Locutor a apresentar os enunciadores universal, genérico e coletivo. Todo o enunciado de (i) é um enunciador universal, que fala para todos, entretanto, o dizer universal comenta os dizeres de outros lugares, e, dessa forma, ele alude o enunciador coletivo de “acidentes de trabalho” e de “desova”.

É essa politopia sustentada pelo al-historiador com os lugares de dizer que dá direcionamento ao texto, isto é, que proporciona que o texto signifique. De outra forma, a conclusão de que houve torturas e maus-tratos por parte da ditadura militar é sustentada pelo lugar social de historiador.

Abaixo, temos uma articulação por argumentatividade com o uso de *no entanto* entre os enunciados (j) e (k).

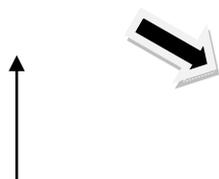
Recorte 6 – (j) O golpe de 1964 teve apoio de grande parte da imprensa, que aprovava a derrubada de Jango. (k) No entanto, após o golpe, grandes jornais, como o *Correio da Manhã*, passaram a publicar denúncias relacionadas ao governo militar (p. 218).

Neste recorte, há uma relação entre duas conclusões. A primeira, (j), conclui que o golpe de 1964 foi apoiado por grande parte da imprensa, enquanto que (k) conclui que

grandes jornais passaram a denunciar o governo militar. São dois acontecimentos da enunciação que rememoram memoráveis diferentes, o do apoio de grande parte da imprensa ao Golpe, por exemplo o apoio do jornal O Globo, e as denúncias sobre o autoritarismo e a repressão política do governo, depois do golpe. O alocutor-historiador alude os Locutores a apresentar o enunciador individual.

ESQUEMA 13 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT



E. Individual – (j) O golpe de 1964 teve apoio de grande parte da imprensa, que aprovava a derrubada de Jango. (k) No entanto, após o golpe, grandes jornais, como o *Correio da Manhã*, passaram a publicar denúncias relacionadas ao governo militar.

Al-historiador-----At-estudante-professor

Entre (j) e (k) encontramos uma articulação por argumentatividade concessiva. Há um agenciamento entre o Locutor e a língua, e é isso que possibilita a argumentatividade. A sustentação se dá a partir do lugar social de historiador que alude o Locutor para apresentar o enunciador individual. Entendemos ser individual pelo engajamento do Locutor pela língua, que mobiliza os elementos do enunciado para produzir sentido.

Frisando mais uma vez que nós trabalhamos com enunciados decisivos, abaixo temos uma relação entre dois movimentos estudantis durante a ditadura. O Movimento Estudantil de esquerda e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), de direita. A argumentação deste trecho é sustentada pelo alocutor-historiador que evoca estes memoráveis. No entanto, há uma argumentatividade concessiva entre o desenvolvimento da argumentação.

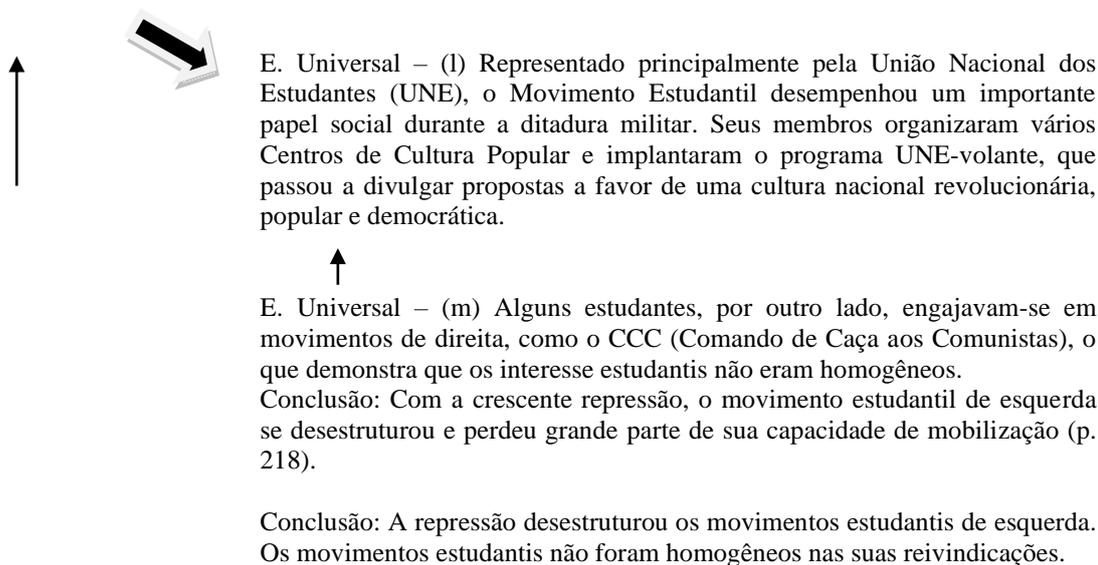
Recorte 7 – (l) Representado principalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento Estudantil desempenhou um importante papel social durante a ditadura militar. Seus membros organizaram vários Centros de Cultura Popular e implantaram o programa UNE-volante, que passou a divulgar propostas a favor de uma cultura nacional revolucionária, popular e democrática. (m) Alguns estudantes, por outro lado, engajavam-se em movimentos de direita, como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), o que demonstra que os interesses estudantis não eram homogêneos. Com a crescente repressão, o movimento estudantil de esquerda se desestruturou e perdeu grande parte de sua capacidade de mobilização (p. 218).

A argumentação é estabelecida pelo alocutor que alude o Locutor a apresentar o enunciador universal. O enunciado (l) apresenta o Movimento Estudantil, enquanto que o enunciado (m) alude o enunciado (l) para concluir que *os interesses estudantis não eram homogêneos*. Dessa forma, a argumentação integrada à cena enunciativa é

sustentada a partir do alocutor-historiador que, ao rememorar enunciações sobre os movimentos estudantis, alude o Locutor-historiador-escritor para apresentar os enunciadores.

ESQUEMA 14 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT



Al-historiador-----At-estudante-professor

Existem acima dois argumentos com conclusões distintas. O (l) orienta para um movimento contrário à ditadura, enquanto que (m) orienta para a favor da ditadura. O articulador *por outro lado* faz a ligação entre os enunciados para concluir a ambiguidade dos movimentos estudantis. Poderíamos parafrasear (m) por X No Entanto Y, que ficaria:

(m') – Alguns estudantes, **no entanto**, engajavam-se em movimentos de direita, como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), o que demonstra que os interesses estudantis não eram homogêneos.

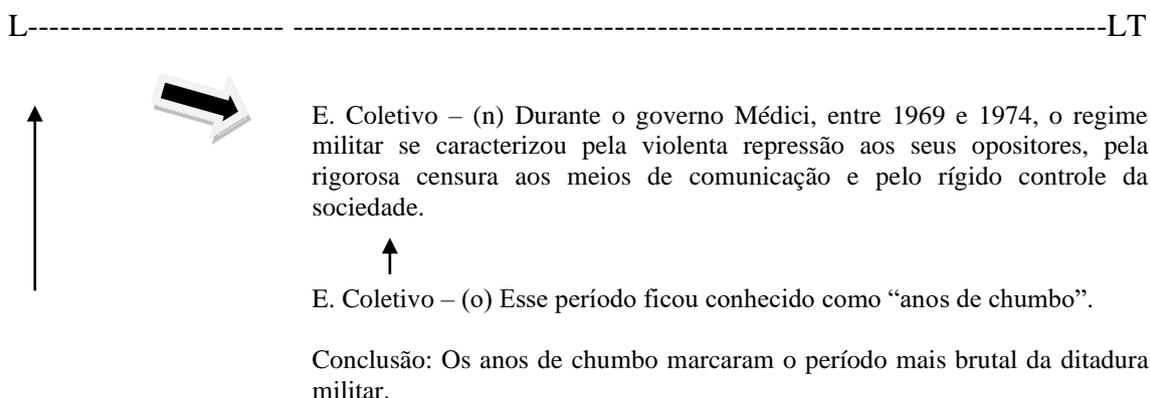
A paráfrase (m') nos mostra uma argumentatividade concessiva através do uso de *no entanto*. Os enunciadores são universais porque correspondem a um fato verdadeiro. Por mais que haja uma mobilização com *por outro lado*, que demonstra a ação do Locutor sobre o enunciado, entendemos que isto não representa um enunciador individual, mas um enunciador universal porque retoma fatos históricos sobre os movimentos estudantis. Portanto, o alocutor-historiador alude o Locutor-historiador-escritor a apresentar os enunciadores universais. O enunciador universal (m) evoca o enunciador universal (l) para apresentar o argumento.

No recorte 8, há relação interessante pelo uso das aspas. Como vimos, a expressão “anos de chumbo” retoma o memorável do filme “Os anos de Chumbo” (*Die bleierne Zeit*) que mostra a relação entre duas mulheres diante da violência do Estado. O termo foi retomado por diversos países com intuito de demonstrar uma brutalidade do Estado. No Brasil, serviu para caracterizar o período mais violento da ditadura.

Recorte 8 – (n) Durante o governo Médici, entre 1969 e 1974, o regime militar se caracterizou pela violenta repressão aos seus opositores, pela rigorosa censura aos meios de comunicação e pelo rígido controle da sociedade. (o) Esse período ficou conhecido como “anos de chumbo” (p. 219)

Anos de chumbo, no recorte acima, é uma reescrituração por condensação de todo o enunciado (n), enquanto que *pela violenta repressão aos seus opositores, pela rigorosa censura aos meios de comunicação e pelo rígido controle da sociedade* é uma reescrituração por enumeração de *governo Médici*. Não há nos enunciados analisados um memorável sobre o filme “Os anos de chumbo”, mas sim memoráveis sobre o governo Médici. O alocutor-historiador rememora enunciações de historiadores que classificam este momento como “anos de chumbo” e alude os Locutores a apresentarem os enunciadores coletivos.

ESQUEMA 15 - CONTATO HISTÓRIA



Al-historiador-----At-estudante-professor

O esquema é lido da seguinte maneira: os Locutores, aludidos pelo alocutor-historiador, apresentam o enunciador coletivo (n) que reescritura *regime militar* por *governo Médici*, sendo uma reescrituração por especificação. O enunciador coletivo (o) evoca o dito em (n) para reescriturar *governo Médici* por condensação. A argumentação é sustentada pelo lugar social de dizer que alude os enunciadores coletivos. São coletivos porque há uma divisão entre historiadores: alguns designam “anos de chumbo” como todo o período da ditadura, enquanto outros como o período de 1969 e 1974.

O tema continua sendo abordado, retomando os memoráveis dos Atos Institucionais. O Ato Institucional nº 5 é retomado dentro do tema “anos de chumbo” proposto pelo livro, embora tenha sido instituído em 1968. Abaixo temos um recorte sobre este Ato:

Recorte 9 – (p) O AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, inaugurou o período mais repressivo do regime, suspendendo o habeas corpus de presos políticos e restringindo ainda mais a liberdade do cidadão. Ele ainda concedeu plenos poderes ao presidente da República, que fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores. (q) Além disso, o presidente podia cassar mandatos, decretar e prorrogar o estado de sítio e também nomear interventores nos governos estaduais e prefeituras municipais (p. 219).

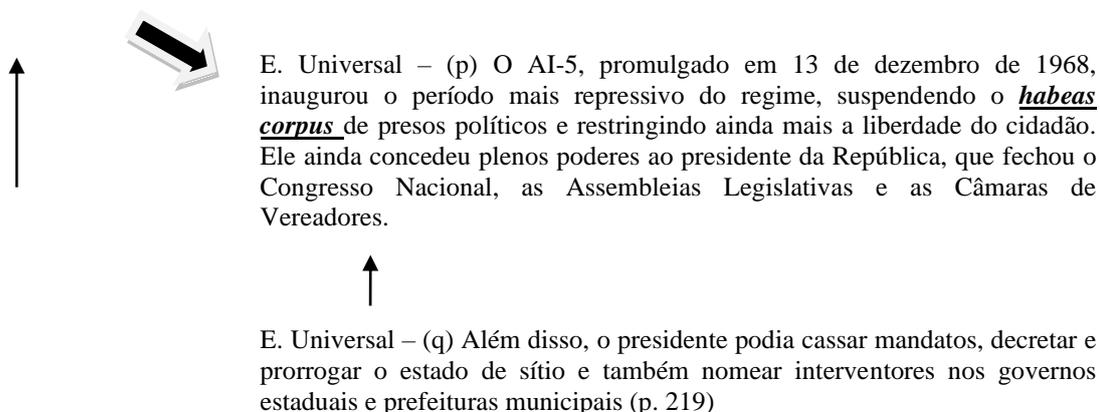
Acima temos que AI-5 é reescriturado por expansão de enumeração em *suspendendo o habeas corpus de presos políticos e restringindo ainda mais a liberdade do cidadão e concedeu plenos poderes ao presidente da República, que fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores*. Podemos dizer todo o parágrafo é uma reescrituração de AI-5 por definição, uma vez que no enunciado (q) também há uma expansão por enumeração em *cassar mandatos, decretar e prorrogar o estado de sítio e também nomear interventores*.

O funcionamento da argumentação, integrada à cena enunciativa, se dá pelo acionamento dos memoráveis do AI-5 pelo al-historiador. Ele retoma e alude o Locutor-historiador-escritor a apresentar os enunciados (p) e (q). Entretanto, como vimos, o *além disso* nos mostra um engajamento do Locutor com o enunciado (p), por isso ocorre ali uma articulação por incidência.

Dessa forma, o esquema argumentativo é:

ESQUEMA 16 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT



Al-historiador-----At-estudante-professor

Apresentamos dois enunciadores universais porque retomam dizeres da historiografia que são permeados pelo discurso científico, isto é, são fatos que

demonstram a veracidade do momento. O enunciador universal (p) é retomado pelo enunciador (q) através do engajamento do Locutor com o que ele diz. Podemos caracterizar isso como uma evocação do dito em (p) que possibilita a construção do sentido em (q). Por isso, concluímos que o enunciador universal de (q) alude o enunciador universal (p).

O al-historiador recorta os memoráveis sobre o AI-5 e alude o Locutor a apresentar o enunciador universal (p), que é retomado por (q) pelo uso de *além disso* (cf. GUIMARÃES, 1987).

Abaixo, no recorte 10, mais uma vez é utilizado *por outro lado*, que pode ser parafraseado por *no entanto*. Trata-se de uma articulação por argumentação concessiva entre os enunciados (r) e (t). Neste trecho, o livro está abordando o “Milagre Econômico”, período de altos gastos em investimentos em contrapartida do arrocho salarial. O primeiro enunciado orienta para um bom plano econômico enquanto que (t) orienta para um não bom plano econômico.

Recorte 10 – (r) O plano econômico adotado pelo governo militar baseava-se na entrada de capitais estrangeiros e na instalação de indústrias no Brasil. (s) Para isso, foram feitos grandes investimentos na construção e modernização de portos e rodovias. (t) Por outro lado, o governo tentava aumentar o volume de exportações, o que o levou a conter o crescimento do consumo interno, mantendo os salários baixos (p. 222).

É interessante notar que há entre (r) e (t) o enunciado (s). O enunciado (s) é uma articulação por argumentatividade diretiva, ele retoma o dito em (r); podemos parafrasear o *para isso* deste enunciado por *portanto*:

(s') Portanto, foram feitos grandes investimentos na construção e modernização de portos e rodovias.

O funcionamento da paráfrase nos comprova a articulação argumentatividade diretiva. No entanto, em (t) temos uma outra articulação de argumentatividade, que pode ser parafraseada por:

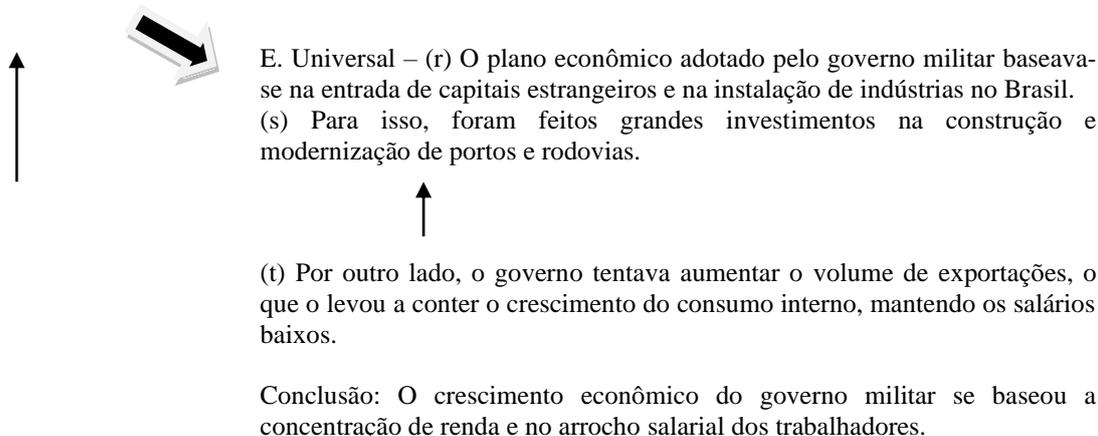
(t') No entanto, o governo tentava aumentar o volume de exportações, o que o levou a conter o crescimento do consumo interno, mantendo os salários baixos.

Há duas articulações por argumentatividade que são apresentadas pelo Locutor-historiador-escritor. O al-historiador alude o Locutor a apresentar os enunciadores. É importante notar que são enunciados do campo econômico, por isso são memoráveis dos índices econômicos do momento em questão. O al-historiador retoma estes memoráveis e alude o Locutor a apresentar os enunciados. Como são enunciados do campo econômico, mais precisamente, de uma disciplina com base em dados e estatísticas, concluímos que são dois enunciadores universais.

O enunciado (s) é uma conclusão de (r), enquanto que (t) é argumento contrário a (s).

ESQUEMA 17 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT



Al-historiador-----At-estudante-professor

No esquema acima, os argumentos são apresentados pelo Locutor-historiador-escritor como enunciadores universais, porque retomam enunciados do campo econômico. O enunciador universal de (t) alude o dito em (r) e (s) por comentar o dizer de outro lugar.

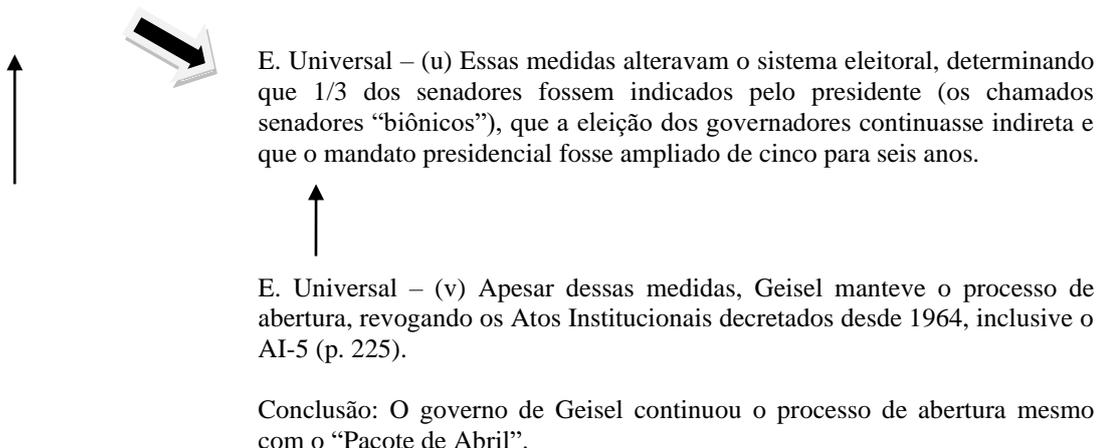
Recorte 11 – (u) Essas medidas alteravam o sistema eleitoral, determinando que 1/3 dos senadores fossem indicados pelo presidente (os chamados senadores “biônicos”), que a eleição dos governadores continuasse indireta e que o mandato presidencial fosse ampliado de cinco para seis anos. (v) Apesar dessas medidas, Geisel manteve o processo de abertura, revogando os Atos Institucionais decretados desde 1964, inclusive o AI-5 (p. 225).

O recorte acima retoma os memoráveis do chamado “Pacote de abril”, considerado uma tentativa de manter o controle dos militares no poder, como uma contrapartida do governo em relação ao processo de abertura. O importante deste recorte é a relação entre os enunciados (u) e (v) na argumentação. O primeiro enunciado, (u), orienta para a continuação da repressão política enquanto que (v) é uma conclusão sobre a continuação do processo de abertura.

O enunciado (v) articula uma argumentatividade concessiva a partir de *apesar dessas medidas*, que evoca o dito em (u) para apresentar a conclusão. Na argumentação, o al-historiador recorta os memoráveis do chamado “Pacote de Abril” e alude o Locutor. Este apresenta os enunciadores universais, como no esquema abaixo:

ESQUEMA 18 - CONTATO HISTÓRIA

L-----LT



Al-historiador-----At-estudante-professor

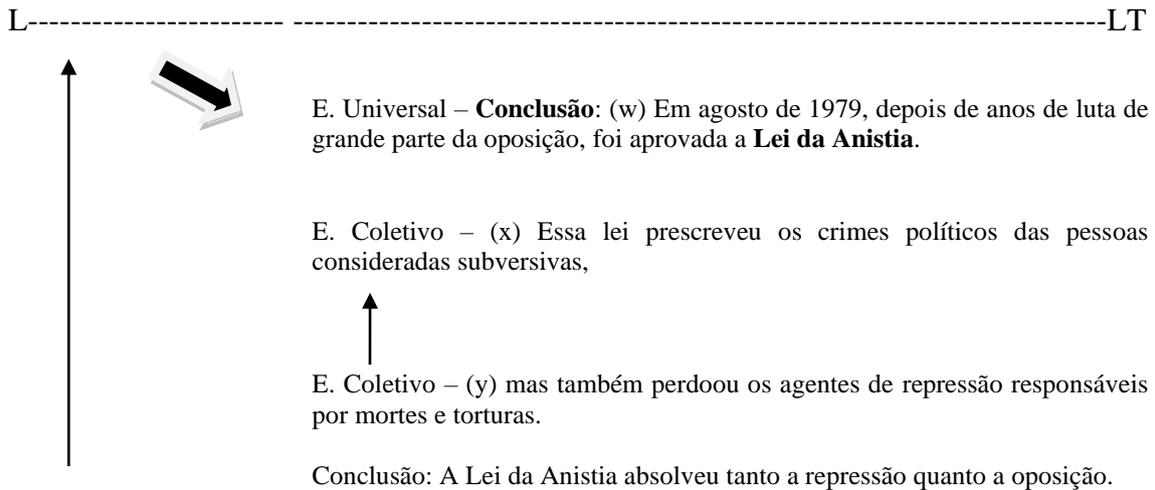
O enunciador universal de (v) retoma o dito em (u), dessa forma ele evoca o dizer de outro lugar, do lugar dos militares no poder, para apresentar a conclusão sobre a continuação do processo de abertura.

O recorte 12 é o último trecho selecionado do livro em questão. Está sendo abordado a Lei de Anistia de 1979, que prescreveu os crimes tanto dos opositores quanto dos agentes do regime militar.

Recorte 12 – (w) Em agosto de 1979, depois de anos de luta de grande parte da oposição, foi aprovada a **Lei da Anistia**. (x) Essa lei prescreveu os crimes políticos das pessoas consideradas subversivas, (y) mas também perdoou os agentes de repressão responsáveis por mortes e torturas. (p. 225).

O interessante neste trecho é que a argumentação é sustentada pelo al-historiador que apresenta o enunciador universal (w), no entanto, há um engajamento do Locutor com o que ele diz, e dessa forma, o enunciado (y) é uma avaliação do que foi dito antes. Vejamos o esquema para depois explicá-lo:

ESQUEMA 19 - CONTATO HISTÓRIA



Al-historiador-----At-estudante-professor

O esquema acima mostra como os lugares da enunciação são mobilizados para a construção da argumentação. O al-historiador retoma o memorável da promulgação da Lei da Anistia, portanto um enunciador universal, mas retoma também memoráveis sobre a crítica da oposição ao anistiar os militares responsáveis por torturas e mortes. Dessa forma, o alocutor alude o Locutor-historiador a apresentar dois lugares de dizer: um coletivo, que discorre sobre a promulgação da lei na visão dos militares; e um outro, também coletivo, que avalia a promulgação da lei, aludindo o lugar social de dizer da oposição ao regime, que não aprovou a anistia aos agentes do Estado.

Quem sustenta a argumentação é lugar social de historiador, no entanto, ele alude os Locutores a apresentarem dois lugares de dizer, o enunciador coletivo dos militares e outro coletivo da oposição. Mais uma vez essa relação entre os lugares da enunciação demonstra a construção da argumentação como uma relação politópica.

É interessante notar que há uma gradualidade entre os argumentos dos enunciados (x) e (y) para a conclusão (w). O uso do *mas também*, como vemos em Vogt (2014) e Guimarães (1987), o uso do *mas também* encadeia argumentos de uma mesma força argumentativa. Os dois argumentos orientam, com a mesma força, a conclusão de que a Lei de Anistia beneficiou tanto militares quanto opositores.

3.3. Inspire História FTD 9 ano

O livro *Inspire História* faz parte do mesmo grupo editorial da Quinteto, a FDT. Assinam o livro os historiadores Gislaíne Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi. O livro faz parte do PNLD de 2020.

O primeiro recorte que analisamos é a introdução do tema. Nessa parte, o alocutor-historiador apresenta um panorama do período militar pelo enunciador universal. Vejamos:

Recorte 1 - A ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)

- (a) Com a deposição do presidente João Goulart e a ascensão dos militares ao poder, o país viveu uma época em que as liberdades e os direitos políticos foram suspensos e o país entrou em uma ditadura que vigorou de 1964 até 1985.
- (b) Durante os 21 anos em que durou esse regime, os cidadãos brasileiros foram impedidos de escolher seus representantes para os principais cargos do Poder Executivo. As eleições para presidente da República, governadores de estados, prefeitos das capitais e de municípios considerados áreas de segurança nacional passaram a ser feitas de forma indireta e os escolhidos eram, em geral, civis que apoiavam o golpe. Nesse período, o Brasil teve cinco presidentes, todos eles generais indicados pelo Exército e eleitos também indiretamente, sem disputar o cargo com qualquer outro adversário (p. 187).²²

De início, o livro considera a Ditadura não só militar mas também civil. Muitos historiadores questionam se na Ditadura Militar houve uma grande participação civil. Neste livro, assumimos a posição de Carlos Fico, em que o Golpe de 1964 foi civil, por angariar forças das classes altas, do empresariado, da Igreja (a sua maioria), da classe média e, é claro, dos militares. Já seu governo fora estritamente militar, não é à toa a escolha apenas de generais para gerenciar o país.

Continuando, em (a) *deposição do presidente João Goulart* é uma reescritura por substituição de Golpe Civil-Militar, e *ascensão dos militares ao poder* é uma reescritura por especificação de Ditadura Militar. A suspensão das *liberdades* e dos *direitos políticos* determinam Ditadura Militar. A argumentação é sustentada pelo lugar social de dizer de historiador, que apresenta o enunciador universal.

Dessa forma, temos um alocutor-historiador que apresenta o enunciador universal.

ESQUEMA 20 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT

- (a) E. Universal – Com a deposição do presidente João Goulart e a ascensão dos militares ao poder, o país viveu uma época em que as liberdades e os direitos políticos foram suspensos e o país entrou em uma ditadura que vigorou de 1964 até 1985.



Al-historiador-----AT-estudante-professor

²² Todas as sondagens são da mesma referência: SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. **Inspire história**: 9o ano: ensino fundamental: anos finais / Gislane Campos Azevedo Seriacopi, Reinaldo Seriacopi. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2018.

Em (b) há uma reescritura por expansão de Ditadura Civil-Militar. Todo o trecho é um desenvolvimento sobre o período da Ditadura Civil-Militar. Da mesma forma que (a), em (b) é o alocutor-historiador que sustenta a argumentação, apresentando o enunciador universal. São retomados os memoráveis da perseguição aos opositores do regime, da censura aos meios de comunicação, e da escolha indireta para Presidente da República. Com vemos na continuação do recorte 1:

Continuação recorte 1 – (c) Muitas pessoas que faziam oposição ao regime, acabaram presas e torturadas, várias delas foram mortas e outras tiveram de se **exilar** para sobreviver. A imprensa e as manifestações culturais, como o teatro, o cinema, a música e a literatura, também foram cerceadas, sendo muitas vezes submetidas à **censura prévia** (p. 188 – grifos do autor).

O alocutor-historiador apresenta o enunciador universal de (c), retomando os memoráveis da tortura dos “porões da ditadura”, a perseguição aos opositores, as mortes e o exílio, além da censura aos órgãos da imprensa e aos meios de entretenimento, como teatro, música e literatura. Ao apresentar estes memoráveis, o alocutor-historiador sustenta sua conclusão de que a Ditadura Civil-Militar suspendeu a liberdade e os direitos políticos dos cidadãos (a).

O bipartidarismo proposto pelos militares, com a criação da Arena (Aliança Nacional Renovadora) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), também retoma os memoráveis das ações do governo militar. É interessante notar uma articulação por incidência em que há um enunciador individual que alude o enunciador universal.

Continuação recorte 1 – (d) Em 1965, os partidos políticos foram encerrados e instaurado o **bipartidarismo**. Assim, os políticos que apoiavam a ditadura – grande parte deles oriundos da antiga União Democrática Nacional (UDN) – uniram-se em torno da Aliança Nacional Renovadora (Arena); e os da oposição, em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (e) Ao adotar o bipartidarismo, visava-se dar um verniz democrático ao regime, uma vez que esse parecia acolher posições políticas divergentes no Legislativo (p. 189).

Em (d) temos um alocutor-historiador que apresenta o enunciador universal, como aquilo que todo mundo sabe e que não pode ser mudado, como a instauração do bipartidarismo. Entretanto, em (e) há uma avaliação do Locutor sobre o enunciador (d). *Ao adotar o bipartidarismo* é uma articulação por incidência que alude o enunciador universal de (d) e avalia (*verniz democrático*) a instauração do bipartidarismo. Neste caso, temos um enunciador individual que alude o enunciador universal de (d).

ESQUEMA 21 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT

E. Universal – (d) Em 1965, os partidos políticos foram encerrados e instaurado o **bipartidarismo**. Assim, os políticos que apoiavam a ditadura – grande parte deles oriundos da antiga União Democrática Nacional (UDN) – uniram-se em torno da Aliança Nacional Renovadora (Arena); e os da oposição, em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).



E. Individual – (e) Ao adotar o bipartidarismo, visava-se dar um verniz democrático ao regime, uma vez que esse parecia acolher posições políticas divergentes no Legislativo.



Al-historiador-----AT-estudante-professor

Concluindo, é o al-historiador que apresenta o enunciador universal em (d). No entanto, para (e) ter sentido, ele retoma o dito em (d) a partir do enunciador individual. O enunciador individual de (e) alude o enunciador universal de (d) para concluir que o bipartidarismo serviu para dar um “verniz democrático” ao governo militar. O enunciado (e) é argumento para a conclusão de (d), ou seja, a implantação do bipartidarismo. Podemos analisar que a orientação argumentativa do texto se dá pelo enunciador individual de (e), uma vez que poderíamos parafrasear (e) por:

(e’) No entanto, ao adotar o bipartidarismo, [o governo] visava dar um verniz democrático ao regime, uma vez que esse parecia acolher posições políticas divergentes no Legislativo.

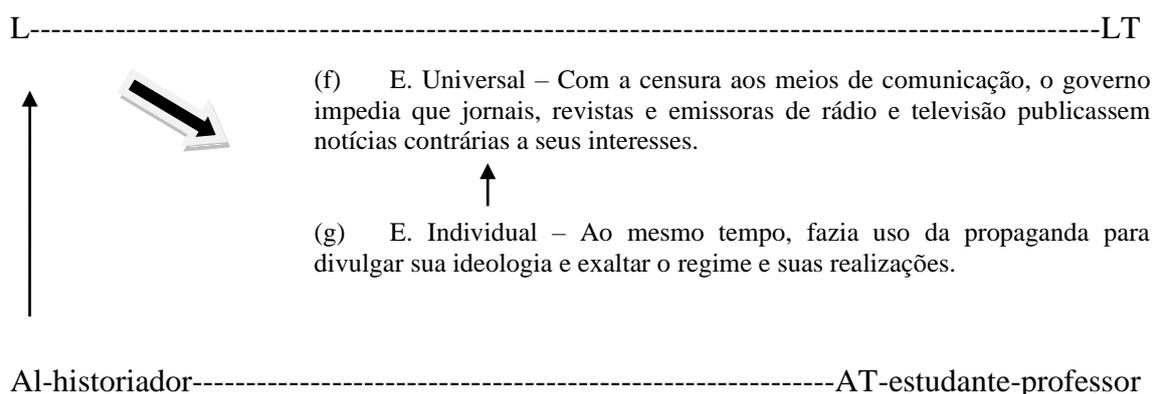
A progressão do texto ocorre a partir do dito em (e), sendo um argumento para a conclusão de que a criação do bipartidarismo teve o objetivo de dar um *verniz democrático*, ou seja, uma maneira de abafar o fim das liberdades políticas do país. São dois argumentos para esta conclusão. O primeiro universal, uma vez que retoma memoráveis sobre a implantação do bipartidarismo, e o segundo individual, uma vez que há um comentário sobre o dizer do primeiro (d).

No recorte 2, encontramos uma reescrituração de *censura* por *impedia* que os meios de comunicação *publicassem notícias contrárias a seus interesses*. Essa reescrituração é apresentada pelo enunciador universal. O enunciado (g), ao introduzir o *ao mesmo tempo* articula por incidência o enunciado (f). É um modo do Locutor comentar o que foi dito antes.

Recorte 2 – (f) Com a censura aos meios de comunicação, o governo impedia que jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão publicassem notícias contrárias a seus interesses. (g) Ao mesmo tempo, fazia uso da propaganda para divulgar sua ideologia e exaltar o regime e suas realizações (p. 193).

Dessa forma, o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal de (f) como argumento para a censura praticada pelo governo militar. Em (g) o enunciador individual, aquele que avalia o dito em (f), alude o enunciador universal. A argumentação é sustentada pelo alocutor-historiador que alude os locutores que apresentam os dois enunciadores, universal e individual, com base nos memoráveis sobre a censura na Ditadura Militar. Por outro lado, o enunciador individual de (g) alude o enunciador universal de (f).

ESQUEMA 22 - INSPIRE HISTÓRIA



A argumentação, integrada à Cena Enunciativa, mobiliza os dizeres do lugar social do dizer, o alocutor-historiador, para aludir os Locutores a apresentarem os lugares de dizer, enunciadores. É com base nessa mobilização entre alocutor, Locutores e enunciadores que a argumentação constitui sentido no livro didático, orientando argumentativamente que a ditadura censurava e omitia os problemas sociais por meio da propaganda. Na continuação do recorte 2, encontramos mais uma vez a articulação por incidência, mostrando o engajamento do Locutor sobre os lugares de dizer.

Continuação recorte 2 - (h) Dessa forma, procurava isolar os opositores do regime, denunciando-os como inimigos do Brasil. (i) Um dos *slogans* mais repetidos pelas agências do governo nessa época era: “Brasil, ame-o ou deixe-o” (j) como se amar o país fosse apoiar o governo (p. 193).

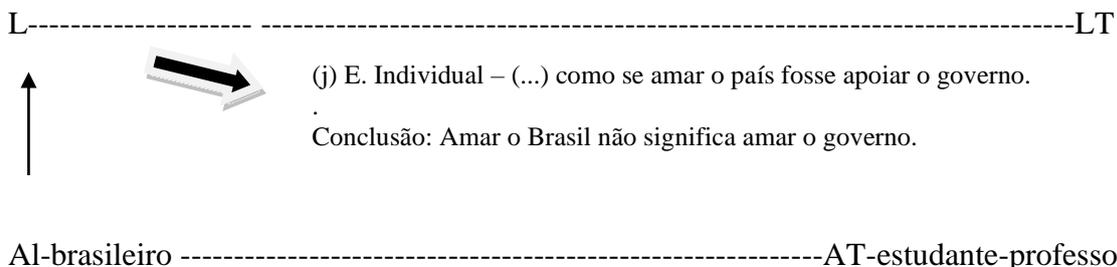
O uso de *como se*, como encontramos em Schreiber da Silva (1998), mostra que em enunciados ligados por *como se*, por exemplo: em P como se Q, a argumentação é uma relação de Q incidindo sobre o que foi dito em P. É um tipo de articulação por incidência, nas palavras de Guimarães (2009; 2018). O enunciador individual de (j) avalia o enunciador universal de (i).

Com base nisto, podemos dizer que o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem os dois enunciadores, universal e individual, retomando os memoráveis das propagandas ufanistas do governo militar, como “Brasil, ame-o ou deixe-o”. O enunciador de (h) é universal, ao contrário de (j) que é individual.

Se olharmos com mais afinco o enunciador individual de (j) encontramos ali uma variação do lugar social de dizer. Podemos dizer que não se trata de um alocutor-historiador, mas de um alocutor-brasileiro que apresenta o enunciador individual avaliando o enunciado “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Dito de outra maneira, o enunciado (j) pode ser parafraseado por: *amar o país não se resume a amar o governo*. Ou ainda: *há outras formas de amar o Brasil, além de amar o governo*. Ao questionar o enunciado “Brasil: ame-o ou deixe-o”, o alocutor se apresenta em uma posição de brasileiro, morador do Brasil, ou ainda cidadão brasileiro *que sabe que amar o país não se resume a amar o governo*.

Dessa maneira, o esquema da cena enunciativa seria:

ESQUEMA 23 - INSPIRE HISTÓRIA



No esquema podemos identificar que o al-brasileiro alude o Locutor que apresenta o enunciador individual (j). Mas por que o enunciador individual, neste caso, não alude o enunciador universal (i)? Porque a articulação por incidência (como também a argumentatividade) faz parte do engajamento do Locutor com o próprio dizer. É na relação do Locutor com a língua que acontece a argumentatividade. Como o alocutor não está mais no lugar historiográfico, é ele que alude o Locutor a apresentar o enunciador individual, isto é, uma avaliação sobre o dizer em (i).

A progressão textual se dá por uma argumentatividade diretiva. A ideologia praticada pelo governo através da propaganda dá o direcionamento ao texto, como o que ocorre no recorte 3.

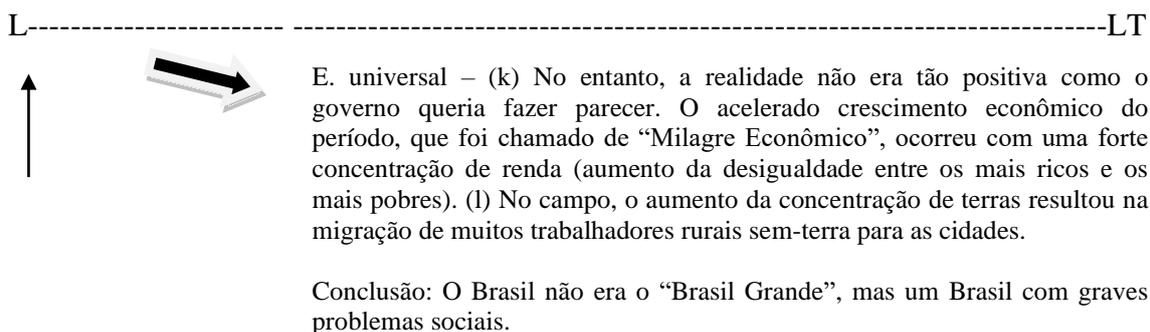
Recorte 3 - Grande parte da propaganda do governo alardeava o crescimento econômico e suas obras, como a rodovia Transamazônica, que atravessava parte da região Norte, e a ponte Rio-Niterói, que foi construída na época e é usada ainda hoje. Era a época do “Brasil grande”. Esse clima de exaltação da ditadura foi favorecido pela vitória da seleção brasileira de futebol da Copa do Mundo de 1970 e pela comemoração do sesquicentenário (150 anos) da Independência do Brasil.

A vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970 e a comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil são argumentos para a conclusão *Era a época do “Brasil grande”*. O recorte 3 é uma descrição de como a propaganda *ativou um clima de exaltação da ditadura*. O locutor-historiador apresenta o enunciador universal, baseando-se nos memoráveis “Brasil grande”, “rodovia Transamazônica”, “ponte Rio-Niterói”. Essa argumentatividade diretiva sobre a eficiência da propaganda do governo militar é rompida pela introdução do encadeamento *No entanto*, do enunciado (k), apresentado abaixo:

Continuação recorte 3 – (k) No entanto, a realidade não era tão positiva como o governo queria fazer parecer. O acelerado crescimento econômico do período, que foi chamado de “Milagre Econômico”, ocorreu com uma forte concentração de renda (aumento da desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres). (l) No campo, o aumento da concentração de terras resultou na migração de muitos trabalhadores rurais sem-terra para as cidades. (m) Entretanto, não havia habitações para todos nas grandes cidades; conseqüentemente, milhares de trabalhadores em todo o país passaram a morar em casas improvisadas e precárias na periferia das cidades e em favelas. (n) Além disso, diversas comunidades quilombolas tiveram suas terras expropriadas em decorrência das ações que privilegiavam os grandes fazendeiros e a monocultura. Os conflitos de terra aumentaram e a população quilombola acabou se articulando com o movimento negro urbano na luta por seus direitos. (p. 193)

O enunciado (k) introduz outro direcionamento ao texto, que é apresentado pelo enunciador universal *a realidade não era tão positiva como o governo queria fazer aparecer*. Todos os enunciados seguintes seguem essa orientação argumentativa: o país não era um “Brasil grande”, mas um país tomado por um aumento da desigualdade social, pelo conflito de terras e conflito entre o governo e as comunidades quilombolas. Dessa maneira, entendemos que o locutor-historiador alude os Locutores que apresentam o enunciador universal (k), orientando o texto para uma conclusão contrária a (j).

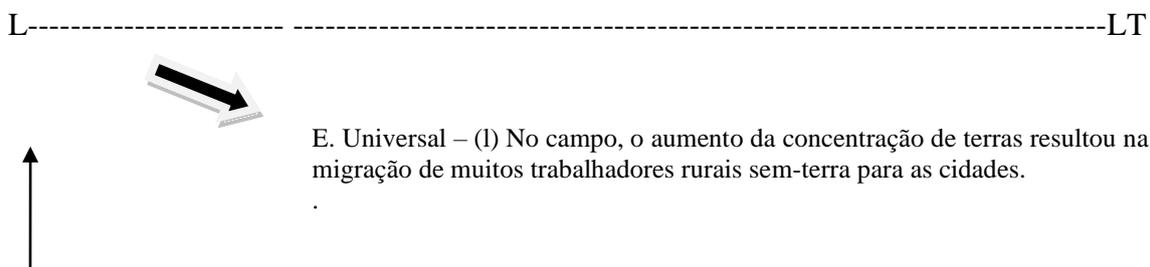
ESQUEMA 24 - INSPIRE HISTÓRIA



Al-historiador -----AT-estudante-professor

A relação entre os enunciados (l) e (m) também nos mostra uma argumentação concessiva, aquela entre um argumento X No Entanto argumento Y. Mais uma vez o alocutor-historiador alude o Locutor-historiador-escritor a apresentar o enunciador universal em (m).

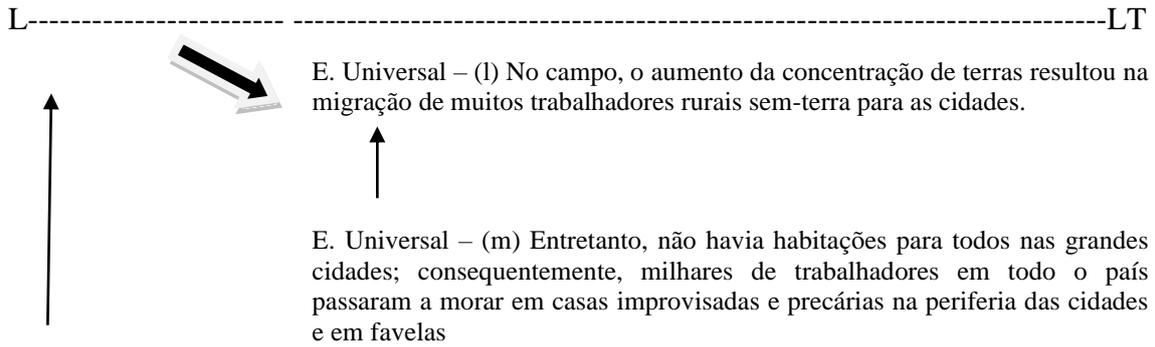
ESQUEMA 25 - INSPIRE HISTÓRIA



Al-historiador -----AT-estudante-professor

No esquema acima, temos a argumentação do enunciado (l) sozinho. O al-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal. Todavia, o *entretanto* introduzido na sequência por (m) revela uma articulação por argumentatividade, com um engajamento do Locutor com a língua. Neste ponto, o al-historiador alude os Locutores, que sendo aludidos por este outro lugar social apresentam o enunciador universal. O esquema com os dois argumentos nos mostra três processos de alusão: 1) o al-historiador alude os Locutores que apresentam o enunciador universal de (l); 2) o al-historiador alude o Locutores a apresentarem o enunciador universal (m); e por último, 3) o enunciador universal (m) alude o que foi dito em (l) para dar direcionamento ao texto.

ESQUEMA 26 - INSPIRE HISTÓRIA



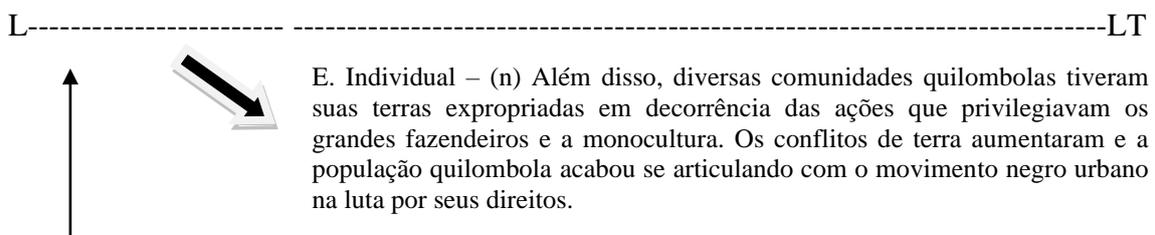
Al-historiador -----AT-estudante-professor

No esquema acima ilustramos os processos de alusão e de apresentação. Isto nos mostra a mobilização dos lugares de enunciação na construção da argumentação. Indo adiante, encontramos em (n) uma articulação por incidência, quando aparece o *além disso*. Retomemos o trecho do recorte 3:

Continuação recorte 3 – (n) Além disso, diversas comunidades quilombolas tiveram suas terras expropriadas em decorrência das ações que privilegiavam os grandes fazendeiros e a monocultura. Os conflitos de terra aumentaram e a população quilombola acabou se articulando com o movimento negro urbano na luta por seus direitos. (p. 193)

O *além disso* funciona a partir do engajamento do Locutor com seu próprio dizer. A grosso modo seria *além disso tudo que eu acabei de falar, tem mais*. Assim, o enunciado (n) alude os dizeres de (l) e (m) para acrescentar sua argumentação sobre a violência do governo militar contra os quilombolas. O alocutor-historiador alude os Locutores que apresentam o enunciador individual. É individual porque há um engajamento dos Locutores com a língua, de maneira que entendemos que o uso de *além disso* comenta o que foi dito antes.

ESQUEMA 27 - INSPIRE HISTÓRIA



Al-historiador -----AT-estudante-professor

A argumentação é sustentada pelo alocutor-historiador, que por meio dos memoráveis da concentração de renda, do êxodo rural, e da expropriação de terras quilombolas, alude os Locutores. Este, determinado pelas relações sistemáticas da língua, apresenta o enunciador individual (n).

Prosseguindo, o próximo recorte está inserido na seção “A repressão à população indígena”. O texto discorre sobre a violenta repressão aos povos indígenas, promovida pelo governo militar visando o desenvolvimento agropecuário brasileiro.

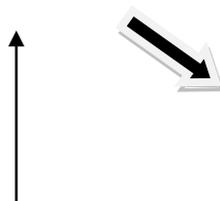
Recorte 4 – Nesse contexto foi criada a Funai (Fundação Nacional do Índio), em dezembro de 1967. (o) O papel desse órgão era garantir a “pacificação” de grupos indígenas que representavam ameaça ao avanço das atividades econômicas na região amazônica. (p) Além disso, o órgão deveria organizar aldeamentos para deslocar os grupos indígenas que seriam retirados de suas terras para dar lugar ao avanço das fronteiras agrícolas, transformando esses indígenas em mão de obra acessível para trabalhar nas grandes obras do governo.

No trecho acima encontramos uma descrição das políticas governamentais da Ditadura na cultura indígena, desde a sua desterritorialização à criação de uma mão de obra barata. O interessante neste trecho é a palavra *pacificação* aparecer entre aspas, o que apaga o seu sentido estabilizado de *manter a paz* para um outro sentido, que pode ser detectado pela paráfrase: o objetivo do governo (...) *era garantir a pacificação de grupos indígenas que representavam ameaça ao avanço das atividades econômicas na região amazônica, mas não foi bem isso que aconteceu*. Acreditamos que a inclusão de *não foi bem isso que aconteceu* ilustra satisfatoriamente o sentido de *pacificação* entre aspas.

O alocutor-historiador, balizado pelos memoráveis da violenta repressão aos indígenas – já indicado no título da seção, alude os Locutores que apresentam o enunciador individual. É interessante notar dois tipos de enunciadores em (o): um com o uso das aspas, que seria individual, e outro sem aspas que seria coletivo – que responderia pelas ambições do governo.

ESQUEMA 28 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT



E. Individual – (o) O papel desse órgão era garantir a “pacificação” de grupos indígenas que representavam ameaça ao avanço das atividades econômicas na região amazônica.

Neg. E. Coletivo – (o’) O papel desse órgão era garantir a pacificação de grupos indígenas que representavam ameaça ao avanço das atividades econômicas na região amazônica.

Conclusão: Não houve pacificação, mas exploração dos povos indígenas.

Dito de outro modo, os Locutores, aludidos pelo alocutor-historiador, apresentam dois enunciadores, um individual e outro coletivo. No entanto, o coletivo não é assumido pelo Locutor, pois seu lugar social de historiador, a partir dos memoráveis da violência contra a população indígena, não o admite, reafirmando o fato de que não houve pacificação, mas sim o contrário disso, que é representado por *pacificação* entre aspas. O que encontramos na continuidade do texto, exposto abaixo:

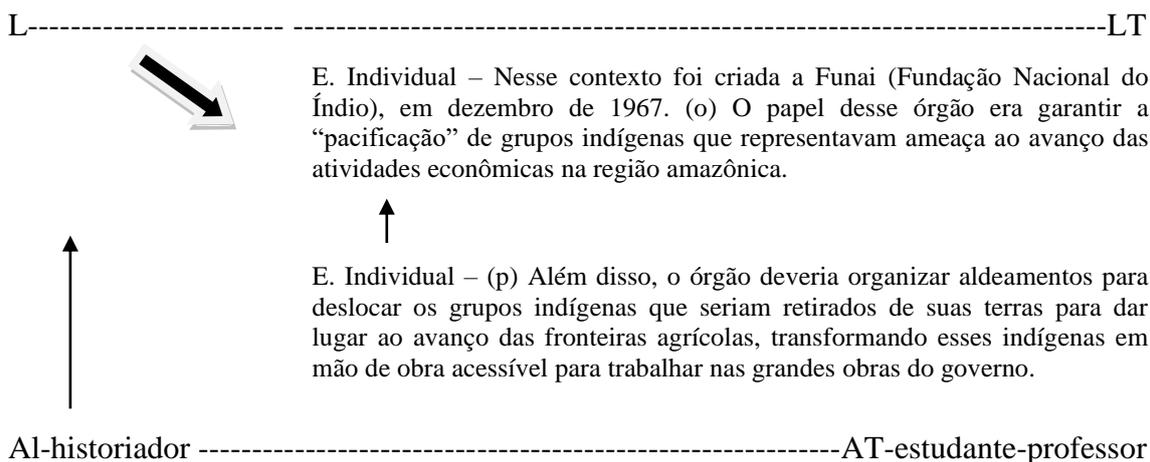
Continuação recorte 4 – (q) O resultado dessa política foi drástico para as populações indígenas que viviam na região amazônica. Muitas comunidades foram dizimadas por doenças transmitidas pelo contato com as expedições organizadas pelo governo, além de resultar na expulsão de diversos grupos de suas terras.

Entendemos que o uso das aspas em *pacificação* é uma articulação por argumentatividade porque muda a orientação do texto. Enquanto que o enunciado anterior a (o) orienta para uma política inclusiva dos povos indígenas, o enunciado (o) orienta para o contrário, para uma violenta repressão. Desse modo, há no recorte 4 uma articulação por argumentatividade entre dois argumentos com conclusões distintas (Guimarães, 2013). Poderíamos parafrasear essa relação por X No entanto Y, e, dessa maneira, considerá-la uma argumentatividade concessiva.

Podemos analisar levando em conta a progressão textual. O argumento que direciona o enunciado (q) é o representado por (o), ou seja, pela falsa pacificação que motivou a criação da Funai.

Voltando para o recorte 4, notamos mais uma vez o uso de *além disso*. Consideramos que os Locutores, aludidos pelo alocutor-historiador, apresentam o enunciador individual (p), baseado mais uma vez pelos memoráveis da violenta repressão aos indígenas. No entanto, há uma articulação por incidência entre (p) e (o); esta relação se configura a partir do momento em que o enunciador individual alude os enunciados anteriores. Ao comentar a própria enunciação, o enunciador individual de (p) faz uma alusão ao dito em (o).

ESQUEMA 29 - INSPIRE HISTÓRIA



Descrevendo o esquema, temos um alocutor-historiador aludindo os Locutores que apresentam os enunciadores individuais. O enunciador individual (p), através do uso de *além disso*, alude o enunciador individual de (o) para acrescentar mais argumentos para a seguinte conclusão: *houve repressão do governo nas populações indígenas visando o desenvolvimento agropecuário*.

A alta da inflação após o conhecido Milagre Econômico também foi abordada no livro analisado. O recorte 5 nos mostra uma argumentação sustentada pelo lugar social do historiador, que mobiliza os memoráveis desde momento do governo militar que, embora tenha sofrido grande pressão popular de muitos setores da sociedade alta da inflação, continuou reprimindo os grupos de oposição, sendo conhecida por muitos as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manuel Fiel Filho.

Recorte 5 – Inflação e mobilização popular

(r) Como os salários continuavam controlados, o aumento da inflação provocou redução significativa no poder de compra e a insatisfação em muitos setores da sociedade, que permaneciam críticos ao governo. (s) Esse cenário, no entanto, não impedia que os órgãos de segurança do governo continuassem a reprimir violentamente os grupos de oposição.

O enunciado (r) reescritura por condensação o título *Inflação e mobilização popular*. Na relação entre (r) e (s) temos uma argumentatividade concessiva. Temos em (r) um alocutor-historiador que apresenta o enunciador universal. Já em (s) temos um alocutor-historiador que alude o Locutor-historiador-escritor a apresentar o enunciador individual. Como em (r) há uma narração dos fatos com base nos memoráveis daquele momento da Ditadura Militar, temos uma apresentação do lugar social do historiador neste dizer; ao contrário de (s), que há um engajamento do locutor para apresentar o enunciador individual com a argumentação concessiva *no entanto*.

Como nos esquemas abaixo:

ESQUEMA 30 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT



E. Universal (r) Como os salários continuavam controlados, o aumento da inflação provocou redução significativa no poder de compra e a insatisfação em muitos setores da sociedade, que permaneciam críticos ao governo.

Al-historiador -----AT-estudante-professor

Acima vemos a apresentação do enunciador universal – aquele que fala a partir do campo historiográfico – pelo lugar social do historiador. Portanto, a sustentação se dá pelo alocutor-historiador. Abaixo, nós temos um engajamento do Locutor com a língua, através do uso da argumentatividade concessiva.

ESQUEMA 31 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT



E. Individual – (s) Esse cenário, no entanto, não impedia que os órgãos de segurança do governo continuassem a reprimir violentamente os grupos de oposição.

Conclusão: Mesmo com a insatisfação de diversos setores da sociedade com a ditadura, os órgãos da repressão continuaram reprimindo a oposição.

Al-historiador -----AT-estudante-professor

Isso nos mostra mais uma vez a mobilização dos lugares da enunciação na construção da argumentação. Trata-se de uma politopia enunciativa. A relação entre estes lugares de dizer é que faz com que a argumentação adquira sentido. A articulação por argumentatividade concessiva retoma também aquilo postulado por Guimarães (1987) sobre a conjunção *mas*. A progressão textual se dá partir do dito em (s) e não em (r), como podemos conferir no trecho abaixo:

Continuação recorte 5-1 – (t) Em outubro de 1975, o jornalista da Tv Cultura, Vladimir Herzog, foi assassinado em um quartel do Exército, na cidade de São Paulo. A morte de Herzog, em decorrência de torturas, indignou milhões de pessoas em várias regiões do país. Em janeiro do ano seguinte, outro assassinato sob tortura ocorria também em São Paulo. Dessa vez, a vítima foi o operário Manuel Fiel Filho, acusado de ser comunista.

A morte do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Filho funcionam como um acréscimo ao que foi afirmado em (s), demonstrando a forte repressão do governo militar contra opositores do regime ditatorial. Entretanto, temos

no enunciado (u), na continuação 5-2, mais uma articulação por argumentatividade concessiva que dá outro direcionamento ao texto.

Continuação recorte 5-2 – (u) Apesar da repressão e dos desaparecimentos de grupos de oposição ao governo, nos anos de 1976 e 1977, (v) estudantes universitários retomaram a mobilização estudantil contra o regime. Nos anos seguintes, entre 1978 e 1979, ocorreram importantes greves operárias por todo o Brasil, sendo as de maior repercussão organizadas na região do ABC paulista. (p. 195)

Como vimos em Guimarães (2013), o uso de *apesar de* pode ser parafraseado por *no entanto/apesar de*.

(u') No entanto/apesar da repressão e dos desaparecimentos de grupos de oposição ao governo, nos anos de 1976 e 1977, estudantes universitários retomaram a mobilização estudantil contra o regime.

A partir da paráfrase podemos constatar a argumentatividade concessiva. É importante notar que o *apesar de* também pode ser parafraseado por *embora*:

(u'') *Embora com* a repressão e os desaparecimentos (...)

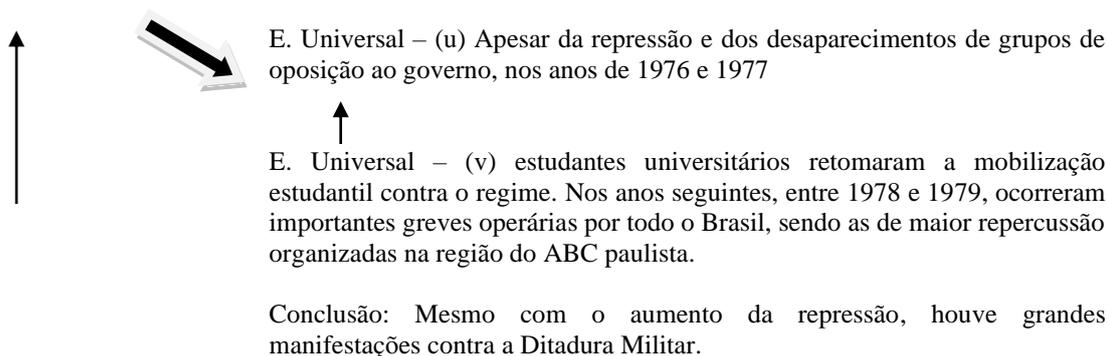
Conforme Guimarães (1987), a progressão textual, no uso da conjunção *embora*, se dá a partir do enunciado (v), ao contrário da conjunção *mas*. Desse modo, a orientação do texto se dá a partir do que foi dito pelo enunciado (v), como podemos constatar na sequência.

Trecho recorte 5 – Nos anos seguintes, entre 1978 e 1979, ocorreram importantes greves operárias por todo o Brasil, sendo as de maior repercussão organizadas na região do ABC paulista.

O direcionamento do texto discorre a partir do dito em (v), isto é, que, mesmo com a repressão, estudantes e trabalhadores se manifestaram contra o governo militar. Na construção da argumentação na cena enunciativa, temos um alocutor-historiador que alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal. É universal porque é de conhecimento de todos a forte mobilização dos estudantes e as grandes greves, principalmente as ocorridas na região do ABC paulista.

ESQUEMA 32 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT



Al-historiador -----AT-estudante-professor

Os memoráveis da repressão e dos desaparecimentos de opositores são mobilizados pelo lugar social de dizer do historiador aludindo os Locutores. O Locutores, aludidos pelo alocutor, apresentam o enunciador universal (u). No entanto, para (v) adquirir sentido, ele alude o enunciador de (u) para orientar argumentativamente para a conclusão: *estudantes e trabalhadores foram às ruas contra o governo militar*.

O próximo recorte nos mostra o direcionamento do texto com o que foi dito em (v).

Recorte 6 – (w) A pressão popular deu resultado e, em 1979, o Congresso aprovou uma lei que anistiou tanto os presos políticos quanto as pessoas cassadas e perseguidas pela ditadura. (x) Em contrapartida, perdoou os agentes da ditadura envolvidos em assassinatos e torturas de presos políticos. (p. 196).

O enunciado (w) conclui a partir do argumento exposto em (v) que a Lei da Anistia perdoou tanto os agentes da ditadura quanto seus opositores. O alocutor-historiador apresenta, mais uma vez agenciado pelos memoráveis daquele período, o enunciador universal. Já o enunciado (x) é uma avaliação sobre o que foi dito em (w). Dessa forma, como vimos com *além disso*, há um engajamento entre o lugar social de dizer, os locutores e a apresentação do enunciador universal. O que identificamos é que *em contrapartida* funciona como uma articulação por argumentatividade, uma vez que pode ser parafraseado por *No entanto*.

(w') (...) o Congresso aprovou uma lei que anistiou tanto os presos políticos quanto as pessoas cassadas e perseguidas pela ditadura. (x') *No entanto*, perdoou os agentes da ditadura envolvidos em assassinatos e torturas de presos políticos.

Houve uma grande discussão sobre o perdão aos agentes da Ditadura Militar do Brasil, o que possibilitou a criação da Comissão da Verdade, durante o governo de

Dilma Rousseff (PT). Os memoráveis sobre este acontecimento são mobilizados pelo lugar social de dizer de historiador que alude os Locutores a apresentarem o enunciador coletivo (x). Desse modo, há um enunciador universal, aquele que fala em nome de todos, que, neste caso, responde à decisão do Congresso Nacional – ou seja, é um documento verdadeiro. Esse enunciador universal é apresentado pelo alocutor-historiador e não pelo Locutor. É por meio do memorável do documento da Anistia que esse enunciador é apresentado. Ao contrário do enunciador coletivo do enunciado (x), que é apresentado pelo Locutor-historiador-escritor.

Começando pela primeira mobilização, temos o esquema abaixo:

ESQUEMA 33 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT

E. Universal – (w) A pressão popular deu resultado e, em 1979, o Congresso aprovou uma lei que anistiou tanto os presos políticos quanto as pessoas cassadas e perseguidas pela ditadura.



Al-historiador -----AT-estudante-professor

Neste esquema, o al-historiador apresenta o enunciador universal. Já no esquema abaixo, há outro movimento:

ESQUEMA 34 - INSPIRE HISTÓRIA

L-----LT

E. Coletivo – (x) Em contrapartida, perdoou os agentes da ditadura envolvidos em assassinatos e torturas de presos políticos. (p. 196).

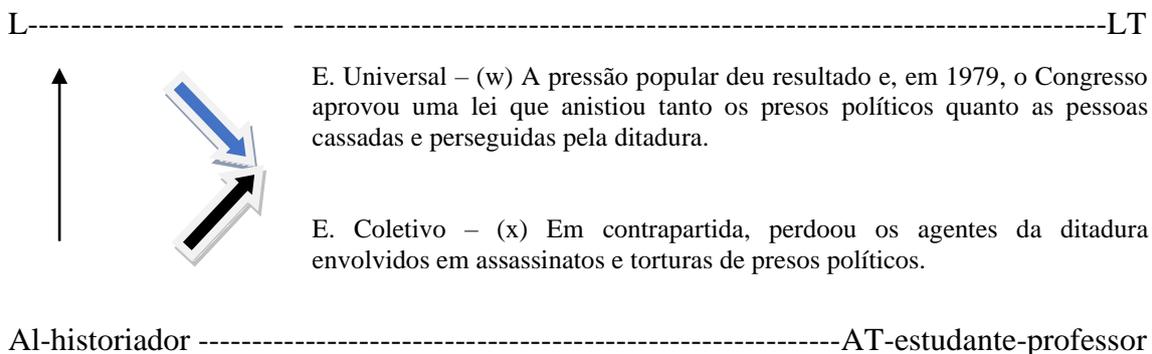


Al-historiador -----AT-estudante-professor

Como em (x) há uma evocação, digamos assim, do que foi dito em (w), o lugar social de historiador alude os Locutores. Seria como se os Locutores evocassem os memoráveis do lugar social de dizer do historiador para apresentar o enunciado (x). A articulação por argumentatividade é uma relação entre o Locutor com a língua, e desse modo, são eles, os Locutores, que apresentam o enunciador. Entendemos que o enunciador de (x) é coletivo, uma vez que não faz parte de um dizer do campo científico, do campo individual, e muito menos, do senso comum. Consideramos que o

lugar de dizer representado por (x) está no grupo dos opositores ao regime militar, o principal prejudicado pelo perdão aos agentes do governo militar.

ESQUEMA 35 - INSPIRE HISTÓRIA



O esquema acima demonstra todas as relações entre os lugares da enunciação. A seta grossa na cor preta indica a apresentação do enunciador universal pelo alocutor-historiador. O lugar social de historiador é mobilizado pelo memorável do documento da Anistia, aprovado pelo Congresso Nacional, o que se apresenta pelo enunciador universal. De outra parte, há um movimento que o al-historiador alude o Locutor que apresenta o enunciador coletivo em (x). Mais uma vez a construção argumentativa se deu a partir da mobilização dos vários lugares da enunciação, o que nos faz constatar, por meio destas análises, uma politopia enunciativa responsável pela argumentação.

Neste livro, nossas análises demonstraram que toda a argumentação é sustentada pelo lugar social de dizer, ou seja, pelo lugar de historiador. É a partir da relação do lugar social de dizer com os Locutores e Enunciadores que a argumentação é orientada no acontecimento enunciativo. Como vimos, a maior parte dos memoráveis são do campo historiográfico, e a orientação argumentativa ocorreu muitas vezes pela significação de um enunciador individual apresentado pelos Locutores que evocaram dizeres de outro lugar, do lugar do historiador.

3.4. História 3 - Saraiva

Nosso objetivo nesta seção é expor os recortes colhidos e explicitar nossas análises com base na Semântica do Acontecimento (SA). Nosso material de análise é o livro didático *História 3: Ensino Médio*, da editora Saraiva, com selo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) para os anos de 2018, 2019, e 2020. Colhemos os recortes no capítulo 13, intitulado *O Brasil da ditadura militar*. O título do capítulo já nos diz algo: Brasil é determinado por ditadura militar, o que nos permite afirmar que a

preposição “da” incide sobre Brasil, mostrando a temporalização do acontecimento. “*O Brasil da ditadura militar*” é uma rememoração do passado que permite ao estudante interpretar, isto é, a latência de futuro. Na cena enunciativa como veremos abaixo o Locutor será representado por Locutores, uma vez que assinam o livro vários historiadores.

Segue abaixo o primeiro recorte (SD) que analisamos.

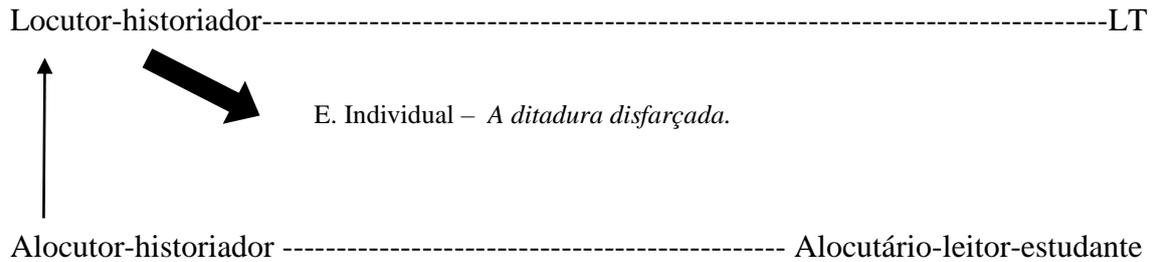
Recorte 1: 1. A ditadura disfarçada

Entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, lideranças militares e civis deram um golpe de Estado no Brasil. Os líderes golpistas, entre eles o general Castello Branco, garantiram que o governo militar seria curto. O projeto, naquele momento, era retirar trabalhistas e comunistas do cenário político. A seguir, entregar o poder aos udenistas. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 220)

Seguindo o procedimento de análise de DSD, podemos afirmar que *Golpe de Estado* determina *ditadura militar*, e que *governo militar* reescreve *ditadura militar* por substituição. *Projeto* também reescreve *ditadura* por substituição de especificação. *Ditadura* passa a significar *projeto de curta duração*, ou seja, um governo de transição. No entanto, como trabalhamos com uma semântica da enunciação e, deste modo, o texto é uma unidade de significação integrada por enunciados, entendemos que o título da seção *A ditadura disfarçada* só pode ser compreendido a partir do recorte 2, mas antes disso, analisemos a cena enunciativa e a argumentação.

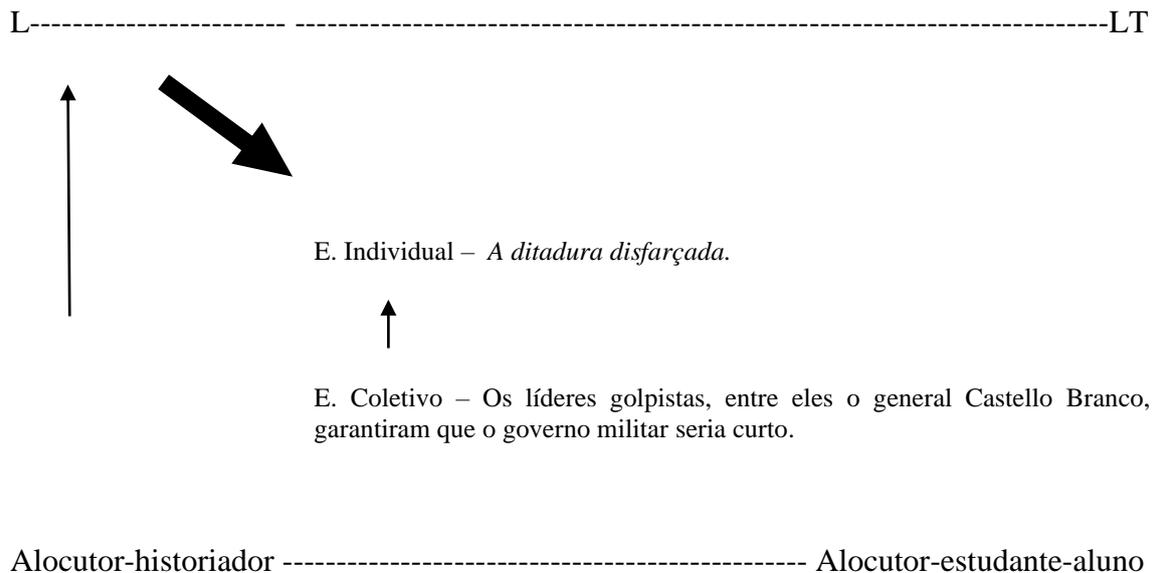
Na cena enunciativa e na argumentação, destacamos que Guimarães (2018) afirma que os enunciados-título normalmente apresentam uma estrutura nominal, e não uma relação de predicação. Conforme o autor, há um engajamento do Eu-Locutor quanto ao título do texto e quanto ao estabelecimento do que ele enunciará naquele texto, naquele acontecimento. Portanto há no título um engajamento entre a nomeação do item por parte do autor (enunciador individual) e também sobre o que ele vai enunciar. “*A ditadura disfarçada*” é apresentada pelos Locutores que são aludidos pela posição social do sujeito que enuncia. Dessa forma, podemos representar o recorte 1 pelo esquema:

ESQUEMA 36 - HISTÓRIA 3



Entendemos que o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador individual por meio do memorável do Golpe Militar. Não podemos caracterizar o enunciado-título como universal. Podemos dizer que *A ditadura disfarçada* é um enunciador individual, mas na sequência do texto encontramos *líderes golpistas* que, de forma geral, podemos afirmar que quem diz é o enunciador coletivo. É um outro lugar de dizer, o lugar de oposição ao governo militar que apresenta o enunciador coletivo *líderes golpistas*.

ESQUEMA 37 - HISTÓRIA 3



Segundo Guimarães (2018), a argumentação é uma relação de alocutor e alocutário. Como vimos, “líderes golpistas” é um dizer do alocutor-oposicionista, contrário à Ditadura Militar. Podemos então dizer que seu alocutário seria um democrata.

Como salientamos que o sentido de *Ditadura disfarçada* vai sendo construída a partir da progressão do texto, o recorte abaixo demonstra essa relação de transversalidade:

Recorte 2: Em 9 de abril foi decretado um Ato institucional com o objetivo de dar cobertura jurídica ao regime. No dia 11, o congresso nacional elegeu Castello Branco para a presidência da República. Seu mandato, que deveria durar até janeiro de 1966, de modo a completar o de João Goulart, foi prorrogado até março de 1967, frustrando políticos da UDN que ambicionavam concorrer à presidência (p. 220).

O trecho *Seu mandato (...)* articula com *projeto* no recorte 1, quando o mandato de Castello Branco foi prorrogado. *Frustrando políticos da UDN (...)* também articula com o recorte 1 em *entregar o poder aos udenistas*. As duas sequências se integram para dar sentido ao título. As duas sondagens reescrevem *ditadura disfarçada* por expansão, quando todo o conteúdo dos parágrafos amplia a designação de *ditadura*.

Desse modo, temos que ditadura é determinada por *golpe militar* e *ditadura disfarçada*. A *frustração dos udenistas* designa *ditadura* como projeto, que reescreve *ditadura* por condensação.

É o alocutor-historiador que apresenta todo o recorte 2, mas é com base nos enunciadores que podemos compreender a designação dos sentidos. Dessa forma, temos um enunciador universal, apresentado pelo al-historiador. É a posição de historiador que possibilita o engajamento entre o que se apresenta e o que se diz. Neste caso, o al-historiador apresenta os memoráveis, mas são os enunciadores que dão base à enunciação. É a significação do enunciador universal que possibilita a conclusão de que o governo provisório não foi provisório.

ESQUEMA 38 - HISTÓRIA 3

L -----LT



E. Universal – Em 9 de abril foi decretado um Ato institucional com o objetivo de dar cobertura jurídica ao regime. (a) No dia 11, o congresso nacional elegeu Castello Branco para a presidência da República. (b) Seu mandato, que deveria durar até janeiro de 1966, de modo a completar o de João Goulart, foi prorrogado até março de 1967, frustrando políticos da UDN que ambicionavam concorrer à presidência

Conclusão: O governo provisório, de transição, não foi provisório, mas perdurou por mais de 20 anos.

Alocutor-historiador----- Alocutor-estudante-professor

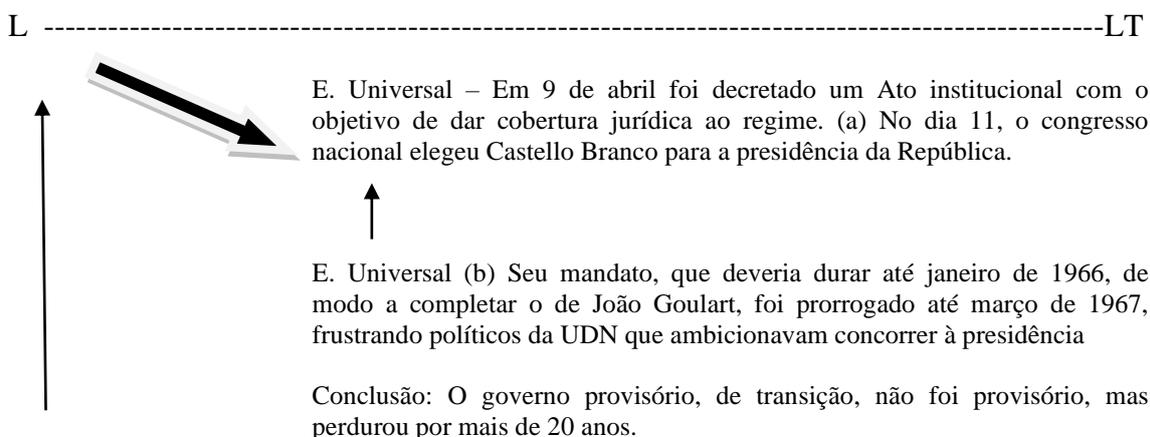
Sobre a argumentatividade, encontramos o operador *no entanto* em elipse em (b). Podemos parafraseá-lo assim:

(a) No dia 11, o congresso nacional elegeu Castello Branco para a presidência da República. (b') [No entanto] Seu mandato, que deveria durar até janeiro (...)

Trata-se de uma argumentatividade concessiva que nos mostra que é o enunciado (b) que dá progressão textual, portanto a orientação se baseia em uma eleição que frustrou políticos da UDN.

Como há uma argumentatividade concessiva, podemos considerar que há uma mobilização entre o alocutor-historiador e os Locutores. O alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal de (b).

ESQUEMA 39B - HISTÓRIA 3



Alocutor-historiador----- Alocutor-estudante-professor

O alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal de (a). O enunciador universal de (b) alude o enunciado (a) para comentar que o governo provisório de fato não fora provisório. É uma relação de argumentatividade concessiva, e, portanto, há um engajamento entre o lugar social de dizer dos historiadores com os enunciadores que fazem parte decisiva da significação da argumentação. O lugar social de historiadores sustenta a conclusão para seu alocutorário, mas é a relação entre os enunciadores que a fazem significar.

No recorte abaixo, *ditadura* é reescriturada por substituição, em que *regime militar* é sinonímia de *ditadura*. A ditadura é designada como *farsa* por meio da articulação de *ao mesmo tempo*. O argumento primeiro *o regime militar fora instaurado em nome da democracia com o objetivo de salvar o país (...)* é refutado pelo operador argumentativo *ao mesmo tempo*. Isto nos mostra que a articulação de *ao mesmo tempo* determina ditadura como farsa.

Recorte 3: A farsa da ditadura

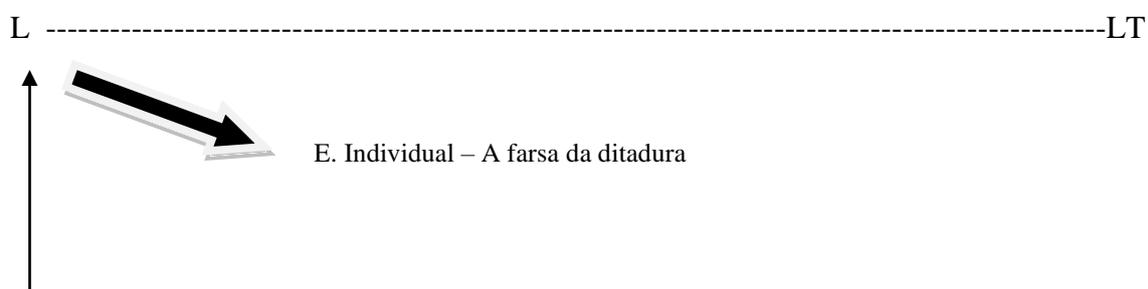
(c) O governo autoritário e punitivo de Castello Branco vivia uma duplicidade política. Ao mesmo tempo que afirmava que o regime militar fora instaurado em nome da democracia com o objetivo de salvar o país do perigo comunista, reprimia a oposição, tolhia os direitos políticos dos cidadãos, censurava as artes e prendia pessoas por motivos ideológicos. (d) Tratava-se de uma ditadura que não se assumia como tal. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 221)

Ao mesmo tempo que também pode ser parafraseado por *enquanto*. *Enquanto afirmava que o regime militar (...) reprimia (...)*. O *enquanto* funciona como uma conjunção de proporção, isto é, ele afirma o primeiro argumento para negá-lo na conclusão. Dessa forma, *ao mesmo tempo* funciona como um operador argumentativo que conclui que *regime militar fora instaurado em nome da democracia* é antônimo de *reprimia a oposição, tolhia os direitos políticos dos cidadãos, censurava as artes e prendia pessoas por motivos ideológicos*.

Podemos dizer, com base na análise, que *ditadura* é determinada por *regime militar*, por *repressão*, e também por *governo autoritário*.

A farsa da ditadura é o enunciado-título. Trata-se de uma formação nominal em que *farsa* determina *ditadura* por especificação. Temos um al-historiador que alude os Locutores a apresentarem o enunciador individual.

ESQUEMA 40 - HISTÓRIA 3



Al-historiador ----- At-leitor-estudante

Na formação dos títulos, como vimos em Guimarães (2018) sobre os enunciados-títulos, há sempre um engajamento do Locutor com o que ele irá enunciar, por isso entendemos ser um enunciador-individual apresentado pelos Locutores.

Continuando a sequência, *O governo autoritário e punitivo* é um enunciador universal, mas que é apresentado pelo lugar social do al-historiador. É com base nos estudos sobre a Ditadura Militar Brasileira que encontramos autoritário e punitivo determinando governo, por isso o enunciador universal é apresentado pelo al-historiador. Entretanto, trata-se de um enunciador genérico ou universal que ao dizer faz alusão ao lugar do historiador.

Deste modo, o recorte 3 pode ser dividido por:

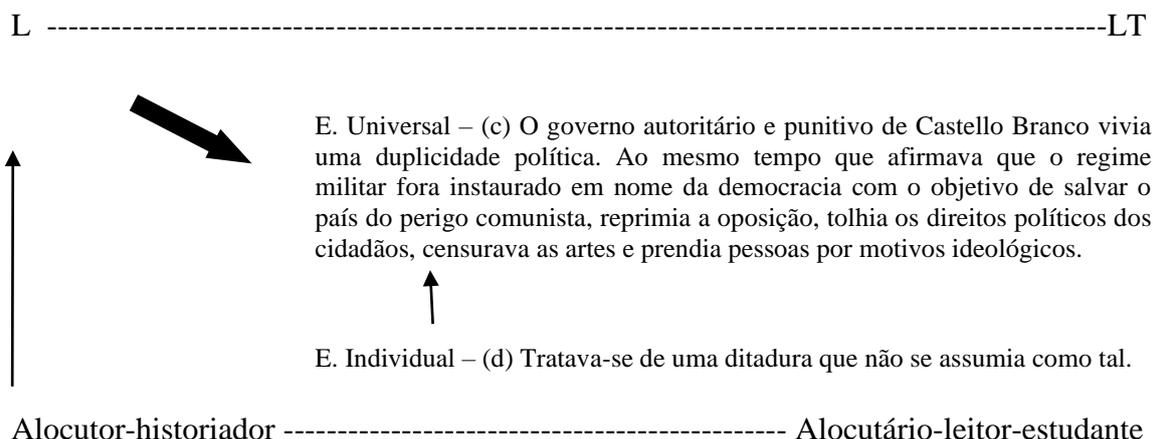
- (a) O governo autoritário e punitivo (...) vivia uma duplicidade política. Ao mesmo tempo (...) por motivos ideológicos
- (b) Tratava-se de uma ditadura que não se assumia como tal.

Em (c) encontramos os argumentos apresentados pelo alocutor-historiador para seu alocutário-leitor-estudante. Já em (d) encontramos uma conclusão. Podemos parafrasear (d) assim:

(d') [Portanto] Tratava-se de uma ditadura que não se assumia como tal.

Isso que (d') nos indica mostra que a argumentação é sustentada pela posição de historiador. O *portanto* em elipse nos mostra uma argumentatividade diretiva. Dessa forma, podemos dizer que todos os argumentos são de um enunciador universal, mas que (d) é um enunciador individual. Temos então:

ESQUEMA 41 - HISTÓRIA 3



O alocutor-historiador alude o Locutor a apresentar os enunciadores universal e individual. Há uma mobilização entre os lugares da enunciação. O enunciador individual alude o enunciador universal de (c) para avaliar o que se diz. É a politopia enunciativa dos lugares da enunciação que dá a construção de sentido, isto é, que dá sentido à argumentação sustentada pelo alocutor-historiador.

Abaixo, continuamos com os enunciados decisivos.

Recorte 4: 3. O crescimento econômico (VAINFAS *et al*, 2016, p. 225)

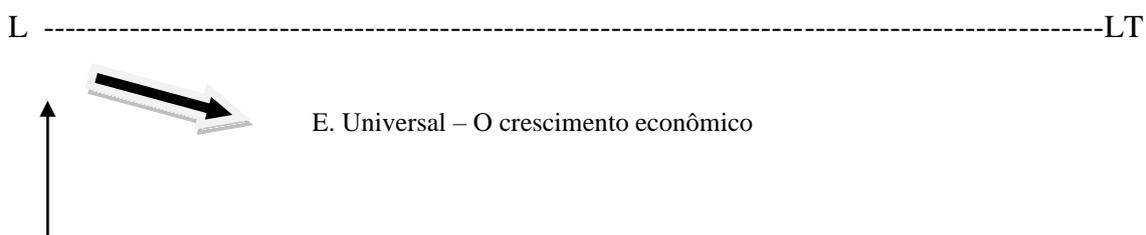
Recorte 5: Por outro lado, esse modelo econômico da ditadura, que privilegiava escolas, hospitais, e planos de saúde privados, degradou os sistemas de ensino e de saúde públicos (VAINFAS *et al*, 2016, p. 225 e 226)

No recorte 4, encontramos o título da seção 3 do capítulo. O título reescritura as políticas econômicas adotadas por Médici por condensação. Dessa forma, *crescimento*

econômico determina *ditadura militar*. Entretanto, a articulação por argumentatividade com o uso de *por outro lado*, no recorte 5, dá outro significado para *crescimento econômico*. Passa agora a designar a degradação dos sistemas de ensino e saúde públicos. Na articulação, *por outro lado* pode ser parafraseado por *no entanto* ou *entretanto*. Trata-se de uma argumentatividade concessiva, onde o argumento em prol do crescimento econômico é refutado pelo argumento do recorte 5.

Na cena enunciativa, no recorte 4, o enunciado-título representa um enunciador individual apresentado pelos Locutores. Dessa forma temos:

ESQUEMA 42 - HISTÓRIA 3

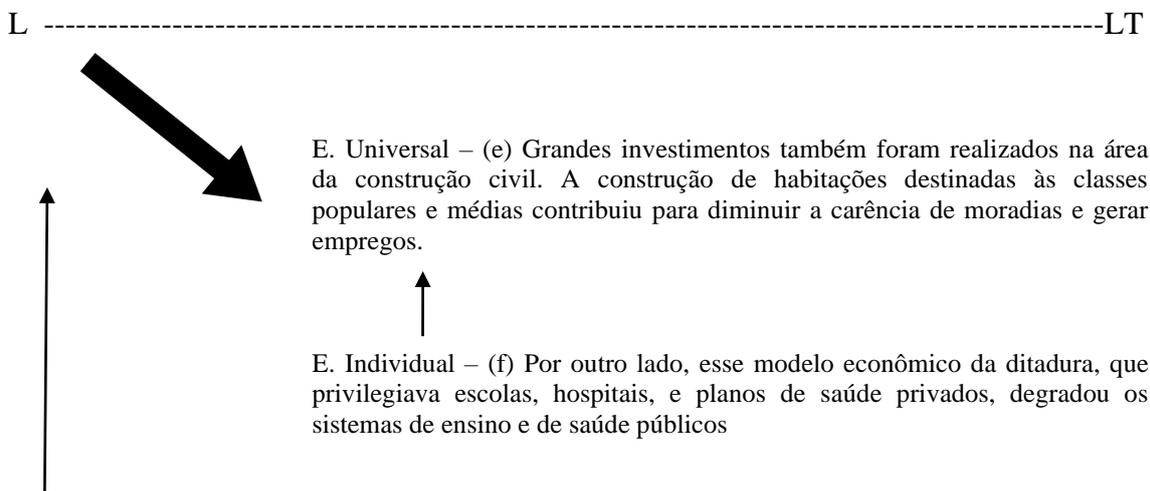


Al-historiador ----- At-leitor-estudante

Já no recorte 5 encontramos um enunciador universal, mais uma vez, sustentado pelo al-historiador. Entretanto, na sequência do texto, com o *Por outro lado*, temos um enunciador coletivo, apresentado pelos Locutores.

O enunciador universal é apresentado pelos Locutores, mas a sustentação da argumentação se dá pelo al-historiador por meio dos memoráveis da construção civil e das moradias populares. No entanto, são outros memoráveis, como o sucateamento do ensino e saúde públicos que aludem a posição do al-historiador do livro didático. Temos então que:

ESQUEMA 43 - HISTÓRIA 3



O Al-historiador alude os Locutores a apresentarem o enunciador universal que alude o enunciador individual para avaliar. Como vimos o uso de *por outro lado* é uma articulação por argumentatividade que pode parafraseada por:

(f) Porém, esse modelo econômico da ditadura (...)

O *porém* faz parte da argumentatividade concessiva, pois representa o NE (No Entanto). O que sustenta o uso do *porém* é a relação entre alocutor e alocutário. São os memoráveis do sucateamento público que apresentam e sustentam a conclusão da enunciação. Temos então que o *por outro lado* não elimina o argumento anterior, mas tem maior força para a conclusão de que o investimento na construção civil e nos sistemas de saúde e ensino privados não foram suficientes.

Recorte 6: O crescimento espetacular da economia brasileira permitiu que o período 1968-1973 ficasse conhecido como **milagre econômico** e fosse utilizado pela propaganda oficial do regime para divulgar *slogans* patrióticos, a exemplo de “Brasil: ame-o ou deixe-o”. “Segurança e desenvolvimento” passou a ser o lema da ditadura a partir do milagre econômico. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 226 – grifos do autor)

No recorte 6 temos que *milagre econômico* determina *ditadura* por especificação. O *governo militar* é reescriturado por *milagre econômico*. *Segurança e desenvolvimento* determinam *ditadura* por enumeração e *período 1968-1973* determina por definição *milagre econômico*.

Encontramos um enunciador universal que alude um outro enunciador coletivo. De outra maneira, podemos entender que ao afirmar toda a sequência 6, o al-historiador também apresenta outros enunciadores. É o caso do enunciado “milagre econômico” e de “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Trata-se de enunciadores diferentes. O primeiro é um enunciador universal que é apresentado pelos Locutores, aludidos pelo al-historiador e o segundo, coletivo, que alude o enunciador universal. Dessa forma, temos:

ESQUEMA 44 - HISTÓRIA 3

L -----LT
E. Universal – Todo o recorte 6.

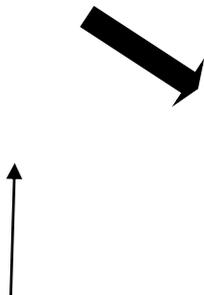


Alocutor-historiador----- Alocutário-estudante

E podemos ter também:

ESQUEMA 45 - HISTÓRIA 3

L -----LT



E. Universal – Todo o recorte 6.

E. Coletivo – (...) a exemplo de “Brasil: ame-o ou deixe-o”. “Segurança e desenvolvimento” passou a ser o lema da ditadura a partir do milagre econômico.

Alocutor-historiador ----- Alocutário-estudante

O interessante é que são dois enunciadores diferentes. De uma posição, temos um al-historiador que apresenta todo o conteúdo do enunciado “milagre econômico”. O uso das aspas é um comentário dos Locutores sobre outro lugar de dizer, o lugar coletivo da campanha “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Dessa forma, entendemos que há um engajamento dos Locutores sobre o enunciado. É por isso que consideramos que o enunciador coletivo alude o enunciador universal.

Abaixo, no recorte 7, *governo Médici* reescritura *ditadura* por substituição, e *período 1968-1973* é reescriturado por condensação em *dupla face*.

Recorte 7: O governo Médici apresentou uma dupla face, em resumo: a de euforia do milagre econômico e a da brutal repressão política. Os meios de comunicação sofriam severa censura. Trabalhadores, camponeses e estudantes estavam impedidos de se organizar e se manifestar. (VAINFAS *et al*, 2016, p. 226)

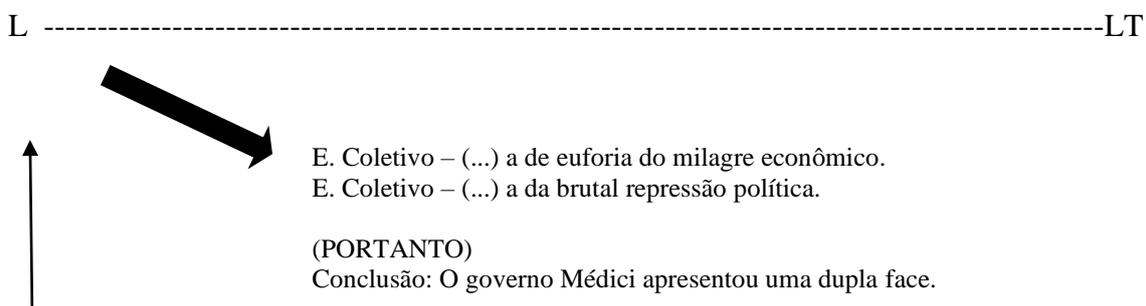
Entendemos que ditadura militar é determinada por *milagre econômico* e *brutal repressão política*. A designação de ditadura no recorte 6 como milagre econômico não

é a mesma do recorte 7. *Dupla face* dá outro sentido à ditadura que passa a designar tanto *milagre econômico* quanto *brutal repressão política*.

Na cena enunciativa, temos uma divisão de enunciadores. Um enunciador coletivo do *milagre econômico* e outro, também coletivo, da *brutal repressão política*. São dois enunciadores mobilizados pela relação entre o alocutor-historiador e os Locutores. O primeiro é apresentado pelos Locutores representando o coletivo do governo militar, e o segundo, o coletivo dos democratas. Temos então que a posição do al-historiador é variável na medida em que se apresenta o enunciador universal *O governo Médici apresentou uma dupla face, em resumo (...)*. Para dar sustentação ao seu argumento, o al-historiador mobiliza memoráveis contrastantes como o milagre econômico e a repressão (tortura, perseguição, etc.). Estes memoráveis apresentados pelo alocutor-historiador sustentam a conclusão do recorte 7: “Os meios de comunicação sofriam censura. Trabalhadores, camponeses e estudantes estavam impedidos de se organizar e se manifestar”.

Podemos representar a cena enunciativa pelo lado do al-militar:

ESQUEMA 46 - HISTÓRIA 3



Alocutor-historiador ----- Alocutário-estudante

Há no recorte 7 uma argumentatividade diretiva. Os argumentos da *euforia do milagre econômico* e *brutal repressão política* formam uma classe argumentativa que orientam para a conclusão de que o governo Médici tinha uma dupla face.

As análises nos mostram que Ditadura Militar foi determinada muitas vezes por golpe, governo provisório, regime militar, governo militar, repressão, crescimento econômico, milagre econômico. Na articulação, vemos uma relação de predicação de ditadura como *projeto de curta duração e líderes golpistas* (recorte 1), *frustração dos*

udenistas (recorte 2), *farsa da ditadura* (recorte 3). A articulação por argumentatividade pode ser encontrada nos recortes 2, 3, 5, com o uso do *mesmo assim, ao mesmo tempo, e por outro lado*.

Notamos que a argumentação foi sustentada pelo lugar social de dizer de historiador, mas a significação dos argumentos e das conclusões são apresentadas pelos lugares de dizer, os enunciadores, como vimos nos recortes. A relação dos enunciadores com os Locutores e, principalmente, com o lugar social de dizer, faz significar a orientação argumentativa, que possibilita determinar, por meio do texto, ditadura como *a farsa, brutal repressão, degradou os sistemas de ensino e saúde públicos*, entre outros.

3.5. HISTÓRIA GLOBAL V. 3

Nesta seção, analisaremos a argumentação de ditadura militar no livro didático História Global, volume 3, disponível para o terceiro ano do ensino médio. Escrito por Gilberto Cotrim, este livro mantém a mesma linha predeterminada pelos PCNs e pela BNCC. Escolhemos e analisaremos abaixo os enunciados decisivos sobre argumentação e a argumentatividade.

Recorte 1 - Em seu lugar, foi adotado um modelo baseado na aliança de três grandes grupos: a burocracia técnica estatal (militar e civil), os grandes empresários estrangeiros e os grandes empresários nacionais.

Em razão da aliança desses grupos, alguns historiadores se referem a uma **ditadura civil-militar**. (a) Segundo estudiosos, esse modelo conduziu à modernização da economia, (b) mas também à concentração de renda entre as classes altas e médias e à marginalização da classe baixa. (p. 238 – grifos do autor)

Como vimos, a cena enunciativa é produzida por um agenciamento político da enunciação. Encontramos acima um alocutor-historiador do livro didático. *Alguns historiadores* é um enunciador coletivo, que alude o alocutor-historiador. O L apresenta o enunciador coletivo porque é aludido pelo alocutor-historiador.

Na argumentatividade, encontramos o uso do *mas também*, como uma argumentatividade concessiva. Conforme Guimarães (2007; 2013; 2018), a argumentação é uma modalidade que sustenta uma conclusão por meio do alocutor-x, o lugar social de dizer. Dessa forma, o alocutor-historiador é o que sustenta a conclusão de que a ditadura aumentou a *concentração de renda entre as classes altas e médias e à marginalização da classe baixa*. Dito de outra forma, o alocutor-historiador alude o Locutor que apresenta o enunciador individual deste enunciado.

O *mas também* divide os lugares da enunciação entre o enunciador coletivo “segundo estudiosos” e o enunciador individual “concentração de renda”. Temos então:

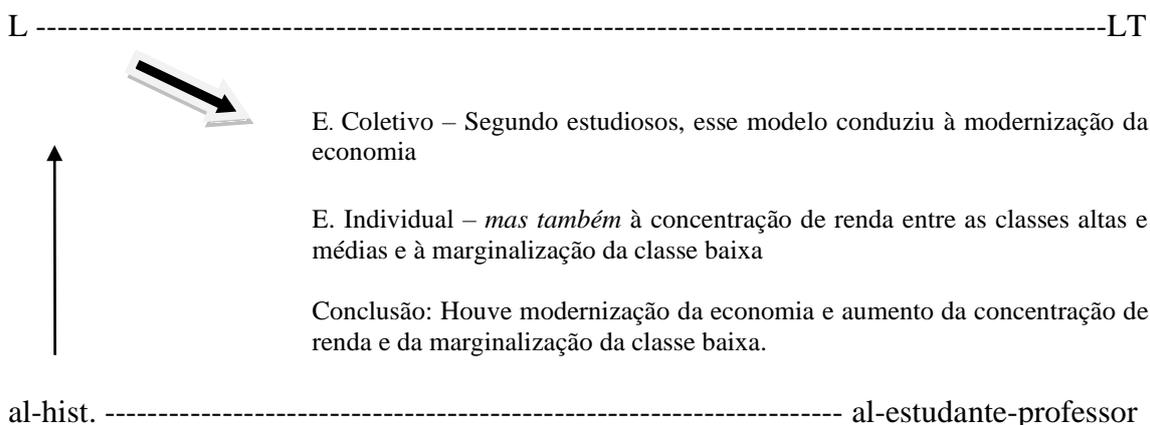
(a’) Segundo estudiosos, esse modelo conduziu à modernização da economia.

E

(b’) Esse modelo conduziu à concentração de renda entre as classes altas e médias e à marginalização das classes baixas.

Dessa forma, o alocutor-historiador alude o Locutor a apresentar estes dois pontos de vista.

ESQUEMA 478 - HISTÓRIA GLOBAL



Embora o alocutor-historiador alude o Locutor, que apresenta este enunciado a partir de outros estudos sobre a Ditadura no Brasil, o *mas* possibilita a incisa, a opinião e as ideias do alocutor. Dessa forma, apesar de ser agenciado por posições históricas sobre a Ditadura, o enunciado *concentração de renda* é individual por manifestar o ponto de vista do alocutor-historiador.

O uso do *mas também* é diferente do *mas* sozinho. O *também* une dois enunciados de mesma força, como podemos ver em Vogt (2014). Com o uso do *mas* sozinho, o argumento com este operador sempre tem mais força, ao contrário de *mas também* que orienta para a conclusão de que houve modernização, mas esta modernização não melhorou as condições sociais do país.

O próximo recorte é sobre o governo de Costa e Silva, marcado pelo arrocho salarial, pelas greves, e a criação da frente ampla de oposição.

Recorte 2 – (c) Durante o governo Costa e Silva, apesar da repressão policial, aumentaram os protestos contra a **ditadura** militar no país. As manifestações reuniam diversos grupos sociais. Estudantes saíam às ruas em passeata, operários organizavam greves contra o arrocho salarial, políticos de oposição faziam pronunciamentos criticando as arbitrariedades da **ditadura**. Carlos Lacerda, por exemplo, procurou organizar uma frente ampla de oposição política. Entre membros da Igreja Católica, padres denominados progressistas denunciavam a fome do povo e a tortura policial contra os adversários da **ditadura**. (p. 241)

O primeiro enunciado pode ser parafraseado por:

(c') Durante o governo Costa e Silva, ainda com a repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país.

O “apesar” pode ser substituído por “ainda” e o enunciado mantém o mesmo sentido. No entanto, podemos substituir por “mesmo”.

(c'') Durante o governo Costa e Silva, mesmo com a repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país.

E podemos ainda, conforme Guimarães (2013):

(c''') Durante o governo Costa e Silva, [No Entanto/Apesar] da repressão policial, aumentaram os protestos contra a ditadura militar no país.

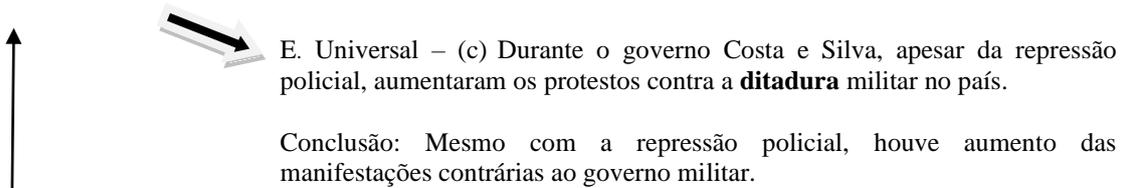
Com base nas paráfrases, encontramos uma argumentatividade concessiva, porque o *apesar da* é uma articulação que enfraquece o argumento *forte repressão policial* e reforça os movimentos contra a ditadura. Desse modo, o alocutor-historiador sustenta a argumentação por meio dos memoráveis das manifestações contrárias ao governo militar. O uso do *apesar de* orienta argumentativamente a conclusão de que houve grandes protestos contra a ditadura.

A função do *apesar da* não é apenas uma argumentação linguística, mas sim uma argumentação exposta ao real, tomada na história. O acontecimento da enunciação expõe os memoráveis retomados (Passeata dos Cem mil, criação dos Movimentos R8, Ação Libertadora Nacional, as greves do ABC, Padres Progressistas, entre outros) para sustentar a tese de que a repressão policial não foi suficiente para calar as vozes opositoras.

Estes memoráveis são retomados a partir do lugar social do dizer, isto é, do alocutor. É o alocutor-historiador que alude o Locutor a apresentar o enunciador universal. A argumentação é sustentada por este lugar social do dizer que mobiliza os memoráveis sobre a ditadura.

ESQUEMA 59 - HISTÓRIA GLOBAL

L ----- LT



al-hist. ----- at-estudante-professor

Os memoráveis da repressão policial e das manifestações contra a ditadura fazem o alocutor-historiador aludir o Locutor. Com o uso do *apesar da*, há um engajamento do Locutor com seu próprio dizer, e por isso, consideramos que ele apresenta o enunciador universal (c).

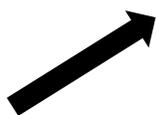
Recorte 3 – (d) Apoiado na legislação instituída no final do governo Costa e Silva, o governo Médici representou os chamados anos de chumbo da **ditadura**, período em que o poder ditatorial e a violência repressiva contra as oposições chegaram no seu auge. (p. 244 – grifos nossos)

Anos de chumbo é um enunciador genérico que faz parte de uma rede enunciativa (DIAS, 2018) não oficial²³. *Anos de chumbo* reescritura *governo Médici* por substituição de especificação. *Anos de chumbo* atribui algo a *ditadura*. Essa designação é sustentada pelo enunciador genérico, no entanto, no agenciamento enunciativo, é o alocutor-historiador que apresenta este memorável. Temos um alocutor-historiador que apresenta o enunciador genérico. Para dar sustentação a *período em que o poder ditatorial e a violência repressiva contra as oposições chegaram no seu auge*, o funcionamento da cena enunciativa mobiliza o memorável *anos de chumbo*.

A articulação *em que* argumenta para a conclusão de que o governo Médici representou os *anos de chumbo*, esta argumentação é uma reescritura por expansão da formação nominal *anos de chumbo*. Dessa forma, ditadura é designada por *governo Médici* e *anos de chumbo*. *Período* também reescritura *anos de chumbo* por repetição reduzida, neste caso, *período* é sinonímia de “anos de chumbo”.

ESQUEMA 60 - HISTÓRIA GLOBAL

L -----LT



E. Genérico – (d) Apoiado na legislação instituída no final do governo Costa e Silva, o governo Médici representou os chamados anos de chumbo da **ditadura**.

al-hist. ----- at-estudante-professor

Neste caso, há uma constatação de que o governo Médici representou os *anos de chumbo*. Essa designação é determinada pelo enunciador genérico, mas é o lugar social do historiador que a apresenta. São os memoráveis historiográficos que permitem o alocutor a sustentar a constatação.

Abaixo, temos mais uma vez uma alusão do alocutor sobre os memoráveis do “milagre econômico”. *Governo Médici* é determinado por *milagre brasileiro*, e *grandes*

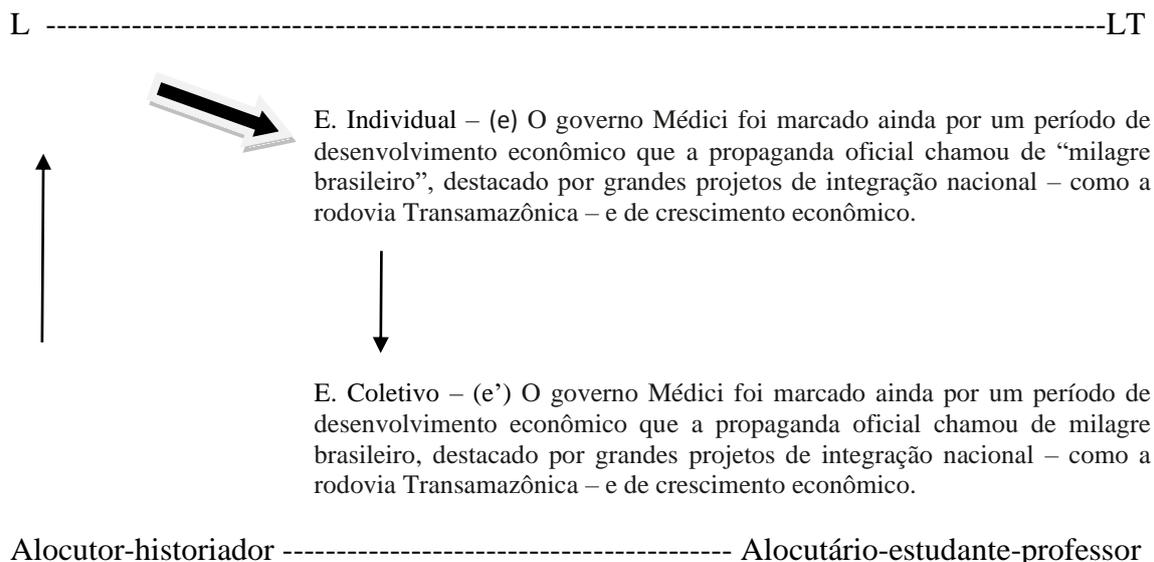
23 A expressão “anos de chumbo” se espalhou por diversos países a partir do filme “Anos de Chumbo”, de 1981, da diretora Margarethe von Trotta. Diversos países utilizam o termo para designar um período violento e triste. No Brasil, a expressão aparece por parte dos historiadores para designar o governo Médici.

projetos de integração nacional e crescimento econômico são articulados para determinar *milagre brasileiro*.

Recorte 4 – (e) O governo Médici foi marcado ainda por um período de desenvolvimento econômico que a propaganda oficial chamou de “milagre brasileiro”, destacado por grandes projetos de integração nacional – como a rodovia Transamazônica – e de crescimento econômico. (p. 245)

É interessante notar o uso das aspas em *milagre brasileiro*. São dois enunciadores neste caso, um lugar de dizer coletivo dos militares e entusiastas do regime militar, e um lugar de dizer individual que não assume o enunciador coletivo. Há um engajamento do Locutor com o seu próprio dizer. Poderíamos entender que o alocutor-historiador alude o Locutor a apresentar os enunciadores, coletivo e individual, mas o enunciador coletivo não é assumido pelo Locutor.

ESQUEMA 481 - HISTÓRIA GLOBAL



No esquema, podemos notar que o Locutor apresenta dois enunciadores. O enunciador individual é representado pelo uso das aspas em *milagre brasileiro*, e o enunciador coletivo é representado sem as aspas. Isso mostra que o enunciador individual alude um outro lugar de dizer coletivo para comentar sobre o *milagre brasileiro*.

A continuidade do texto progride levando em conta o dito pelo enunciador individual de (e), uma vez que a argumentação, sustentada pelo al-historiador, apresenta memoráveis desfavoráveis à eficácia do milagre econômico. Como vemos abaixo:

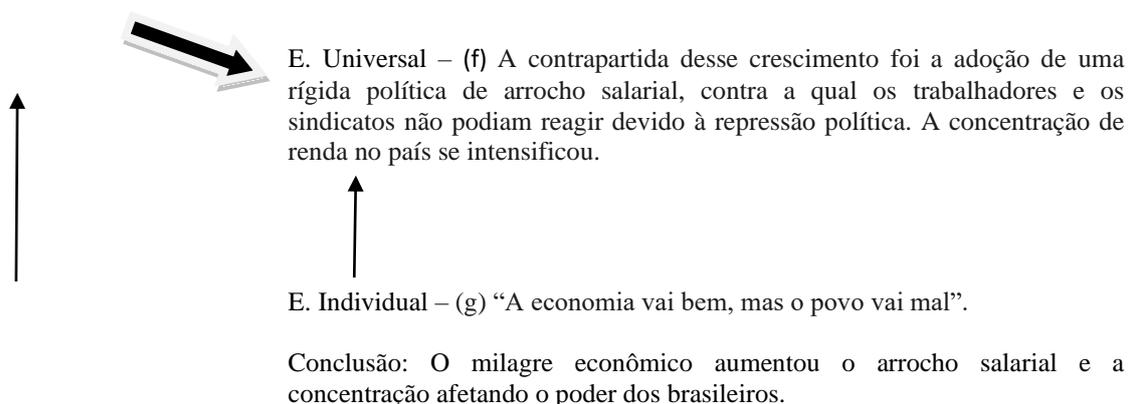
Recorte 5 - (f) A contrapartida desse crescimento foi a adoção de uma rígida política de arrocho salarial, contra a qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir devido à repressão política. A concentração de renda no país se intensificou. O próprio presidente Médici teria admitido o lado desfavorável do “milagre brasileiro” ao afirmar: (g) “A economia vai bem, mas o povo vai mal”. (p. 245)

O enunciado (f) é um argumento contrário ao enunciador coletivo de (e’), uma vez que o al-historiador mobiliza os memoráveis do arrocho salarial. A continuação dos usos das aspas faz parte da significação da argumentação, uma vez que seu uso orienta argumentativamente contra o enunciador coletivo (e’). Isso é ainda mais notório, quando o Locutor apresenta o enunciador individual de (g), que seria conclusão de que o *milagre brasileiro* não foi um milagre.

A argumentação é sustentada pelo al-historiador que alude o Locutor a apresentar os enunciadores (f) e (g). O enunciador individual de (g) alude o enunciador universal de (f) para concluir que o *povo vai mal*.

ESQUEMA 6492 - HISTÓRIA GLOBAL

L -----LT



Alocutor-historiador ----- Alocutário-estudante-professor

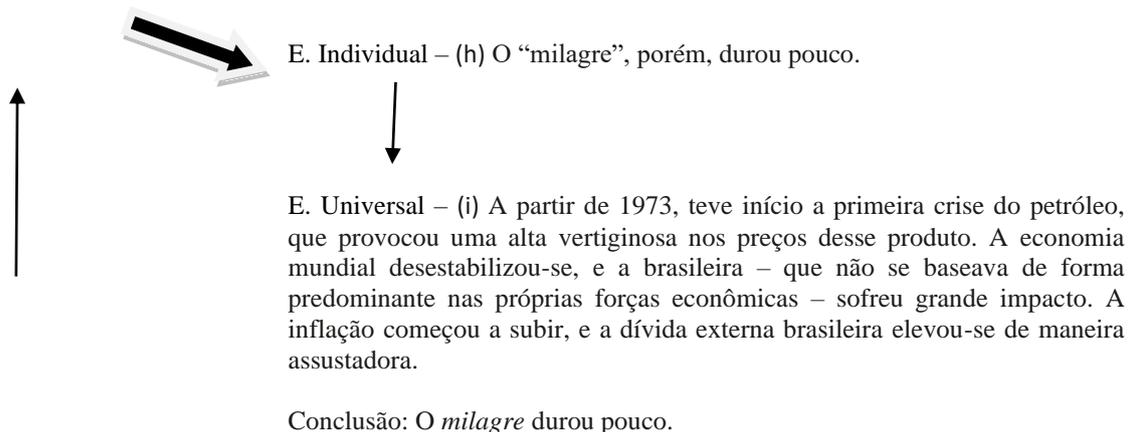
Ao mobilizar uma fala de Médici, o Locutor apresenta um dizer de outro lugar, um dizer individual que é apresentado para a conclusão que apresentamos. Mais uma vez, o enunciador coletivo (e’) não é assumido pelo Locutor, porque, como vimos, o milagre econômico não melhorou totalmente a vida dos brasileiros. No recorte 6, vemos de novo o uso das aspas em *milagre*, em que o Locutor apresenta o enunciador individual para constatar que a economia brasileira se desestabilizou por causa da primeira crise de petróleo.

Recorte 6 – (h) O “milagre”, porém, durou pouco. (i) A partir de 1973, teve início a primeira crise do petróleo, que provocou uma alta vertiginosa nos preços desse produto. A economia mundial desestabilizou-se, e a brasileira – que não se baseava de forma predominante nas próprias forças econômicas – sofreu grande impacto. A inflação começou a subir, e a dívida externa brasileira elevou-se de maneira assustadora. (p. 246)

Em (h), temos uma argumentação concessiva com o uso de *porém*; (h) pode ser parafraseado por: (h’) O “milagre”, no entanto, durou pouco. A conclusão de que o *milagre* durou pouco é sustentada pelo lugar social do alocutor que alude o Locutor a apresentar o enunciador universal de (i) como argumento. O enunciador individual de (h) alude o enunciador universal de (i) para a conclusão sobre a crise econômica brasileira, o que reafirma que o enunciador coletivo (h’ – O milagre, porém, durou pouco) sem aspas não é assumido pelo Locutor, pois o argumento de (i) é contrário ao que se afirma em (h’).

ESQUEMA 63 - HISTÓRIA GLOBAL

L -----LT



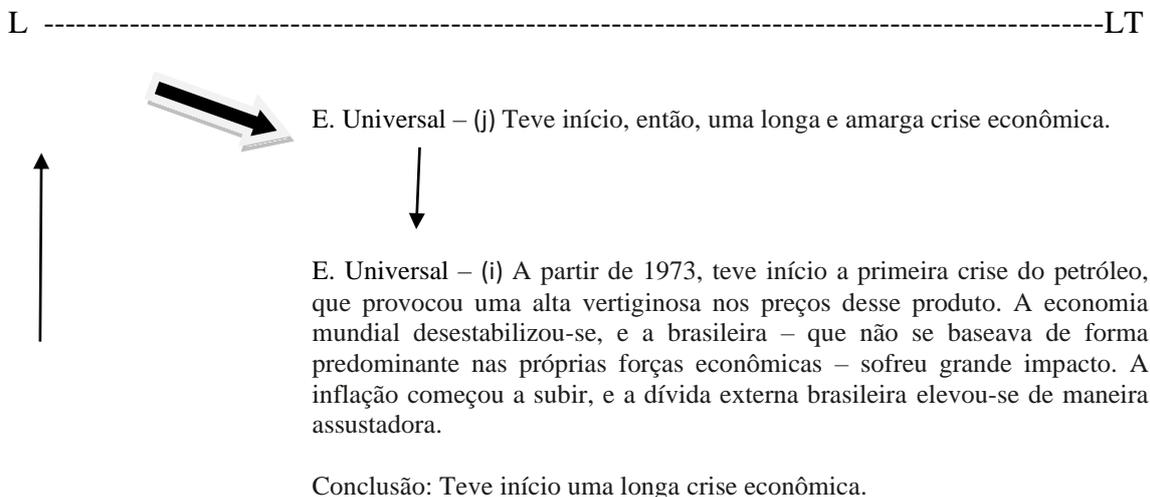
Alocutor-historiador ----- Alocutário-estudante-professor

O enunciado (i) é retomado no recorte 7 para a conclusão de (j): “Teve início, então, uma longa e amarga crise econômica”. O enunciado (j) apresenta o uso de *então*, o que nos permite constatar uma argumentatividade diretiva, podendo *então* ser parafraseado por *portanto*. O enunciado (j) nos mostra que os enunciados sem aspas, que o Locutor não assumiu, fazem parte da argumentação de que a economia do Brasil não ia bem como afirmava o grupo militar. A negação destes enunciadores coletivos orienta para a significação de (j), de que não houve um milagre, mas um pequeno avanço na economia que durou pouco.

Recorte 7 – (j) Teve início, então, uma longa e amarga crise econômica. O governo militar começou a perder um de seus principais argumentos de sustentação no poder: estava provado que a ditadura não garantia o desenvolvimento. (p. 247)

As duas conclusões (*o milagre durou pouco e deu-se início uma longa e amarga crise econômica*) são significadas pela mobilização dos enunciadores como argumentos. O enunciado (j), universal, alude o enunciador (i), apresentado no recorte anterior.

ESQUEMA 64 - HISTÓRIA GLOBAL



Alocutor-historiador ----- Alocutário-estudante-professor

O al-historiador alude o Locutor a apresentar o enunciador universal que representa a conclusão de que teve início uma longa crise econômica. Esta conclusão é um comentário sobre o que é afirmado em (i), por isso (j) faz uma alusão a (i).

No recorte abaixo, numa narração do livro sobre o início do processo de abertura iniciado por Geisel temos uma argumentatividade concessiva com o uso de *apesar da* que dá progressão ao texto de que não havia um plano concreto para a abertura.

Recorte 9 – (l) O governo Geisel iniciou o processo de abertura política do regime militar diminuindo a censura sobre os meios de comunicação e realizando, em 1974, eleições livres para senador, deputado e vereador (...) (m) Apesar das declarações do governo, os comandantes dos órgãos de repressão não tinham nenhuma simpatia pela ideia de uma abertura democrática, razão pela qual continuaram agindo com a mesma violência do período anterior. (p. 249)

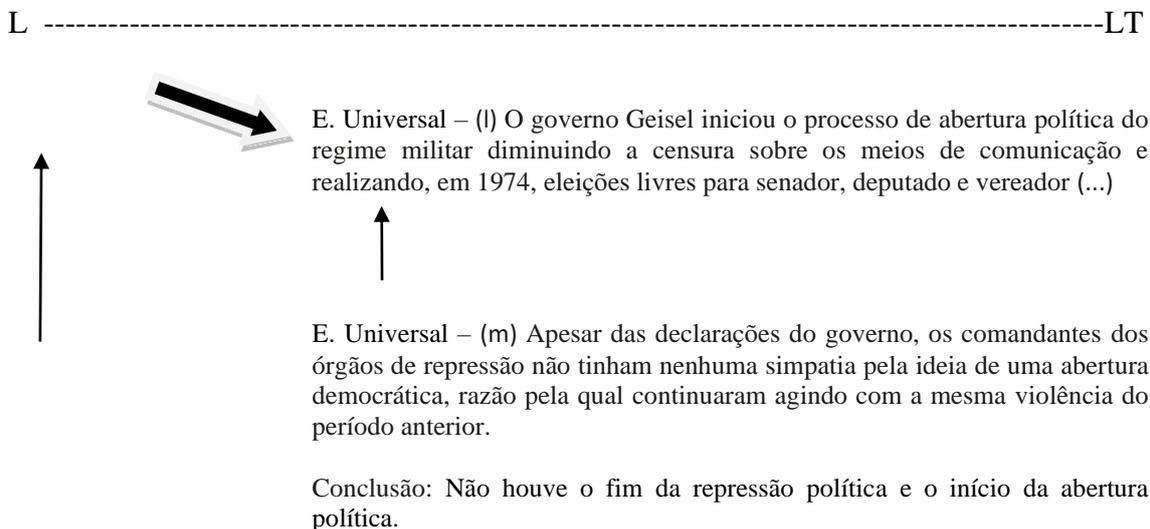
O enunciador universal de (l) orienta para o fim da censura e o início da abertura política, ou seja, a volta da democracia; já o enunciado (m), encadeado por *apesar da*, orienta para a continuação da censura e da repressão policial do governo. Como vimos, *apesar da* pode ser parafraseado por *no entanto* (NE):

(m') – No entanto, os comandantes dos órgãos de repressão (...).

É o enunciador universal de (m) que orienta para a conclusão de que não houve o fim da repressão política e o início da abertura política. No esquema abaixo, podemos

compreender que o alocutor -historiador alude o Locutor a apresentar os enunciadores (l) e (m):

ESQUEMA 65 - HISTÓRIA GLOBAL



Alocutor-historiador ----- Alocutário-estudante-professor

O enunciador universal de (m) alude o lugar de dizer de (l) para concluir que não houve o início da abertura política e o fim da repressão. A continuidade do texto aborda ainda, como argumento para esta conclusão, as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho.

Recorte 10 – (o) Apesar de todos os esforços do governo, nas eleições de 15 de novembro de 1978 o MDB superou a Arena na votação para o Senado e quase igualou o partido governista na Câmara.

(p) Pressionado pelas oposições e pelos problemas econômicos, Geisel fez seu último gesto na direção da abertura política: (q) em outubro de 1978, revogou o AI-5 e os demais atos institucionais que marcaram a legislação arbitrária da **ditadura**. (p. 249 – grifos nossos)

Pressionado é uma relação de predicção, podendo ser uma catáfora, que determina *Geisel*. Trata-se de um enunciador universal, mas que é apresentado por um alocutor-historiador do livro em questão. Dessa forma, na cena enunciativa temos um enunciador universal que alude (evoca) o lugar social de dizer do historiador, e de outro modo, o alocutor-historiador é que dá a possibilidade do L apresentar o enunciador universal.

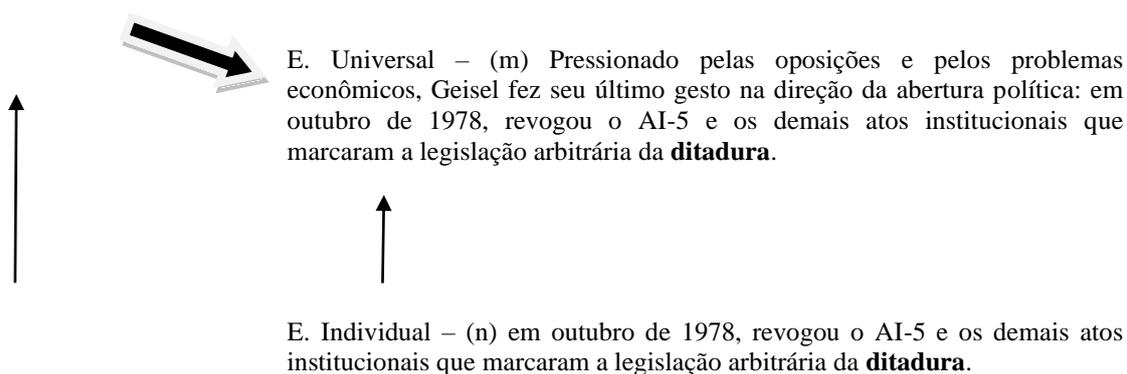
No enunciado *revogou o AI-5 e os demais atos institucionais que marcaram a legislação arbitrária da ditadura*, a cena enunciativa é integrada por um enunciador individual (pela opinião), por um enunciador coletivo (da História que mostrou o

autoritarismo do regime) e por alocutor-historiador. Mas como seria possível ter dois enunciadores?

Neste caso, temos uma cena enunciativa que pode ser apresentada da seguinte forma: o alocutor-historiador alude o memorável dos *anos de chumbo*, esse lugar de historiador possibilita L a apresentar o enunciador universal. No entanto, a formação nominal *legislação arbitrária* é uma opinião do autor do livro, o que nos mostra um enunciador individual que alude tanto ao enunciador universal.

ESQUEMA 66 - HISTÓRIA GLOBAL

L -----LT



Alocutor-historiador ----- Alocutário-estudante-professor

A argumentação é sustentada pelo lugar social de dizer que alude o Locutor a apresentar os enunciadores. Como há um engajamento do Locutor com o seu dizer, como o uso do adjetivo *arbitrária*, entendemos que também há uma apresentação deste enunciador individual. Esse comentário sobre a legislação da ditadura comenta o que foi dito antes sobre a implantação do AI-5 e violência contra os opositores do regime. Por isso há uma alusão do enunciador individual ao enunciador universal.

Terminamos aqui a análise do livro História Global v. 3. Vimos como o lugar social de dizer sustentou as conclusões sobre ditadura militar, baseado nos memoráveis históricos deste período. Mas a sustentação do al-historiador mobiliza tanto a relação do lugar social de dizer com o Locutor quanto o Locutor com os enunciadores, lugares de dizer.

O uso de encadeamentos como *mas também*, *apesar da*, e o uso das aspas nos permitiu descrever toda a progressão textual do texto. As articulações argumentativas apresentadas pelos enunciadores fazem ditadura ser determinada por repressão, milagre, concentração de renda, arrocho salarial, legislação arbitrária. Mas é a mobilização entre os lugares da enunciação que nos permitiu expor as conclusões do livro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

A feitura de uma tese requer as possibilidades de aperfeiçoamento do projeto de ingresso ao doutoramento, ou seja, conseguir elaborar um quadro teórico que responda as questões apresentadas no projeto. De início, com a proposta da orientadora Soeli Schreiber da Silva de analisar livros didáticos, optamos por analisar o tema da ditadura militar, muito abordado atualmente em duas frentes: os conservadores, que apoiam uma nova intervenção militar, e os democráticos e progressistas, que consideram a democracia, em seu eterno desentendimento, como a melhor representação política para sanar todas as formas de desigualdades.

A pergunta inicial seria como abordaríamos o sentido de ditadura militar, se optaríamos pela designação somente ou pela argumentação. Optamos pela argumentação, uma vez que, em uma nova abordagem proposta por Guimarães (2018), possibilitou analisar o funcionamento do acontecimento do dizer em toda sua dimensão.

Desta maneira, analisamos os livros didáticos como instrumentos de ensino, estabilizadores de conhecimento, como manuais. Ao contrário de instrumentos de gramatização ou dicionarização, os livros didáticos representam materiais de instrução que são estabilizados nacionalmente pelos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, como vimos nas análises, e como Guimarães (2007) nos explica, a estabilização de sentidos são ilusórios, uma vez que faz parte de seus sentidos todo processo político do organismo social, toda forma de determinação-contradição que influencia os acontecimentos do dizer. O livro *Vontade de Saber*, da editora Quinteto, nos mostra como a política é constitutiva da produção de sentidos, ao publicar no livro um questionamento em voga na atualidade: se o golpe militar seria uma revolução.

Levando em conta todo este processo político, ou nas palavras de Guimarães (2018), o agenciamento político da enunciação, as análises nos mostraram que a proposta de analisar a argumentação como um elemento de sentido proporcionado pelo acontecimento do dizer foi muito profícua e eficaz. Conseguimos caracterizar todo o processo, a mobilização dos lugares da enunciação construindo as narratividades históricas do livro.

É importante destacar uma característica dos livros didáticos: eles não buscam um convencimento ou persuasão por parte do aluno, eles buscam mais um “fazer saber” que responde a um “dever saber”. São textos elaborados principalmente pela descrição de fatos históricos, relevantes nacionalmente, e que já estão estabilizados no

conhecimento científico-histórico. São fatos narrados enquanto um conhecimento universal, fechado sobre si mesmo.

Apenas um livro dos cinco analisados trouxe questões fora do escopo historiográfico brasileiro, como já citamos *Vontade de Saber*. Os outros seguiram a mesma linha pré-determinada pelos PCNs e pela BNCC.

Sobre os livros analisados

O livro **Vontade de Saber**, da editora Quinteto, nos permitiu compreender a mobilização dos lugares de enunciação. O lugar social de historiador sustentou todas as conclusões sobre o período da Ditadura Militar. O uso do *além disso* como articulação de incidência e de argumentatividade, demonstrou que o enunciador alude um outro lugar de dizer para dar direcionamento ao texto. Vimos que o enunciador de *além disso* é individual, por haver um engajamento dos Locutores com seus lugares sociais de historiadores. O *além disso* portanto aludiu no recorte analisado o enunciador universal, do verdadeiro e dos fatos.

Em outro ponto, constatamos uma argumentação diretiva, como o uso das aspas em “Segurança Nacional”. As aspas representaram o lugar de dizer individual, em contraponto ao lugar de dizer dos militares, sem aspas. Dessa forma, entendemos que os Locutores, ao apresentarem os enunciadores, negaram o enunciador coletivo de “Segurança nacional” sem aspas, direcionando a conclusão de que o AI-5 foi uma das medidas mais duras do período ditatorial (esquema 4).

Constatamos também uma articulação de argumentatividade concessiva, com o uso de *no entanto*. Como no recorte 5, em que o *no entanto* encadeou duas conclusões de mesma força. A imprensa foi a favor do golpe, no entanto passou a denunciar as atrocidades do governo são duas conclusões sobre o papel da imprensa na ditadura militar. Em outra parte, no recorte 6, constatamos mais uma vez o uso de *além disso*. Tratando sobre as políticas de expansão territorial do governo militar, o recorte 6 nos traz enunciados que se contrapõem. Em *O governo incentivou e financiou políticas de expansão territorial*, como a construção de rodovias e hidrelétricas, o uso de *além disso* comenta este enunciador universal para concluir que o governo também *autorizou a exploração e o desmatamento de terras*.

Encontramos uma gradualidade analisando o livro *Vontade de Saber*. Na continuação do recorte 6, vimos que o uso de *qualquer tipo* encadeia argumentos de forças distintas, em que o enunciado com *qualquer tipo* é mais forte. Tratando sobre a

construção de uma barragem no Estado da Bahia, que causou alagamentos em diversas comunidades, e que o governo não indenizou seus habitantes, os Locutores apresentaram o enunciador individual com o *qualquer tipo* dando mais força para a conclusão de que o governo não se preocupou com a situação dos indígenas e quilombolas.

No recorte 9, há um enunciador coletivo que questiona a significação de “golpe”. Vimos que os Locutores apresentaram um enunciador coletivo que não é assumido por eles. O enunciador é assumido pela voz de Geisel na entrevista de 1994, transcrita no livro didático em questão. Há um distanciamento entre o enunciador individual e coletivo. Os Locutores apresentam o enunciador individual sem assumi-lo.

O alocutor-historiador (lugar social dos historiadores) sustenta toda a argumentação, no entanto, a significação da conclusão se dá pelo enunciador coletivo. Dessa maneira, o alocutor-historiador alude os Locutores a apresentarem os dois enunciadores. O enunciado de Geisel é considerado coletivo por fazer parte de um grupo de conservadores que acreditavam/acreditam na *ameaça comunista*, e assim, conclui-se que *havia uma ameaça comunista*.

Por último, no recorte 10, encontramos uma reprodução de uma entrevista de 1994 de Ernesto Geisel. Neste recorte, não é o lugar de dizer do historiador que sustenta a argumentação, mas alocutor-Ernesto Geisel. É interessante notar um certo distanciamento do lugar social de dizer que sustentou desde então os argumentos do livro didático. Ficou em aberto a discussão sobre “golpe” ou “revolução”, ao contrário das outras seções do livro que não apresentam questões, mas fatos históricos apresentados por enunciadores universais e individuais, sendo os enunciadores coletivos dos grupos militares negados.

No livro **Contato História**, encontramos além dos encadeamentos com PT e NE, também enunciadores coletivos, como nos recortes 1 e 2. Nestes recortes, vimos o uso de “suposta” ameaça comunista e de “supostamente”. O uso deles nos permitiu identificar um jogo argumentativo em que existiriam dois enunciadores: um com o uso de “suposta” e “supostamente” e outro coletivo (do grupo dos apoiadores do golpe) sem a suposição da ameaça. Em outra parte, vimos também o uso das aspas em “impatrióticos”, em que há um engajamento do Locutor com o seu próprio dizer por negar “impatrióticos” sem aspas.

Em outro momento, vimos o uso de *por outro lado* funcionando como um encadeamento de *no entanto*. Tratando do plano econômico do governo militar, os Locutores apresentaram dois enunciadores universais – um que narrava a entrada de

capitais estrangeiros, instalação de indústrias, e grandes investimentos na construção e modernização de portos e rodovias e outro que, ligado pelo *por outro lado*, narrava a contenção do consumo interno e a manutenção de salários baixos. Os dois argumentos orientaram para: o crescimento econômico se baseou na modernização e na concentração de renda.

No livro **Inspire História** encontramos o uso de *no entanto* na argumentação sobre a implantação do bipartidarismo pelo governo militar. Neste caso, o *no entanto* encadeou dois argumentos para concluir que o objetivo do governo militar foi passar um *verniz* democrático ao regime. Vimos também o uso de *ao mesmo tempo* ligando argumentos de mesma força, como nos enunciados que tratavam da propaganda ideológica e da censura, como abaixo:

Enunciador Universal - Com a censura aos meios de comunicação, o governo impedia que jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão publicassem notícias contrárias a seus interesses.

E. Individual – Ao mesmo tempo, fazia uso da propaganda para divulgar sua ideologia e exaltar o regime e suas realizações.

Também vimos o uso do *como se* em *como se amar o Brasil fosse amar o governo*, em que reproduzimos nos enunciados abaixo:

(h) Dessa forma, procurava isolar os opositores do regime, denunciando-os como inimigos do Brasil. (i) Um dos *slogans* mais repetidos pelas agências do governo nessa época era: “Brasil, ame-o ou deixe-o” (j) como se amar o país fosse apoiar o governo (p. 193).

O uso de *como se* demonstrou que a argumentação é uma relação de (j) incidindo sobre o que foi dito em (i). O enunciador individual de (j) avalia o enunciador universal de (i). Encontramos também uma variação do lugar social de dizer. Não se trata de um alocutor-historiador, mas de um alocutor-brasileiro que apresenta o enunciador individual avaliando o enunciado “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Dito de outra maneira, o enunciado (j) pode ser parafraseado por: *amar o país não se resume a amar o governo*. Ou ainda: *há outras formas de amar o Brasil, além de amar o governo*. Ao questionar o enunciado “Brasil: ame-o ou deixe-o”, o alocutor se apresenta em uma posição de brasileiro, morador do Brasil, ou ainda cidadão brasileiro *que sabe que amar o país não se resume a amar o governo*.

O uso de *no entanto* também nos enunciados sobre o “Brasil grande”, contrapondo a realidade brasileira que não era tão boa como a vendida pelas propagandas da ditadura. Sobre a relação entre a ditadura militar e os povos indígenas encontramos o uso das aspas em “pacificação”. Vimos que o Locutor nega que a ditadura tenha pacificado os povos indígenas, mas sim o contrário, o governo explorou as terras indígenas a favor das atividades econômicas.

No livro **História 3**, da editora Saraiva, começamos nossas análises com os enunciados-títulos, mostrando que há um engajamento entre o Locutor com aquilo que ele irá dizer. Vimos também as arregimentações dos enunciadores coletivos representando o grupo militar e também os oposicionistas do regime, como o enunciador coletivo *líderes golpistas*. Vimos também a argumentatividade com o uso de *no entanto* em elipse no recorte 2: a eleição de Castello Branco para um governo provisório, no entanto, o governo militar durou mais de 20 anos. Toda orientação argumentativa do livro é baseada a partir do enunciado iniciado por *no entanto*.

Encontramos também argumentatividade diretiva, como a conclusão de que o governo militar vivia uma duplicidade política. O governo militar salvou o país do comunismo em nome da democracia, mas ao mesmo tempo reprimia e tolhia os direitos políticos dos cidadãos. Mostramos neste recorte o uso de *ao mesmo tempo* orientando para a conclusão de que a ditadura não se assumia como um governo democrático.

O uso de *por outro lado* também foi analisado. Tratando sobre o crescimento econômico, vimos seu uso ser parafraseado por *no entanto*. O encadeamento orientou para a conclusão de que o crescimento econômico privilegiou os sistemas de saúde e educação privados, degradando os sistemas de saúde e educação públicos.

No livro **História Global**, também da editora Saraiva, analisamos o uso do *mas também* como um operador argumentativo que liga argumentos que orientam para uma mesma conclusão. Neste recorte vimos que a conclusão de que houve modernização da economia às custas da concentração de renda foi mobilizado pelos lugares do enunciador. O alocutor-historiador aludiu os Locutores a apresentarem os enunciadores universais.

Encontramos também o uso de *mesmo* sendo parafraseado por *apesar da*, como argumento mais forte no recorte 2: apesar da grande repressão política, houve aumento de protestos contra a ditadura militar.

No recorte 4, sobre o uso das aspas em “milagre econômico”, notamos que o Locutor apresenta dois enunciadores. O enunciador individual é representado pelo uso das aspas em *milagre brasileiro*, e o enunciador coletivo é representado sem as aspas. Isso mostra que o enunciador individual alude um outro lugar de dizer coletivo para comentar sobre o *milagre brasileiro*. A continuidade do texto progrediu levando em conta o dito pelo enunciador individual, uma vez que a argumentação, sustentada pelo al-historiador, apresentou memoráveis desfavoráveis à eficácia do milagre econômico.

Encontramos também na argumentação a alusão à fala do presidente Médici sobre o Brasil naquele momento: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”, como no recorte abaixo:

(a) A contrapartida desse crescimento foi a adoção de uma rígida política de arrocho salarial, contra a qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir devido à repressão política. A concentração de renda no país se intensificou. O próprio presidente Médici teria admitido o lado desfavorável do “milagre brasileiro” ao afirmar: (b) “A economia vai bem, mas o povo vai mal”. (p. 245)

O enunciado (a) é um argumento contrário ao enunciador coletivo de *milagre brasileiro* sem aspas, uma vez que o al-historiador mobiliza os memoráveis do arrocho salarial. A continuação dos usos das aspas faz parte da significação da argumentação, uma vez que seu uso orienta argumentativamente contra o enunciador coletivo do milagre econômico. Isso é ainda mais notório, quando o Locutor apresenta o enunciador individual de (b), que seria conclusão de que o *milagre brasileiro* não foi um milagre.

A argumentação é sustentada pelo al-historiador que alude o Locutor a apresentar os enunciadores (a) e (b). O enunciador individual de (b) alude o enunciador universal de (b) para concluir que *o povo vai mal*.

Conclusão

Concluimos assim que o sentido de Ditadura Militar nos livros se apresentou como parcialmente estabilizado, sendo descrito por uma narrativa cronológica que aborda do golpe ao processo de anistia. Ditadura Militar, com base nas reescrituras, foi determinada, em todos os livros, por ameaça comunista, repressão política, torturas e censuras. Apenas no livro *Vontade de saber*, o sentido de ditadura militar é mobilizado pelo lugar social de dizer do ex-presidente Ernesto Geisel a apresentar as justificativas do golpe, a ameaça comunista, em detrimento da política estado-unidense na América Latina. E desta forma, o sentido de ditadura é dúbio, fabricado entre as duas frentes que apresentamos, fugindo do conhecimento universal do Golpe Civil-Militar e da grande repressão, conhecida como *anos de chumbo*.

Outro ponto de destaque são as formas como o Locutor comenta o seu próprio dizer, com o uso dos articuladores *além disso*, *até*, entre outros, que apresentaram uma mobilização entre o lugar social de dizer, o Locutor e os enunciadores. Essa construção argumentativa nos permitiu enxergar quando houve uma fuga de uma narrativa universal, isto é, quando apareceram outros enunciadores além do universal, como

enunciadores coletivos (os militares, a oposição, entre outros) e individuais (como aqueles em que o uso dos articuladores iluminaram seu aparecimento).

Há uma característica, não heurística, mas descritiva, que nos permitiu elaborar uma relação de lugar social de dizer diferente das descrições discursivas das posições sujeito. Nas análises, vimos que não há uma alternância entre os lugares sociais de dizer dos historiados, mas sim uma apresentação de outros lugares de dizer. Os historiadores não saíram de seus lugares sociais de dizer, mas mobilizaram, e isso nós mostramos nas articulações por argumentatividade, outros lugares de dizer representados pelos enunciadores. Constatamos isso seja no uso das aspas em *milagre brasileiro*, que o enunciado sem aspas é um enunciador coletivo dos grupos favoráveis ao governo militar, enquanto que com aspas é o dizer universal do historiador, seja na retomada da fala de Médici sobre a economia brasileira e situação do povo (“A economia vai bem, mas o povo vai mal”), seja na entrevista de Geisel justificando o golpe, seja, enfim, no engajamento do alocutor-historiador com os Locutores e os enunciadores.

À guisa de conclusão, este trabalho também possibilita um aprofundamento nos estudos de livros didáticos no Brasil. Ao descrevermos todo o acontecimento, isto é, o processo enunciativo e argumentativo apresentamos que os livros didáticos, por mais que sejam estabilizados por lugares de dizer universais, do campo historiográfico, eles são carregados também de lugares de dizer individuais, que comentam e avaliam os lugares de dizer universais. Isto nos permite dizer que, por mais estabilizados que sejam, os livros estão envolvidos nas condições históricas do acontecimento político da enunciação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- BALLY, C. **Linguistique général et linguistique française**. 4. ed. Berne: Éditions A. Francke, 1965.
- BARBISAN, L. Semântica Argumentativa. *In*: JUNIOR, C. F; BASSO, R. M. **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.
- BARBISAN, L; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Revista Organon**. v. 16, n. 32-33, 2002.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. *In*: **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, Émile, 1902-1976 B413J. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo, Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo (Biblioteca universitária. Série 5a. Letras e linguística, v. 8).
- BORGES, Ítalo Nelli. O Paralelismo do Absurdo: 1964 – O Brasil entre Armas e Livros e seus Desserviços Históricos e Sociais. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 10, n. 2, mai./ago. 2019. Dossiê: Cinema Brasileiro: Olhares Históricos, Sociopolíticos e Estéticos.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (Língua Portuguesa)**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1997.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: quinto e sexto ciclos do Ensino Fundamental (Língua Portuguesa)**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1998.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017/18.
- CAREL, Marion. Introduction. *In*: CAREL, Marion. (Org.). **Argumentation et polyphonie: de Saint Augustin à Robbe-Grillet**. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 7-58.
- CAREL, Marion ; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- COTRIM, Gilberto. **História Global v. 3**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DIAS, Adriana Machado. **Vontade de saber: história: 9o ano: ensino fundamental: anos finais / Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco César Pellegrini**. — 1. ed. — São Paulo : Quinteto Editorial, 2018.
- DIAS, André Bonsanto. Um Brasil (em) Paralelo: as “verdades” da ditadura e sua historicidade mediada como um empreendimento político. **XII Encontro Nacional de História da Mídia**. Anais ALCAR, 2019. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- DIAS, L. F; GUIMARÃES, I. C. T. Complementação e adjunção: dois procedimentos de determinação nas formações nominais. *In*: SILVA, Soeli Maria Shreiber da; MACHADO, Carolina de Paula. **Estudos dos sentidos na semântica e no discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- DIAS, L. F. *Enunciação e Relações Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras De Hoje**, 44(1), 2009. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5648> Acesso em 10 de maio de 2019.

DUCROT, Oswald. Argumentação e topoi argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O Intervalo Semântico** (contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa). São Paulo: Ateliê Editorial/Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Ditadura militar**: prefácios, palestras e posts. [recurso digital]. 2020.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

FREDERICO, Celso. 40 anos depois. In: **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 Anos Depois**. 2004.

GOMES, Lauro. **Discurso artístico e Argumentação**. 1.ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. São Paulo, Campinas: Pontes Editores, 2002.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. **A Palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009.

_____. **Análise de Texto**: Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. Argumentação e argumentatividade. **Desenredo - Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 9 – n. 2, 2013.

_____. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes editores, 2018.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MACHADO, Carolina de Paula. **Política e sentidos da palavra preconceito**: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX. Tese de Doutorado. Campinas, SP, 2011.

MACHADO, J. C. **O paradoxo a partir da Teoria dos Blocos semânticos**: língua, dicionário e história. 373f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar, São Carlos-SP, 2015.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania: história política de uma palavra**. 1ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

_____. O dicionário informal e a relação do falante com a língua. **Revista da Anpoll**, número 37, Florianópolis, 2014.

ORLANDI, Eni P.. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3ª edição - Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Fraçoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania Mariani *et al.* 3ª edição – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PELLEGRINE, Marco César *et al.* **#Contato história**, 3º ano. 1.ed. – São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento – política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. – São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. [recurso eletrônico]: la haine de la démocratie. Tradução Mariana Echalar. 1ª edição – São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 2005.

ROCHA, Helenice. A ditadura militar nas narrativas didáticas. *In*: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.

SCHREIBER DA SILVA, S. M. **Argumentação e Interdiscursividade** - um estudo do 'como se' na lei e na jurisprudência: o caso do 'concubinato'. 1. ed. Porto Alegre - RS: Editora Mercado Aberto LTDA., 1999.

SCHREIBER DA SILVA, S. M. **Argumentação e Polifonia na Linguagem**. 1ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SCHREIBER DA SILVA, S. M. Narratividade, memorável e perspectivação na carta do escravo Felício. **Traços de linguagem**, v. 1, n. 1, p. 39-44, 2017.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. **Inspire história : 9o ano : ensino fundamental : anos finais / Gislane Campos Azevedo Seriacopi, Reinaldo Seriacopi**. – 1. ed. – São Paulo : FTD, 2018.

SILVA, Adilson Ventura da. **A poesia em Ducrot**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2006.

STEIGENBERGER, Fabiana Fernanda; MACHADO, Julio Cesar; SCHREIBER DA SILVA, Soeli. Fronteira entre análise de discurso e semântica histórica da enunciação: abordagens teóricas. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 19, n. 2, 2011.

VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História 3: ensino médio**. 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico.** 2ª edição revisada – São Paulo: Ateliê Editorial/Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ZOPPI-FONTANA, Monica. Ponto de vista: o ponto cego das teorias da polifonia. **Estudos da Língua(gem).** Vitória da Conquista v. 13, n. 1, 2015.